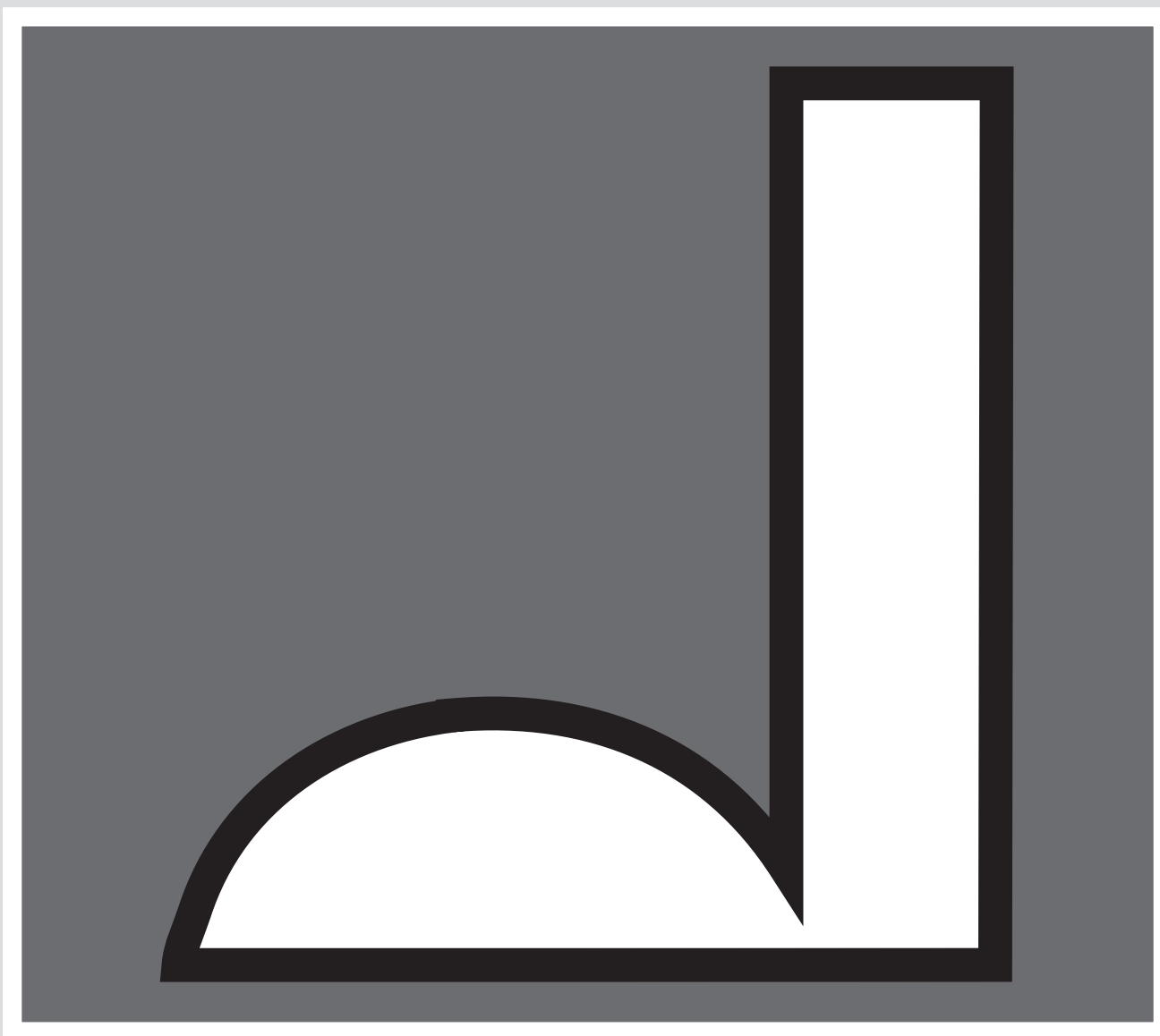




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**ESPELHO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS
AO PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2010-CN**

**“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e
Execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências”**

VOLUME IV/VIII

ANO LXV – SUP. AO Nº 93 QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2010 – BRASÍLIA – DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

- Notas:**
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
 2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
 3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
 4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
 6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
 7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
 8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
 9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
 10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2011**

(Projeto de Lei nº 04/2010-CN)

**ESPELHOS DAS EMENDAS
INDIVIDUAIS**

Presidente: Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)
Relator: Senador TIÃO VIANA (PT/AC)

16/06/2010



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1241 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2465 - Iran Barbosa****EMENDA****24650001****PROGRAMA**

1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial

AÇÃO

8362 Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Iniciativa apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

305

JUSTIFICATIVA

Com a presente emenda busca-se promover a implementação de ações afirmativas voltadas à inclusão sócio-econômica de grupos étnicos, historicamente discriminados, tais como negros, índios e outros, que constituem a nação brasileira.

Por meio de apoio a entidades governamentais e não governamentais, na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades voltadas ao resgate e valorização da cultura, afirmação da diversidade nacional e à promoção da igualdade de oportunidades para grupos socialmente desfavorecidos em função da raça e etnia, com foco nas propostas que possam melhorar suas condições de educação, saúde, trabalho, justiça e habitação, contemplando os segmentos estabelecidos na missão da SEPPIR.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1242 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2465 - Iran Barbosa	24650002

PROGRAMA

0154 Garantia e Acesso a Direitos

AÇÃO

2A56 Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pessoa beneficiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

24.000

JUSTIFICATIVA

Com esta emenda pretende-se apoiar o funcionamento de serviços governamentais e não-governamentais que objetivem a prevenção e o combate ao preconceito e à discriminação baseados na orientação sexual, promovendo a cidadania em prol da livre orientação sexual e identidade de gênero, a partir de ações que combatam o preconceito, a discriminação, a violência e a estigmatização desse grupo populacional

Para tanto, faz-se necessário o incremento no atendimento especializado a vítimas de discriminação e violência relacionados ao preconceito baseado na orientação sexual, bem como difusão de informações sobre direitos humanos e cidadania homossexual como forma de prevenção, por meio da celebração de convênios com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1243 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2465 - Iran Barbosa	24650003

PROGRAMA

1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

AÇÃO

8358 Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Comunidade assistida (unidade)	56
--------------------------------	----

JUSTIFICATIVA

Com a presente emenda, pretende-se criar mecanismos para disponibilizar tecnologias sociais para Comunidades Quilombolas, garantindo assim sua reprodução social e produção de subsistência e de excedentes, por meio de apoio a projetos de disponibilização de tecnologias de baixo custo, com alto grau de resolução de problemas sociais (tecnologias sociais) para a geração de ocupação e renda, por meio da melhoria das condições de trabalho, do aumento da produtividade e do incremento do sistema de comercialização e distribuição de excedentes, agregando, ainda, valor aos produtos através do beneficiamento local das comunidades quilombolas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1244 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2465 - Iran Barbosa****EMENDA****24650004****PROGRAMA**

0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

AÇÃO

8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Iniciativa apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

58

JUSTIFICATIVA

Com esta emenda pretende-se sensibilizar e conscientizar a sociedade na perspectiva de uma nova cultura das relações humanas, visando à prevenção e erradicação da violência contra as mulheres.

Por meio de apoio técnico e financeiro a ações e projetos educativos e culturais visando à prevenção da violência contra a mulher.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1245 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2465 - Iran Barbosa****EMENDA****24650005****PROGRAMA**

0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

AÇÃO

2383 Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pessoa atendida (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

64.739

JUSTIFICATIVA

Com esta emenda busca-se assegurar proteção imediata e atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares. Desenvolvendo serviços no âmbito dos CREAS de abrangência local ou regional. Os Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual e suas Famílias deve manter estreita articulação com os demais serviços da Proteção Social Básica e Especial, com as demais Políticas Públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Deve-se garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito. Deve proporcionar atendimento psicossocial e jurídico por meio de procedimentos individuais e grupais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1246 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2465 - Iran Barbosa

EMENDA
24650006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - publicar e apresentar, em audiência pública, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades mencionadas no inciso anterior; e

IV - considerar, como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que desenvolverem projetos de responsabilidade sócio-ambiental e políticas de participação dos trabalhadores nos lucros.

JUSTIFICATIVA

Se forem comparados os indicadores de gênero e o racismo no Brasil e com a execução de políticas públicas, chegaremos à conclusão de que o Estado responde precariamente a esses desafios.

O PLDO se manifesta timidamente a respeito do combate ao racismo e das desigualdades de gênero quando inclui algumas ações orçamentárias no rol de prioridades (Anexo de Prioridades e Metas). Fazem parte da lista: Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial; Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos; Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Central de Atendimento à mulher - Ligue 180.

Verifica-se a ausência de vários projetos e atividades. Ademais, é recomendável a inclusão de todas as ações entre as principais metas do governo. Isso significa, ao menos, um primeiro passo na direção de executá-las na íntegra.

No art. 89 do PLDO 2011, é bem vindo o parágrafo 5º que diz que agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, e outros deverão aplicar os recursos com observância da diretriz de redução do desemprego, bem como das desigualdades de gênero, raça, etnia, idade, região e deficiências sociais, étnico-raciais e de gênero, por meio do apoio à implantação e expansão das atividades produtivas. Determina também que publiquem relatórios demonstrando a observância dessas regras.

Mas a eficácia destes dispositivos fica prejudicada se não houver prestação de contas ao Congresso Nacional por parte das agências de fomento e, claro, a possibilidade de a sociedade se pronunciar a respeito.

Chamam à atenção as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que totalizaram em 2009 R\$ 34,89 bilhões. Posto que boa parte da capitalização do BNDES tem origem no FAT, em outras palavras, da renda do trabalho, nada mais justo que um dos critérios para a escolha das empresas que recebem empréstimos do BNDES seja privilegiar aquelas que adotem políticas de valorização dos trabalhadores. Para que se alcance este objetivo é que propomos a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1247 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2465 - Iran Barbosa****EMENDA****24650007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 6º Os Poderes e o MPU realizarão audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária.

JUSTIFICATIVA

O ano de 2003 foi marcado pela chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula foi eleito com a contribuição dos movimentos sociais brasileiros. A vitória de um partido imbuído da prática participativa foi a senha para pressão por acesso popular aos espaços de poder, em especial no processo orçamentário, núcleo da disputa política. A elaboração do Plano Plurianual 2003-2007 inovou ao organizar um processo de consulta aos atores populares sobre as diretrizes gerais do PPA. Aconteceram vários seminários, em diferentes regiões do país.

As audiências públicas privilegia as lideranças políticas com mandato político-eleitoral. As representações das sociedades só conseguem se manifestar precariamente e têm pouco tempo de fala. Além disso, não há retorno e/ou parecer com os motivos da aceitação ou rejeição das contribuições.

É fato que a metodologia das audiências públicas organizadas pela CMO precisa ser aperfeiçoada. Considerando que a LDO 2011 prevê a possibilidade de participação, a sugestão para o aperfeiçoamento é seguir a intenção constante do Estatuto das Cidades, que condiciona a aprovação das leis orçamentárias à prévia realização de audiências. Não há argumento político nem jurídico para privar a população de conhecer o destino das despesas. O Brasil precisa ter coragem de aperfeiçoar o sistema democrático. Ouvir a população não significa abdicar da primazia administrativa ou legislativa garantidos pela Constituição. Pelo contrário, é um gesto democrático pelo qual os Poderes se apropriam de idéias visando subsidiar suas decisões. Neste sentido, propomos a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1248 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2465 - Iran Barbosa

EMENDA
24650008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

§ 1º As prioridades e metas previstas na Constituição Federal, no art. 165, § 2º, e na Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º, ficam preservadas do contingenciamento ou limitação de empenho durante o exercício financeiro, conforme previsto no art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º O Poder Executivo executará um patamar mínimo de 90% dos créditos orçamentários autorizados das prioridades e metas previstas na Constituição Federal, no art. 165, § 2º, e na Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º.

JUSTIFICATIVA

A lista de ações deve ser analisada com atenção para monitorar o entendimento do governo com relação às prioridades do primeiro ano do novo mandato presidencial.

Entre as ações constantes do Anexo de Prioridades estão (entre outras): Aquisição Alimentos de Agricultura Familiar - PAA; Assistência Técnica e Capacitação de Assentados; Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo, das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais; Apoio ao Transporte Escolar para Educação Básica - Caminho da Escola Veículo Adquirido; Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias; Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo; Proteção Social aos Povos Indígenas; Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidade de Semiliberdade e Internação; Proteção e Defensores de Direitos Humanos; Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; Apoio a Iniciativas para Promoção da Igualdade Racial; Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais; Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil.

A mera inclusão de uma ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas não obriga o Executivo a executá-la. A despeito de serem classificadas como prioridade, várias dessas ações chegam ao final do ano com uma execução bastante distante do crédito autorizado.

Como a determinação de prioridades está prevista na Constituição, há espaço para pressão popular e até de contestação judicial em caso do Executivo ignorá-las. Portanto, sugere-se aqui um dispositivo para preservar as prioridades de contingenciamento de recursos e garantir a execução de um patamar mínimo de 90% da dotação autorizada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1249 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2465 - Iran Barbosa	24650009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 9 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

V - anexo do orçamento criança e adolescente contendo os projetos, atividades e operações especiais direcionados à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

VI - Os projetos, atividades e operações especiais constantes do orçamento criança e adolescente terão identificadores ou códigos próprios que permitam identificá-los na lei orçamentária anual.

JUSTIFICATIVA

A respeito da proteção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A prioridade absoluta para crianças e adolescentes também é determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive, fixando a preferência de ambos na formulação e na execução das políticas sociais públicas .

Deixar explícita a efetividade da prioridade absoluta é assegurar a correta identificação na lei do que é direcionado à proteção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. É razoável pedir a inserção de um identificador (classificação ou código) nos diversos projetos, atividades ou operações especiais direcionados a esse público, bem como a introdução de anexo específico na lei orçamentária para reunir essas ações orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1250 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2465 - Iran Barbosa	24650010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

p) no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União-CGU, a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações, por unidade da Federação, de forma regionalizada, por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção e programa, mensal e acumulada;

q) no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União-CGU, vinculado aos beneficiários finais dos recursos, cópias digitalizadas de contratos e notas fiscais relativos aos bens e serviços adquiridos direta ou indiretamente pelo Estado.

JUSTIFICATIVA

A transparência orçamentária é, sem dúvida, um dos principais indicadores da qualidade das democracias. É preciso reconhecer que houve um grande avanço com relação à transparência orçamentária ao longo do governo Lula. No entanto, também há limitações e bastante espaço para aperfeiçoamento.

Coordenado pela Controladoria Geral da União, o Portal da Transparência é a principal iniciativa do Poder Executivo no tema do monitoramento cidadão das contas públicas. Sua principal vantagem é a simplicidade. É possível identificar o beneficiário final do repasse do dinheiro federal em qualquer unidade da federação. De fato, a máxima (siga o dinheiro) é observada, pois é possível rastrear o gasto, desde o governo federal até o município; do valor total de uma ação governamental ao repasse específico para uma prefeitura; pessoa jurídica ou pessoa física; do repasse a um órgão ao pagamento feito a um CNPJ ou CPF.

A principal desvantagem desse site é a indisponibilidade dos dados em diferentes classificações orçamentárias (funcional, programática, por categoria econômica, por natureza da despesa, etc). Uma segunda limitação é a impossibilidade de se fazer download do banco de dados e em formato que possibilite tratamento e comparações de séries históricas.

Portanto se faz necessário criar mecanismos para que o Portal da Transparência possa disponibilizar, vinculado aos beneficiários finais dos recursos, cópias digitalizadas de contratos e notas fiscais relativas aos bens e serviços adquiridos direta ou indiretamente pelo Estado. Além disso, é necessário disponibilizar os resultados físicos alcançados (metas) pela ação governamental. Só dessa forma, qualquer pessoa poderá avaliar o custo-benefício do gasto público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1251 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1412 - Iriny Lopes	14120001

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

7L53 Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória - ES

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho implantado (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à LDO/2011, visa implantar o sistema de veículo leve sobre trilhos na Região Metropolitana de Vitória-ES. O objetivo é melhorar o transporte urbano da Grande Vitória. O elevado nível de adensamento populacional no município de Vitória e a sua característica de localizar-se no Centro entre as demais cidades integrantes da Região Metropolitana, o que dificulta ainda mais a locomoção das pessoas. Além disso, a sua implantação contribui para a melhoria do Meio Ambiente, principalmente pela utilização de energia limpa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1252 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1412 - Iriny Lopes****EMENDA****14120002****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

7H95 Construção do Hospital Infantil em Vitória - ES

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Atendimento realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

17.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa ratificar na LDO/2011, a destinação de valores previstos no PPA, o valor de R\$17.000.000,00.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1253 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1412 - Iriny Lopes****EMENDA****14120003****PROGRAMA**

0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

AÇÃO

8976 Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

110

JUSTIFICATIVA

Esta emenda abrange a iniciativa que visa apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovação tecnológicas que representam avanços na forma da inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais, bem como identificar demandas locais e articular a promoção de investigação e implementação de alternativas tecnológicas, tais como:

- a) Projetos que agregam valor a produtos locais: transformação de frutas, pescados, leite, artesanato.
- b) Projetos de tecnologia assistida (idosos e portadores de necessidades especiais).
- c) Projetos para reciclagem e tratamento de resíduos sólidos.
- d) Projetos para financiar a aquisição de equipamentos necessários à disponibilização de tecnologia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1254 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1412 - Iriny Lopes****EMENDA****14120004****PROGRAMA**

1250 Esporte e Lazer da Cidade

AÇÃO

5450 Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Espaço implantado/modernizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

2

JUSTIFICATIVA

Nosso País irá sediar a copa de 2014. Torna-se nossa obrigação receber os cidadãos e atletas de todos os países da melhor forma possível. Iremos revelar, mais uma vez, ao mundo nosso grandioso espírito de amizade e de solidariedade. Para isso como excelente anfitrião que somos, temos que melhorar principalmente, a nossa infraestrutura para a prática do esporte. O Estado do Espírito Santo faz jus por suas belezas naturais e hospitalidade do seu povo, a receber atletas de outros países ou até mesmo a nossa seleção. No entanto, necessitamos de algumas obras em nossos campos de futebol na região metropolitana de Vitória-ES. Esta emenda visa garantir no anexo de metas da LDO/2011 a ampliação de espaço de treinamento e jogos, visando a copa de 2014.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1255 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1412 - Iriny Lopes****EMENDA****14120005****PROGRAMA**

1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

AÇÃO

2957 Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

30

JUSTIFICATIVA

Com o intuito de contribuir e alertar para a preservação das Bacias Hidrográficas, bem vital da natureza, apresentamos a presente emenda a LDO/2011. Para que não se agravem ainda mais os futuros prejuízos em virtude da falta de conservação, diversos estudiosos do meio ambiente, alertam que em 2050, 75% da população mundial conviverá com o "estresse hídrico" ou seja, o consumo será maior que a oferta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1256 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1317 - Jackson Barreto	13170001

PROGRAMA

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto realizado (unidade)

1

JUSTIFICATIVA

A CONSTRUÇÃO DESSA PONTE TERÁ UMA GRANDE IMPORTÂNCIA PARA FORTALECER O TURISMO, LIGANDO O LITORAL NORTE DE SERGIPE AO LITORAL SUL DE ALAGOAS, AMPLIANDO O FLUXO TURÍSTICO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NEÓPOLIS/SE E A HISTÓRICA CIDADE DE PENEDO/AL. SABEMOS QUE RECIFE/PE E SALVADOR/BA SERÃO SEDES DA COPA DO MUNDO DE 2014 E PRETENDEMOS QUE MACEIÓ/AL E ARACAJU/SE SEJAM SUB-SEDES DESSA COPA O QUE SERIA FUNDAMENTAL PARA CONSOLIDAR AS DUAS CAPITALS. COM A PONTE TERÍAMOS COMPLETA LIGAÇÃO DE TODO LITORAL DO NORDESTE DESDE SALVADOR ATÉ RECIFE, FORTALECENDO A INTEGRAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO, FACILITANDO O ACESSO DOS TORCEDORES, TURISTAS E NEGÓCIOS NA ÁREA. CONVÉM LEMBRAR QUE AS PONTES (MOSQUEIRO x CAUEIRA) E (PORTO CAVALO x TERRA CAÍDA) TODAS EM SERGIPE JÁ PRONTAS, SERVIRÃO PARA INTEGRAÇÃO TOTAL DA "LINHA VERDE" BAHIA ATÉ SERGIPE E DAQUI LIGANDO NOSSO LITORAL ATÉ PERNAMBUCO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1257 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300001

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

3735 Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

35

JUSTIFICATIVA

A Bacia Hidrográfica do Rio Congonhas localiza-se nos municípios de Juramento, Itacambira, Grão Mogol e Francisco Sá, no nordeste do estado de Minas Gerais. Considerada o maior investimento de recursos hídricos nesta região que enfrenta muitos problemas relacionados a falta d'água, inclusive para consumo humano. Essa emenda visa a construção dessa obra de grande importância, que promoverá o abastecimento de água do Município de Montes Claros e região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1258 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300002

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7I68 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Manhuaçu - na BR-262 - no
Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra realizada (unidade)	1
--------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com esta emenda construir contorno rodoviário na BR-262, no Município de Manhuaçu, com o objetivo de reduzir os frequentes acidentes fatais, bem como, melhorar o escoamento da produção agrícola da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1259 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300003

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7F60 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Divinópolis - no Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Contorno construído (km)	1
--------------------------	---

JUSTIFICATIVA

A obra, que eliminará os conflitos entre a operação ferroviária e a circulação de veículos e pedestres no perímetro urbano de Divinópolis, Minas Gerais, que é um dos maiores centros ferroviários do Estado e corredor de exportação do País, foi objeto de emenda da Comissão de Viação e Transportes aprovada para o Orçamento de 2010. Contudo, apesar de licitada e contratada, depende de recursos financeiros para ser iniciada ainda neste ano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1260 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300004

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7H07 Contorno Ferroviário - no Município de Santo Antônio do Monte - no Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Contorno construído (km)	7
--------------------------	---

JUSTIFICATIVA

As obras, que estão sendo executadas, permitirão o isolamento do tráfego ferroviário no perímetro urbano do município de Santo Antônio do Monte, no Estado de Minas Gerais, eliminando os conflitos com o trânsito de veículos e pedestres.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1261 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300005****PROGRAMA**

0225 Gestão da Política dos Transportes

AÇÃO

1D47 Estudos e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Estudo realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, o Norte e o Centro-Oeste brasileiros vem-se destacando na expansão das novas fronteiras agrícolas brasileiras. Nessas áreas, pode-se afirmar, sem hesitação, que o desenvolvimento só pode ser induzido pelo provimento de importantes equipamentos públicos de infraestrutura. O Plano Nacional de Logística de Transportes, liderado pelos Ministérios dos Transportes e da Defesa, através do Centro de Excelência em Transportes, foi sustentado em dois pilares primordiais. O primeiro deles foi uma avaliação macroeconômica, a partir de um cenário de referência e da aplicação de um modelo compatível de equilíbrio geral (Economic Forecasting Equilibrium System). O segundo pilar provém de uma avaliação logística, com a utilização de um modelo clássico de quatro etapas, para a simulação de transporte-geração, distribuição, divisão modal e alocação. A partir dessas avaliações, identificaram-se as trocas prováveis entre as microrregiões (oferta e demanda de bens) e os eventuais gargalos, que pudessem inviabilizar fisicamente as trocas. Determinaram-se, então, as áreas para planejamento das intervenções de transportes, no que se convencionou chamar de corredores logísticos. A partir da porção central do país, estabeleceram-se pares de origem e destino para commodities agrícolas e minerais, obedecendo-se às hintelândias mais favoráveis dos portos que servem à exportação, a partir da avaliação de isocustos. Nessa avaliação, é fundamental a ligação Norte-Sul, para conduzir parte da produção em expansão.

A par dos aspectos levantados acima, os sucessivos governantes nacionais e, mais acentuadamente, o setor produtivo vêm acalentando o antigo sonho do tão almejado acesso ao Pacífico. Para coroar de êxito este sonho, não podemos nos ater à construção da rodovia BR-364, mais sujeita às intempéries e às mais recentes e bruscas mudanças climáticas. Os estudos para a futura implantação da EF-354 visam a dotar o Brasil da opção mais eficiente e perene, no escoamento de sua produção agrícola e mineral das regiões centrais do país. A ferrovia EF-534, que pretende ligar o Oceano Atlântico, desde o município de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, a Boqueirão da Esperança, no Acre e na fronteira com o Perú, traria para uma realidade mais palpável o secular sonho do acesso ao Oceano Pacífico. Seria para a integração nacional e latino americana a plena realização, além de trazer em seu bojo o melhor cenário para atingirmos com maior velocidade e menor custo o desejado mercado asiático. Temos plenamente justificada esta emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1262 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 7 Parágrafo 7 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas

JUSTIFICATIVA

A emenda visa aprimorar a redação do dispositivo referente à definição de modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas. Ocorre que a redação do inciso II prevê tão-somente a transferência a entidades privadas sem fins lucrativos, que é a situação da grande maioria das entidades beneficiadas, mas deixa de contemplar transferências realizadas a entidades com fins lucrativos (modalidade 60, utilizada para as subvenções econômicas previstas no art. 18 da Lei nº 4.320/64). Portanto, a presente emenda visa apenas aprimorar a redação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1263 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

§ n° A despesa empenhada no exercício de 2011 relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2010, excluindo-se, na apuração de ambos os exercícios, as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento à segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e as voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que visa limitar despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1264 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20. (...)
(...)

§ 1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

JUSTIFICATIVA

Como regra geral, desde 1990, as LDOs vêm sistematicamente estabelecendo vedações à destinação de recursos públicos para determinadas finalidades. Todavia, considerando a existência de situações concretas, que excepcionalmente podem exigir a realização dessas despesas, a LDO também contém dispositivo que afasta tais vedações. Na prática, a LDO estabelece a vedação, mas prevê situações excepcionais para sua realização. . Por isso a despesa deve se enquadrar em uma das exceções legais e se encontrar identificada e discriminada em categoria de programação específica no Orçamento. Ocorre que o PLDO 2011 (art. 20, §1º) propõe nova redação ao dispositivo que afasta a apreciação ex-ante do Parlamento sobre tais despesas, uma vez que não precisarão constar de forma discriminada na peça orçamentária (art. 20, §1º, do PLDO 2011). A presente emenda visa resgatar a redação anterior e manter a possibilidade de análise pelo Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1265 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1266 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011

Art. 36. (...)

§ 8º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União. Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1267 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1268 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1269 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 110 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§3º A prerrogativa estabelecida no § 1º deste artigo, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo, bem como é extensiva para o atendimento das despesas administrativas decorrentes da execução das emendas parlamentares a cargo dos órgãos ou entidades da administração pública federal contempladas com emendas aprovadas em seus orçamentos.

JUSTIFICATIVA

Cosiderando que é facultado na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, em seu art. 39, inciso 9º, parágrafo único que entidades privadas sem fins lucrativos possam custear despesas administrativas até o limite de 5 por cento do valor do objeto e considerando que a execução de emendas parlamentares também implicam em despesas administrativas, tais como, publicação de editais de licitação, seus resultados e despesas com a fiscalização e supervisão das obras contratadas e conveniadas. Justifica-se que a permissão concedida para as transferências, que são realizadas em grande parte a conta de emendas parlamentares, seja estendida para as emendas exeutadas pelos órgãos (sem a intermediação de instituições e agências financeiras oficiais). Ressalta-se que o Poder Executivo não tem como prever a necessidade de recursos para o atendimento das despesas administrativas decorrentes da execução das emendas, por desconhecer a priori, qual o montante que cada órgão ou entidade da administração pública federal que será contemplado com recursos de emendas parlamentares. Além disso, é justo que o Congresso Nacional ao aportar os recursos de emendas, também aporte os recursos necessários a sua execução desonerando-se a ação de administração dos órgãos e entidades que tiveram seus orçamentos acrescidos com emendas parlamentares.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1270 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3230 - Jaime Martins

EMENDA
32300014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1271 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3230 - Jaime Martins

EMENDA

32300014

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1272 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3230 - Jaime Martins	32300015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1273 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300016**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1274 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3230 - Jaime Martins****EMENDA****32300017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1275 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730001

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Submarino construído (% de execução física)	1
---	---

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1276 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730002
PROGRAMA	
0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	
AÇÃO	
123I Construção de Submarinos Convencionais	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Submarino construído (% de execução física)	9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123I compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1277 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730003

PROGRAMA

0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre

AÇÃO

8966 Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Organização militar apoiada (unidade)	390
---------------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. A Alimentação é uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam alimentar aos militares (direito previsto no Estatuto do Militares ; Lei nº 6.880, de 1980).

Visualiza-se garantir um patamar adequado de recursos para a atividade.

Descrição das principais despesas com a atividade:

- Aquisição de gêneros, rações, materiais, equipamentos destinados à alimentação de pessoal;
- Manutenção das instalações (laboratórios, depósitos, câmaras frigoríficas e outros) destinadas à estocagem, ao preparo e ao fornecimento de alimentação diária ao pessoal e animais;
- Atender às necessidades das Organizações Militares do Exército Brasileiro em itens de material de veterinária, de coudelaria, agrícola e de controle de zoonoses;
- Produzir, adquirir, manter, estocar e distribuir rações e forragens;
- Produzir e recompletar os efetivos de animais;
- Produzir, adquirir e distribuir de material de ferrageamento, de contenção e treinamento de cães, imunobiológicos, insumos e equipamentos para análise laboratorial (Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia - LIAB);
- Adquirir, distribuir e manter materiais e equipamentos agrícolas;
- Realizar pesquisa e desenvolvimento de projetos relativos à alimentação de pessoal e de animais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1278 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730004
PROGRAMA	
0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre	
AÇÃO	
8968 Logística de Material e Equipamento Militar	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Organização militar mantida (unidade)	510

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. A Logística de Material e Equipamento Militar inclui as despesas com o combustível, a munição e o suprimento e a manutenção dos armamentos e outros equipamentos de emprego militar. É uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano, o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam realizar o treinamento de tiro adequado, o combustível necessário para a realização dos exercícios e manobras no terreno. A manutenção dos meios está defasada e contribuindo para o sucateamento da Força Terrestre

Visualiza-se garantir um patamar que possibilite recuperar um pouco as demandas reprimidas da atividade.

Descrição do que é realizado pela atividade:

- Aquisição de munição, bem como prover a manutenção e a segurança dos equipamentos e das instalações destinadas à sua estocagem e guarda em condições ideais;
- Aquisição de combustíveis, lubrificantes, tambores descartáveis, tanques flexíveis, "kits" para inspeção de combustíveis, óleos e lubrificantes, bem como a manutenção dos equipamentos dos postos de abastecimento, de lavagem e de lubrificação;
- Aquisição de itens completos de suprimento, de peças de reposição, de insumos, de ferramental e contratação de serviços necessários à manutenção de viaturas e reboques, embarcações, material de engenharia de combate, armamento, alvos e instrumentos de observação, direção e controle de tiro.
- Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: treinamento do pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1279 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730005****PROGRAMA**

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar modernizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

28

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1280 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

- Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas, (letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980)

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com alimentação do Exército Brasileiro, no Programa 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre, previstas na Ação 8966 - Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola.

- A alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade, de acordo com o previsto na letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, é um direito do militar (ESTATUTO DOS MILITARES).

- A adequada alimentação dos militares é uma atividade essencial para manutenção da segurança do País e, em consequência, da execução da estratégia da dissuasão, bem como da manutenção do moral da tropa, com a preservação do expediente integral, o que traz reflexos para o nível de instrução do militar.

- A manutenção da alimentação para os militares também tem por finalidade dar tratamento isonômico entre civis e militares, tendo em vista que para os servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, bem como o § 1º e § 2º do Art. 1º do Decreto 3887, de 16 de agosto de 2001, que dispõe que o servidor civil ativo da Administração Pública fará jus ao auxílio-alimentação para subsidiar as despesas com a refeição, sendo-lhe pago diretamente e o receberá na proporção dos dias trabalhados, salvo a hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1281 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 104 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Adequar o conceito de Contabilidade Pública ao contido no Art. 1º, do Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922 e no inciso VI, do Art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, conforme texto abaixo transcritos:

DECRETO Nº 4.536, DE 28 DE JANEIRO DE 1922.

Vide Decretos:

15783, de 1922, 19.549, de 1930 e 20.393, de 1931

Organiza o Código de Contabilidade da União

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

CAPÍTULO I**CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE**

Art. 1º A Contabilidade da União, compreendendo todos os actos relativos às contas de gestão do património e na LRF:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LRF - DOU de 5.5.2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Texto consolidado com as alterações decorrentes da ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 7.3.2001 e ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 21.5.2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

....

Seção II

Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

.....

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1282 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Inciso II Item 2

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às funções Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICATIVA

Possibilitar às Forças Armadas executar o planejamento orçamentário e financeiro conforme os recursos disponibilizados na LOA, sem as surpresas decorrentes dos contingenciamentos e bloqueios realizados ao longo do exercício. As Forças Armadas, devido à suas especificidades e destinação constitucional, sentem sensivelmente com os contingenciamentos e bloqueios orçamentários e financeiros freqüentemente efetuados ao longo do exercício. Os efeitos desses bloqueios acontecem nos diversos projetos (em curto, médio e longo prazo) e os resultados, hoje, já aparecem de forma CLARA: fragilização dos vetores, instrumentos e equipamentos direcionados à DEFESA NACIONAL, assim como na formação, educação continuada e doutrina militares. Ademais, impacta negativamente no desenvolvimento das ações de ciência e tecnologia, que por sua vez, influencia em resultados pífios endereçados à indústria nacional - naquilo que se refere aos projetos duais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1283 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1284 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

1773 - Jair Bolsonaro	17730009
-----------------------	----------

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1285 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1286 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1287 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1773 - Jair Bolsonaro

EMENDA

17730012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1288 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti do Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação Participação Brasileira em Missões de Paz.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti no Programa 8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação 2C.06 - Participação Brasileira em Missões de Paz.

- O Decreto Legislativo Nº 75, de 25 de janeiro de 2010, autoriza o aumento de efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti (MINUSTAH) em mais 1300 militares (DOU Nº 17, de 26 de janeiro de 2010, Seção 1, página 1), o que caracteriza a importância da presença brasileira naquele País.

- Trata-se de uma operação real com risco de vida para os militares envolvidos, o que significa que o fluxo de recursos para a manutenção das atividades não pode ficar sujeito a contingenciamento.

- Tal emprego das tropas cresceu de importância após o forte terremoto ocorrido naquele País no dia 12 de janeiro, onde a capital Porto Príncipe sofreu sérios danos e mais de 200.000 pessoas morreram.

- Faz-se necessário o aporte de recursos para a referida ação com o intuito de auxiliar na reconstrução daquele País, proporcionar maior segurança possível para as tropas e melhorar as condições oferecidas pelo estado brasileiro aos militares enviados para a região.

- Essa participação trará reflexos positivos ao País diante da comunidade estrangeira, pois a atividade ocorre com sucesso desde 2004, e o Brasil lidera as tropas da ONU, integradas pelos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai, o que contribui para a visão estratégica do País de projeção de poder.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1289 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressaltada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1290 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre e o Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento e ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército e para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com os Programas de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro e de Preparo e o Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-os como despesas ressalvadas da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1291 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".
- Proporcionar as melhores condições para a realização dos V Jogos Mundiais Militares no País e projetar positivamente o estado brasileiro no âmbito internacional.
- Os jogos serão realizados em junho/julho 2011, o que demanda que os recursos estejam liberados integralmente tão logo seja sancionada a LOA 2011, a fim de permitir a sua utilização até a realização dos V Jogos Mundiais Militares.
- A adequada e oportuna liberação dos recursos para os V Jogos Mundiais Militares e, em consequência, a sua possibilidade de realizar a sua correta utilização, demonstrarão a capacidade que o País possui em organizar os importantes eventos esportivos que ocorrerão no curto prazo, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1292 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1773 - Jair Bolsonaro	17730017

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças.

Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, propõe a priorização da Região Amazônica nos esforços de defesa e a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, o que passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença, por parte do Exército e, em consequência, do Estado brasileiro.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelamento do Exército.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa de Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressalvada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1293 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1773 - Jair Bolsonaro****EMENDA****17730018**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 63

TEXTO PROPOSTO

- Art. 63. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, e auxílio-transporte, porventura existentes em unidades orçamentárias no âmbito do Poderes e do MPU, deverão ser remanejadas, prioritariamente, para o atendimento de outras despesas dessas unidades, sendo que os saldos por ventura existentes poderão atender à necessidade de suplementação das dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos Poderes e Órgão.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0750 : Apoio Administrativo/Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Odontológica, inclusive Exames Periódicos e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, qual seja envolve as chamadas despesas obrigatórias.

- Proporcionar a possibilidade de a Unidade Orçamentária transpor para uma ação deficitária as eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias de outras ações, tudo no âmbito das despesas obrigatórias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1294 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2396 - Janete Rocha Pietá****EMENDA****23960001**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I Alinea c

TEXTO PROPOSTO

c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original; e

JUSTIFICATIVA

A limitação do ano de 2000, para obras já iniciadas com recursos do orçamento Fiscal e da Seguridade Social, prejudicou as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos da área da saúde, parceiras do Governo através do atendimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, que tiveram suas obras iniciadas posteriormente ao ano de 2000, e hoje se encontram totalmente paralisadas e sem o apoio financeiro do Governo Federal, não terão condições de concluir as obras, resultando no evidente prejuízo social, tanto pela perda dos recursos, quanto pela ausência dos serviços que a obra concluída propiciaria a população carente que busca atendimento nestas unidades de saúde.

Cabe observar, que o texto sugerido é o mesmo da redação disposta na LDO 2009, sem nenhuma inovação na aplicabilidade do Artigo 36.

Observa-se ainda, que a justificativa apresentada no Relatório do PLDO 2010, a citar, a alínea c do item 1.6, no qual o relator justifica a limitação de obras iniciadas até o ano de 2000 sobre a razão de que esse exercício foi o último em que a Lei teria autorizado a construção em Entidades Privadas, é de fato uma afirmação equivocada, tendo em vista que existem convênios posteriores a este ano que receberam recursos do citado orçamento, e portanto, necessitam de complementação financeira para a conclusão das obras.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1295 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2396 - Janete Rocha Pietá****EMENDA****23960002**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 6º Os Poderes e o MPU deverão realizar audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 48, atualizada pela Lei complementar nº 131/2009 destaca a transparência aos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. O inciso I do parágrafo único ressalta que a transparência também será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Esta responsabilidade vem sendo atribuída apenas ao Poder Legislativo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. A presente emenda busca, portanto, dar efetividade ao disposto na LRF, assegurando que o debate público ocorra também no Poder Executivo, durante o processo de elaboração das leis orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1296 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2396 - Janete Rocha Pietá	23960003

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ; PAC, à redução do desemprego e da mortalidade materna, à igualdade de gênero em conformidade com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a igualdade étnico-racial, e àquelas constantes do Anexo I desta Lei as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda busca assegurar o cumprimento do objetivo estratégico de governo expresso no Plano Plurianual, de fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Para isso, assegura prioridade aos compromissos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial às metas de redução em 15% da taxa de mortalidade materna, bem como de redução do desemprego (e aumento da taxa de atividade das mulheres em 4%) até 2011. A mortalidade materna ; que em 92% dos casos é evitável mediante a oferta de serviços de saúde adequado- tem crescido no Brasil: o governo projeta uma taxa (de 2008 a 2010) entre 69 e 77 óbitos por 100 mil nascidos vivos, maior do que nos anos anteriores (73,4 e 75,0). A redução do desemprego - que atinge mais as mulheres do que os homens ; é outra medida fundamental para garantir o bem-estar e a autonomia de homens e mulheres. A taxa de desemprego masculina foi de 5,2% e a feminina atingiu 9,2% em 2008. Os percentuais representam um contingente de mais de 1,2 milhão de mulheres desempregadas em comparação com os homens. Apesar de as taxas de desemprego terem caído nos últimos anos, as distâncias entre homens e mulheres permanecem praticamente inalteradas, o que demanda do poder público a priorização de ações que combatam essas desigualdades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1297 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2396 - Janete Rocha Pietá****EMENDA****23960004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 1 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. O Poder Executivo publicará demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
Parágrafo único. O desenvolvimento das ações para cumprimento das metas sociais será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade.

JUSTIFICATIVA

A inclusão desse artigo procura trazer um equilíbrio à agenda pública do governo. Desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), o governo tem se preocupado excessivamente em atingir as metas fiscais, deixando em segundo plano o gasto público que promove os direitos, a igualdade e a justiça social. Essa emenda obriga o governo federal a elaborar um anexo contendo metas sociais, que devem estar diretamente relacionadas com a redução da desigualdade entre homens e mulheres e entre brancos e negros e, sobretudo, devem ser cumpridas com o mesmo empenho com que são cumpridas as metas fiscais. Além de dar às metas sociais peso igual às metas fiscais, a emenda viabilizará o monitoramento de compromissos com a promoção da igualdade, assumidos em tratados e acordos internacionais que o Brasil é signatário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1298 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2396 - Janete Rocha Pietá	23960005

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º - O programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres não será considerado na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

JUSTIFICATIVA

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, muitas vezes praticado por seus maridos e companheiros. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência no Brasil. Dados da USP/OMS (2001) apontam que em média 30% das mulheres da Grande São Paulo e da Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiros ou ex-parceiros; e que 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos. Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), exigindo do Poder Público a criação, a manutenção e a gestão de serviços públicos de prevenção e combate à violência doméstica. No entanto, grande parte dos recursos destinados ao programa 0156 - Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher foram contingenciados, limitando fortemente a implantação dos serviços previstos em Lei: mais da metade dos 764 serviços (casas-abrigo, Delegacias Especializadas, Centros de Referência Especializados etc.) ainda precisam ser criados e apoiados, e mais de 100 mil profissionais necessitam de capacitação para que possam oferecer atendimento qualificado às vítimas. O cumprimento dessas metas até 2011 é um compromisso expresso no Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Para que tais metas sejam cumpridas, é preciso proteger o programa 0156 do contingenciamento, viabilizando assim a integral execução de seus recursos e a garantia, até 2011, da oferta de mais serviços e profissionais capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1299 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2396 - Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso IV Alínea c

TEXTO PROPOSTO

c) à construção de vias e obras rodoviárias destinadas à integração de modais de transporte, com prioridades para obras em regiões metropolitanas que já tenham sido iniciadas.

JUSTIFICATIVA

As regiões metropolitanas brasileiras contam com importantes obras de integração rodoviária. No Estado de São Paulo, a obra que tem apresentado grandes perspectivas de desenvolvimento é o Complexo Jacu-Pêssego. Trata-se de uma via de ligação entre a avenida Orlanda Bergamo à avenida Papa João Paulo I, denominada de "Jacu-Pêssego", além de criar um novo eixo de desenvolvimento para a região leste de São Paulo, promovera a integração dos municípios do ABCD com a rodovia Presidente Dutra, o Município de Guarulhos, e o aeroporto Internacional de São Paulo- Guarulhos, completando dessa maneira a ligação denominada de PORTO / AEROPORTO.

Essa via, em um primeiro momento, deverá fazer a função do elo leste do Rodo Anel e terá como objetivo principal, promover a ligação da rodovia Airton Senna à avenida Papa João Paulo I, proporcionando o desenvolvimento da região sul do Município, bem como deverá absorver boa parte do fluxo da avenida Santos Dumont, que vem operando atualmente em seu nível máximo de capacidade. Com a sua implantação, os problemas hoje existentes com relação aos atuais acessos a essa região, que são efetuados por vias locais, além de serem precários e inadequados para o tipo de fluxo existente serão eliminados. Além de promover essa ligação, trará outros benefícios ao Município, dos quais destacamos:

- Criação de nova e muito mais eficiente, alternativa de acesso à rodovia Airton Senna nos dois sentidos, para os usuários de todos os bairros dessas regiões:
- Eliminação dos congestionamentos diários que se verificam na avenida Santos Dumont (Guarulhos) e na avenida Assis Ribeiro (São Paulo), junto ao entroncamento das mesmas:
- Melhoria do desempenho da interseção situada no km 26 da rodovia Airton Senna (bairro dos Pimentas- Guarulhos). Esse trevo representa a única opção aos usuários da Rodovia que desejam acessar o bairro de São Miguel Paulista (São Paulo), visto que o acesso pelo viaduto da avenida Santos Dumont não existe. Isto possibilitara, também, a redução do tráfego de passagem pela área central do bairro, cuja estrutura viária é constituída de vias estreitas e desordenadas:
- Diminuição da distância a ser percorrida pelos veículos que que trafegam na pista sentido Rio de Janeiro da rodovia Airton Senna e que desejam acessar os bairros limítrofes:
- Melhoria no desempenho do trevo de Cumbica (interseção da avenida Santos Dumont com a rodovia Presidente Dutra), haja vista que parte do tráfego hoje existente, será atraído pela essa nova opção:
- Melhoria no desempenho do trevo de Bonsucesso (interseção da avenida Juscelino K. de Oliveira com a rodovia Presidente Dutra), vez que parte do tráfego hoje existente, será atraído pela essa nova opção:

A via, no trecho de Guarulhos, terá uma extensão de aproximadamente 8,00 km, sendo composta por duas pistas, separadas por canteiro central. Cada pista terá três faixas por sentido, sendo uma destinada exclusivamente para coletivos. Para cada faixa foi prevista a largura de 3,50 metros. A faixa de domínio prevista para a via, será de 34,00 metros, exceto no trecho no córrego Botinha. O projeto também prevê a implantação de três obras de artes, sendo uma sobre a avenida Orlanda Bergamo, uma sobre a estrada Velha de Guarulhos - São Miguel, e outra sobre a avenida Papa João Paulo. Além dessas obras de artes, esta previsto a implantação de um parque linear ao longo do córrego do Botinha, um túnel sob a rodovia Presidente Dutra e a implantação de um dispositivo hidráulico (piscinão), ao sul da rodovia Presidente Dutra.

O custo da obra é de R\$ 150.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões de reais), não incluso os custos de desapropriação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1300 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2573 - Jarbas Vasconcelos	25730001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

NOVA ADEQUAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO CAETANO/ARCOVERDE, NA BR 232, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

107

JUSTIFICATIVA

A continuação da duplicação da BR 232, ligando o Município de São Caetano de até o Município de Arcoverde integrando o Estado de Leste a Oeste e possibilitando a interiorização do desenvolvimento, como já ocorre no trecho implantado de Recife a São Caetano é o sonho de milhares de Pernambucanos que moram no Agreste e no Sertão que a cada dia que vêm o crescimento alcançado em pouco tempo por cidades como Vitória de Santo Antão, Bezerros e Gravatá, sentem ser a rodovia a veia que levará o sangue do desenvolvimento até o restante do Agreste, ao Sertão e quiça até o Araripe, integrando-se com a Ferrovia Transnordestina e com a hidrovía do São Francisco, como obras essenciais à vocação logística do Estado.

Pernambuco atravessa um raro momento em sua história, em que o Governo Federal e Estadual estão alinhados politicamente e caminham na direção de atenuar as desigualdades socio-econômicas que por anos a fio têm permitido que no mesmo País e até mesmo em nosso Estado convivamos com uma região abastada e desenvolvida (O Sul e Sudeste e a região de "Praia") e com outra pobre e subdesenvolvida (O Nordeste e o Semi-Árido).

A BR 232 é empreendimento estruturador da economia e do território pernambucano, deve gerar grandes oportunidades econômicas ao longo da rodovia e nos pólos produtivos do interior do Estado, como a indústria de alimentos, confecções, turismo, agronegócio, gesso, com redução dos custos de transporte e atração de investimentos e capital. De acordo com estudo do IPEA, o investimento geraria um aumento significativo na renda total disponível do Estado, no crescimento e na geração de emprego e renda, o que demonstra um significativo impacto econômico e social.

Os princípios básicos da logística serão atendidos com a duplicação da BR-232. Com a distância que separa o sertão do Porto de Suape, principal porta de entrada e saída de produtos do Estado, o tempo que é fator primordial no transporte, principalmente da fruticultura irrigada voltada para exportação, diminuirá significativamente.

A posição geográfica de Pernambuco, que fica a 800 quilômetros do Ceará e da Bahia, principais centros de desenvolvimento do Nordeste, já é uma contribuição natural para o Estado crescer e se consolidar. Mas, sem infra-estrutura de nada adiantaria estar bem situado. Pernambuco tem uma vocação nata para ser um grande centro de indústrias e de distribuição para toda a Região, mas precisa de infra-estrutura de transportes para atrair investimentos.

A BR-232 tem tudo para levar as pessoas a se deslocarem para o Interior em busca de qualidade de vida, pois a chegada de novos moradores vai levar empresas de serviço para as cidades cortadas pelo trecho a ser construído da rodovia, como Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. A população diretamente beneficiada pela obra ultrapassa os 256.000 habitantes das cidades acima para contemplar indiretamente os 17% da população que mora no sertão que sentirá os benefícios da obra a facilidade de escoamento da produção e o incremento no trânsito de pessoas e negócios.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1301 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2573 - Jarbas Vasconcelos	25730002

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7N14 Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-232(B) (São Caetano) - Entr. BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423 - No Estado de Pernambuco

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	98
----------------------	----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o objetivo de melhorar sensivelmente o tráfego de cerca de oito mil veículos que transitam pelo trecho diariamente ; entre o km 18,2 e km 98,4. A estrada é angulada e está se tornando precária e perigosa, pois serve a intenso e pesado tráfego caminhões, em razão da presença de diversas indústrias na região. Com a duplicação da BR-423, o agreste meridional de Pernambuco deve entrar na rota do desenvolvimento viabilizado a partir da duplicação da BR-232. A rodovia corta cinco municípios ; São Caetano, Cachoeirinha, Lajedo, Jupi e Garanhuns. A região, uma das mais importantes do estado, destaca-se não apenas pela produção leiteira e avícola, na área próxima ao município de São Bento do Una, como também pelo potencial turístico, tão bem representado pela cidade de Garanhuns. A rodovia também é passagem obrigatória dos sacoleiros de Alagoas e da Bahia, que seguem em direção ao Pólo de Confecção do Agreste. Merece destaque ainda o grande trevo de São Caetano, que possibilitará acessar os destinos: Recife, Arcoverde, Garanhuns e a cidade de São Caetano, sem nenhum cruzamento de veículos no mesmo nível.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1302 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2573 - Jarbas Vasconcelos	25730003

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

10DA Implantação do Sistema de Abastecimento de Água Pirapama no Estado de Pernambuco

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

40

JUSTIFICATIVA

A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE e RMR , COM UMA POPULAÇÃO HOJE ACIMA DE 3,5 MILHÕES DE HABITANTES, CONVIVE AINDA COM RACIONAMENTO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA DE 1997. ATUALMENTE O FORNECIMENTO É NA BASE DE 24 HORAS COM ÁGUA E 24 HORAS SEM ÁGUA. ESSE REGIME SE AGRAVA NOS PERÍODOS DE ESTIAGEM MAIS PROLONGADAS. O PRINCIPAL PROJETO QUE O GOVERNO ETADUAL DISPÕES PARA RESOLVER O PROBLEMA É A CONSTRUÇÃO DO SITEMA PIRAPAM, COMPOSTO DE BARRAGEM, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E ADUTORAS. A BARRAGEM JÁ FOI CONTRUÍDA COM RECURSOS ESTADUAIS, ACUMULANDO HOJE 61 MILHÕES DE M3 DE ÁGUA, QUE NÃO PODEM SER DISPONIBILIZADOS PARA ABASTECIMENTO SEM A CONSTRUÇÃO DAS ETAPAS RESTANTES



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1303 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2573 - Jarbas Vasconcelos	25730004

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

1H89 Expansão do Ensino Superior - Campus de Petrolina

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

O SETÃO DE PERNAMBUCO DEMANDA COM URGÊNCIA DE MECANISMOS AGEIS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS PARA QUE SUA POPULAÇÃO AVANCE SOBRE OS PROCEDIMENTOS TRADICIONAIS DA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA. A EXPANSÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PETROLINA CONSTITUI PRERROGATIVA DE GRANDE MOBILIDADE PARA CONTRIBUIR DECISIVAMENTE COM A MELHORIA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DO NOSSO ESTADO. O REFERIDO CAMPUS UNIVERSITÁRIO PRETENDE ATENDER VÁRIAS REGIÕES DO ESTADO, INCLUINDO PARTE DA BAHIA, ATUANDO NAS ÁREAS DE ENSINO TECNOLÓGICO/SUPERIOR, CREDENCIANDO-SE PARA SUPERAR DESAFIOS QUE A DEMANDA IRÁ EXIGIR COM RELAÇÃO A MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO, VISANDO PERMITIR A IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS NAS DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E MELHORANDO A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE PERNAMBUCO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1304 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2573 - Jarbas Vasconcelos	25730005

PROGRAMA

1027 Prevenção e Preparação para Desastres

AÇÃO

8348 Apoio a Obras Preventivas de Desastres

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto implantado (% de execução)	14
------------------------------------	----

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA PRETENDE RECUPERAR ÁREAS SUSCETÍVEIS A OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES, CORRIGINDO SITUAÇÕES DE RISCOS COM OBRAS DE ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS E CONTROLE DE INUNDAÇÕES, INSTALANDO UM PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA NAS ÁREAS DE MORRO E ÁREAS ALAGADAS OCUPADAS COM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, DIMINUINDO DESASTRES COM MORTES E PERDAS MATERIAIS. AS INTERVENÇÕES COMPREENDEM AÇÕES ESTRUTURAIS E DE FORTALECIMENTO DE ÓRGÃOS VOLTADOS PARA REDUÇÃO DE RISCOS, MINIMIZANDO ASSIM AS CAUSAS DOS PROCESSOS DE EROSÕES, DESLIZAMENTOS E INUNDAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS. OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA QUE DEVEM SER BENEFICIADOS COM A PRESENTE EMENDA SÃO OS SEGUINTE: ABREU E LIMA. ARAÇOIABA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, CAMARAGIBE, IGARASSU, IPOJUCA, ILHA DE ITAMARACÁ, ITAPISSUMA, JOBOATÃO DOS GUARARAPES, MORENO, OLINDA, PAULISTA, RECIFE E SÃO LOURENÇO DA MATA.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1305 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1704 - Jerônimo Reis	17040001

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

110R Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101 - no Estado de Sergipe

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	15
----------------------	----

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda se justifica visto a grande utilização do Porto de Sergipe e com isto o crescimento da economia local, geração de empregos e maior renda para a população, como também o aumento do fluxo do turismo no Estado de Sergipe. A implantação da BR 235 consolidará o mais importante corredor rodoviário do norte do Estado, cuja a implantação beneficiará o polo Agro-Industrial de Juazeiro e Petrolina. Constituindo-se numa excelente alternativa de escoamento da produção desta região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1306 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1704 - Jerônimo Reis	17040002

PROGRAMA

1045 Brasil com Todo Gás

AÇÃO

7141 Implantação de Gasoduto - Entroncamento BR-101 (Itaporanga) - Salgado - Lagarto - Simão Dias - no Estado de Sergipe

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Gasoduto implantado (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa a construção de um novo ramal de abastecimento de Gás Natural nos municípios de Salgado, Lagarto e Simão Dias, no Estado de Sergipe. Atualmente o Estado já consta com oito municípios que se beneficia do uso do Gás Natural e segue investimento para levar mais segurança, conforto e modernidade as residências, comércios e indústrias de Sergipe, por meio da distribuição do Gás Natural, com o fornecimento contínuo, que sob todas as formas, não opera com sistemas de altas temperatura e os processos de limpeza do gás é simples e sem maior complexidade.

O Gás Natural não é quimicamente tóxico e sua ingestão ou inalação acidental não provoca danos a saúde e também tem se mostrado como a melhor opção energética, face a necessidade de reduzir os problemas ambientais associados a queima dos combustíveis fósseis.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1307 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1704 - Jerônimo Reis	17040003

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

7J02 Expansão do Ensino Superior - Campus de Lagarto - Sergipe

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra realizada (% de execução física)

10

JUSTIFICATIVA

O grande desafio da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como de outras instituições de ensino superior, é o de ajustar-se às demandas sociais, permitindo ser alcançada por todos que buscam, por exemplo, acessar e concluir um curso universitário. Para cumprir esse papel de propulsora do desenvolvimento de Sergipe, a UFS necessita assumir uma postura de crescimento que se traduza na ampliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e na diversificação da oferta de seus serviços à comunidade. Em sintonia com as aspirações da comunidade sergipana, a UFS foi definida para se tornar uma universidade complexa, isto é, para oferecer cursos de graduação e pós-graduação nos diversos ramos do saber humano e consolidar a pesquisa como atividade permanente de parcela expressiva do seu corpo docente, envolvendo alunos e técnicos da própria instituição ou em intercâmbio com outras instituições. Assim compreende-se que é fundamental que a UFS se desenvolva plenamente, para corresponder às expectativas locais e cumprir integralmente seu papel, enquanto instituição voltada para o desenvolvimento científico, tecnológico e, sobretudo, social e individual.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1308 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2528 - Jilmar Tatto	25280001

PROGRAMA

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	20
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Anexo I - Prioridades e Metas - nos Objetivos de Governo , no Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Ação - 1D73 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no sentido de viabilizar a Execução Orçamentária em 2011, de empreendimentos de Infraestrutura Urbana em Municípios. Em especial na execução de Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea no Município de Embu Guaçu - SP, no Estado de São Paulo. Esta obra é de grande importância para aliviar os congestionamentos causados por milhares de veículos que trafegam todos os dias causando enormes transtornos para a população. Situação similar encontrada em muitas outras localidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1309 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2528 - Jilmar Tatto	25280002

PROGRAMA

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	20
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Anexo I - Prioridades e Metas - nos Objetivos de Governo, no Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Ação 1D73 - Apoio a Política de Desenvolvimento Urbano, no sentido de viabilizar a Execução Orçamentária em 2011, de empreendimentos de Infraestrutura Urbana em Municípios . Em especial na execução de Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea no Município de Francisco Morato - SP, no Estado de São Paulo. Esta obra é necessária e de grande importância para aliviar os congestionamentos causados por milhares de veículos que trafegam todos os dias causando enormes transtornos para a população. Situação similar encontrada em muitas outras localidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1310 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2528 - Jilmar Tatto	25280003

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

209N Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de São Paulo

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

156

JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Anexo I - Prioridades e Metas - nos Objetivos de Governo, no Programa 1461 - Vetor Logístico Centro - Sudeste, Ação 209N - Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de São Paulo, no sentido de viabilizar a Execução Orçamentária em 2011, de empreendimentos em especial na Duplicação da Rodovia BR-101 - Rodovia Dr. Manoel Hypólito Rego - no Trecho entre a SP-055 - Rodovia Conego Domenio Rangoni até o Município de São Sebastião - no Estado de São Paulo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1311 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2528 - Jilmar Tatto****EMENDA****25280004****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10

JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Anexo I - Prioridades e Metas - nos Objetivos de Governo , no Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Ação - 1D73 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no sentido de viabilizar a Execução Orçamentária em 2011, de empreendimentos de Infraestrutura Urbana em Municípios. Em especial na execução de projeto de Readequação Viária na Vila Any - no bairro de São Miguel Paulista no Município de São Paulo - SP. Esta obra é de grande importância para aliviar e melhorar o trânsito, decorrente de grandes congestionamentos causados por milhares de veículos que trafegam todos os dias naquela região, causando grandes transtornos para a população. Situação similar encontrada em muitas outras localidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1312 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2528 - Jilmar Tatto	25280005

PROGRAMA

0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

AÇÃO

10GE Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Família beneficiada (unidade)

20.000

JUSTIFICATIVA

Inclua-se no Anexo I - Prioridades e Metas - nos Objetivos de Governo, no Programa 0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto - Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). No sentido de viabilizar a Execução Orçamentária em 2011, de empreendimentos de Esgotamento Sanitários em Municípios. Em especial na execução de projetos de saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação final de efluentes - no município de Santa Isabel - SP, no Estado de São Paulo, que apresenta elevados indicadores de pobreza, melhorar as condições ambientais e de saúde da população. Situação similar encontrada em muitas outras localidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1313 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2478 - Jô Moraes	24780001

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123G Implantação do Estaleiro e Base naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Infra-estrutura implantada (% de execução física)	10
---	----

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos, compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1314 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780002****PROGRAMA**

0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre

AÇÃO

8966 Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

390

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. A Alimentação é uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam alimentar aos militares (direito previsto no Estatuto do Militares ; Lei nº 6.880, de 1980).

Visualiza-se garantir um patamar adequado de recursos para a atividade.

Descrição das principais despesas com a atividade:

- Aquisição de gêneros, rações, materiais, equipamentos destinados à alimentação de pessoal;
- Manutenção das instalações (laboratórios, depósitos, câmaras frigoríficas e outros) destinadas à estocagem, ao preparo e ao fornecimento de alimentação diária ao pessoal e animais;
- Atender às necessidades das Organizações Militares do Exército Brasileiro em itens de material de veterinária, de coudelaria, agrícola e de controle de zoonoses;
- Produzir, adquirir, manter, estocar e distribuir rações e forragens;
- Produzir e recompletar os efetivos de animais;
- Produzir, adquirir e distribuir de material de ferrageamento, de contenção e treinamento de cães, imunobiológicos, insumos e equipamentos para análise laboratorial (Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia - LIAB);
- Adquirir, distribuir e manter materiais e equipamentos agrícolas;
- Realizar pesquisa e desenvolvimento de projetos relativos à alimentação de pessoal e de animais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1315 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780003****PROGRAMA**

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar modernizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

28

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1316 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780004****PROGRAMA**

1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

AÇÃO

8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pessoa beneficiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

28.000

JUSTIFICATIVA

As mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, muitas vezes praticado por seus maridos e companheiros. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência no Brasil. Dados da USP/OMS (2001) apontam que em média 30% das mulheres da Grande São Paulo e da Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiros ou ex-parceiros; e que 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos.

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), exigindo do Poder Público a criação, a manutenção e a gestão de serviços públicos de prevenção e combate à violência doméstica. Parte dos recursos destinados ao seu cumprimento está no programa 1453 - PRONASCI, cuja ação 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã contempla dentre seus projetos a Efetivação da Lei Maria da Penha.

A ação é uma das responsáveis pela implantação dos serviços previstos em Lei (defensorias públicas, juizados e núcleos especializados) e também pela formação de profissionais para o atendimento às vítimas de violência. Considerando-se que mais da metade dos 764 serviços previstos (casas-abrigo, Delegacias Especializadas, Centros de Referência Especializados, Defensorias Especializadas e Núcleos, etc.) ainda precisam ser criados e apoiados, e 118 mil profissionais necessitam de capacitação para que possam oferecer atendimento qualificado às vítimas, faz-se necessária a inclusão, entre as prioridades da administração pública federal em 2011, da Ação 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã constante do Programa 1453 - PRONASCI, viabilizando assim a integral execução de seus recursos e a garantia, até 2011, da instalação de mais serviços e capacitação de mais profissionais para o atendimento às mulheres vítimas da violência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1317 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780005****PROGRAMA**

0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

AÇÃO

2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Serviço apoiado (unidade)

207

JUSTIFICATIVA

Para garantir a implantação da Lei Maria da Penha, é fundamental que ação 2C52 do Programa 0156 seja priorizada pelo governo federal.

O governo federal assumiu o compromisso no II PNPM de construção, reforma e reaparelhamento de 764 serviços e a implementação e consolidação do Observatório da Lei Maria da Penha. Até maio de 2010 alcançou-se 1/3 do compromissado, atingindo 276 serviços.

Para cumprir plenamente a meta compromissada é preciso que em 2011 o governo apóie mais 207 serviços da Rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, além dos 94 apontados no PLDO 2011. Assim, cumprem-se os direitos das mulheres apontados como fundamentais pelo próprio governo federal, tanto no PPA 2008-2011, quanto no II PNPM.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1318 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

- Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas, (letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980)

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com alimentação do Exército Brasileiro, no Programa 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre, previstas na Ação 8966 - Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola.

- A alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade, de acordo com o previsto na letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, é um direito do militar (ESTATUTO DOS MILITARES).

- A adequada alimentação dos militares é uma atividade essencial para manutenção da segurança do País e, em consequência, da execução da estratégia da dissuasão, bem como da manutenção do moral da tropa, com a preservação do expediente integral, o que traz reflexos para o nível de instrução do militar.

- A manutenção da alimentação para os militares também tem por finalidade dar tratamento isonômico entre civis e militares, tendo em vista que para os servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, bem como o § 1º e § 2º do Art. 1º do Decreto 3887, de 16 de agosto de 2001, que dispõe que o servidor civil ativo da Administração Pública fará jus ao auxílio-alimentação para subsidiar as despesas com a refeição, sendo-lhe pago diretamente e o receberá na proporção dos dias trabalhados, salvo a hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1319 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao § 6º do art. 17:

Art. 17, § 6º Os Poderes e o MPU deverão realizar audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 48, atualizada pela Lei complementar nº 131/2009 destaca a transparência aos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. O inciso I do parágrafo único ressalta que a transparência também será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Esta responsabilidade vem sendo atribuída apenas ao Poder Legislativo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. A presente emenda busca, portanto, dar efetividade ao disposto na LRF, assegurando que o debate público ocorra também no Poder Executivo, durante o processo de elaboração das leis orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1320 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao caput do Art. 4º:

Redação:

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ; PAC, à redução do desemprego e da mortalidade materna, à igualdade de gênero em conformidade com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a igualdade étnico-racial, e àquelas constantes do Anexo I desta Lei as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda busca assegurar o cumprimento do objetivo estratégico de governo expresso no Plano Plurianual, de fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Para isso, assegura prioridade aos compromissos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial às metas de redução em 15% da taxa de mortalidade materna, bem como de redução do desemprego (e aumento da taxa de atividade das mulheres em 4%) até 2011. A mortalidade materna ; que em 92% dos casos é evitável mediante a oferta de serviços de saúde adequado- tem crescido no Brasil: o governo projeta uma taxa (de 2008 a 2010) entre 69 e 77 óbitos por 100 mil nascidos vivos, maior do que nos anos anteriores (73,4 e 75,0). A redução do desemprego - que atinge mais as mulheres do que os homens ; é outra medida fundamental para garantir o bem-estar e a autonomia de homens e mulheres. A taxa de desemprego masculina foi de 5,2% e a feminina atingiu 9,2% em 2008. Os percentuais representam um contingente de mais de 1,2 milhão de mulheres desempregadas em comparação com os homens. Apesar de as taxas de desemprego terem caído nos últimos anos, as distâncias entre homens e mulheres permanecem praticamente inalteradas, o que demanda do poder público a priorização de ações que combatam essas desigualdades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1321 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1322 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1323 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

2478 - Jô Moraes	24780010
------------------	----------

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1324 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2478 - Jô Moraes	24780011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1325 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1326 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1327 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 128

TEXTO PROPOSTO

Art. 128-A O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, mensalmente, demonstrativo, dos últimos doze meses, do saldo devedor, atualização monetária, acertos e incorporações, amortizações pagas e juros pagos, das dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória 2.192, de 24 de agosto de 2001.

JUSTIFICATIVA

A execução dos contratos de renegociação da dívida dos Estados firmados a partir de 1997 é de difícil acompanhamento pelo Congresso, posto que os dados agregados disponíveis nos sítios do Banco Central e do Tesouro Nacional não identificam seus valores específicos, nem os somam, situação que ora se pretende sanar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1328 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXVIII

TEXTO PROPOSTO

XXVIII - com relação à dívida líquida e bruta do governo geral e as necessidades de financiamento do setor público, verificadas ao final dos exercícios de 2006 a 2009, e as estimativas para 2010 e 2011, em milhões de reais e em percentagem do Produto Interno Bruto; e ainda a identificação dos principais elementos condicionantes das variações;

JUSTIFICATIVA

Essas informações são importantes para o acompanhamento da evolução das dívidas brutas e líquidas, seus principais elementos determinantes, o que representa o atendimento a uma das recomendações do relatório da CPI da dívida, recém aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1329 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780016**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXVIII

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se nova alínea ao inciso XXVIII do ANEXO III (Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2010), com a seguinte redação:

d) estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento, já incluídas as operações de crédito constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 para esta finalidade, nos termos do disposto no art. 29, § 4º, da Lei Complementar no 101, de 2000;

JUSTIFICATIVA

Com relação às informações sobre a Dívida Pública Federal, foi excluída da relação de informações complementares a estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento. De acordo com o art. 29, § 4º da LRF, o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária. O quadro em referência tem a função de demonstrar o cumprimento dos limites de que trata a LRF, sendo portanto conveniente que tal exigência permaneça na LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1330 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea o

TEXTO PROPOSTO

p) demonstrativo, atualizado mensalmente, da arrecadação de depósitos judiciais ao amparo da Lei 12.099, de 2009, e dos parcelamentos em vigor, discriminados por tipo de tributo, inclusive as contribuições sociais, acompanhado do montante repassado aos Estados e Municípios, em decorrência dos tributos partilhados.

JUSTIFICATIVA

As duas leis sancionadas em 2009 trouxeram ingresso significativo de recursos para a União. Parte considerável pertence aos estados e municípios, porém não vem sendo compartilhada tempestivamente. A divulgação dos montantes arrecadados e do total repassado aos demais entes da Federação dará publicidade à informação e permitirá que o Congresso exerça seu papel de fiscalização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1331 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2478 - Jô Moraes	24780018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Anexo III.12

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - ações que integram o PAC, no âmbito dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, por órgão, unidade orçamentária e subtítulo, constantes das leis orçamentárias de 2008, 2009, 2010 e do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, demonstrando-lhes o grau de execução orçamentária, financeira e física e apontando-lhes o prazo de conclusão estimado;

JUSTIFICATIVA

O demonstrativo proposto para as informações complementares já foi aprovado em versões anteriores.

A emenda prevê o envio de informações ao Congresso Nacional relativas às ações que integram o PAC. Essas informações constavam do projeto de PPA, no entanto, precisam ser atualizadas, para subsidiar os trabalhos de fiscalização e controle do Congresso Nacional em relação à execução do PAC



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1332 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2478 - Jô Moraes	24780019

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXXIII

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - demonstrativo, por área de governo, com a discriminação das principais metas sociais relativas a programas e ações, identificando os montantes financeiros e as respectivas metas físicas, quando disponíveis, observados nos exercícios de 2006 e 2009, programados para 2010 e propostos para 2011;

JUSTIFICATIVA

A emenda cria demonstrativo, por área de governo, para contemplar as metas sociais observadas em exercícios anteriores, programadas para 2010 e propostas para 2011. Esse demonstrativo passou a denominar-se Anexo das Metas Sociais.

A intenção da iniciativa, que contou com o apoio de diversas organizações que atuam na área social, é a de segregar, dentre o conjunto de ações orçamentárias da LOA, aquelas diretamente voltadas às demandas sociais. Naturalmente, as metas sociais perfazem o conjunto de programas do PPA, como se asseverou nas razões do veto. O que se pretende, no entanto, é justamente discriminar, no conjunto das ações do PPA, aquelas intervenções de caráter social, tomando-se o cuidado de não predeterminar qualquer metodologia de seleção das metas correspondentes.

O demonstrativo pretende oferecer visão consolidada da evolução dos gastos sociais realizados pelo governo, conferindo maior transparência à ação governamental.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1333 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

8. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher;

JUSTIFICATIVA**TEXTO PROPOSTO**

A emenda ressalva da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. O Congresso Nacional, no ano passado, aprovou essa emenda ao lado de outras providências, entendendo relevante impedir o contingenciamento das despesas relativas ao combate à violência contra a mulher, em função do mérito humanitário das ações governamentais com esse propósito.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1334 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 115

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A avaliação de que trata o "caput" incluirá a análise e a justificativa da evolução das operações compromissadas do Banco Central do Brasil no período.

JUSTIFICATIVA

Desde maio de 2000, apenas o Tesouro Nacional pode emitir título da dívida pública. Nos últimos anos, cresceu a importância das operações compromissadas do Banco Central no total do endividamento interno. O dispositivo prevê que, quando da avaliação semestral do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial prevista na LRF, o Banco Central também apresente a justificativa da evolução dessas operações no período.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1335 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780022**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti do Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação Participação Brasileira em Missões de Paz.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti no Programa 8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação 2C.06 - Participação Brasileira em Missões de Paz.

- O Decreto Legislativo Nº 75, de 25 de janeiro de 2010, autoriza o aumento de efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti (MINUSTAH) em mais 1300 militares (DOU Nº 17, de 26 de janeiro de 2010, Seção 1, página 1), o que caracteriza a importância da presença brasileira naquele País.

- Trata-se de uma operação real com risco de vida para os militares envolvidos, o que significa que o fluxo de recursos para a manutenção das atividades não pode ficar sujeito a contingenciamento.

- Tal emprego das tropas cresceu de importância após o forte terremoto ocorrido naquele País no dia 12 de janeiro, onde a capital Porto Príncipe sofreu sérios danos e mais de 200.000 pessoas morreram.

- Faz-se necessário o aporte de recursos para a referida ação com o intuito de auxiliar na reconstrução daquele País, proporcionar maior segurança possível para as tropas e melhorar as condições oferecidas pelo estado brasileiro aos militares enviados para a região.

- Essa participação trará reflexos positivos ao País diante da comunidade estrangeira, pois a atividade ocorre com sucesso desde 2004, e o Brasil lidera as tropas da ONU, integradas pelos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai, o que contribui para a visão estratégica do País de projeção de poder.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1336 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Mantida a meta de superávit primário para o setor público consolidado estabelecida no caput deste artigo, a parcela referente aos Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser reduzida em até 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB, desde que essa redução seja destinada para investimentos.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que permite destinar a investimentos parcela superavit de Estados e Municípios até o limite de 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1337 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780024**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressaltada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1338 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780025**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre e o Programa de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reparcelhamento e ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelhamento do Exército e para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com os Programas de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro e de Preparo e o Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-os como despesas ressalvadas da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1339 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780026**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

- Proporcionar as melhores condições para a realização dos V Jogos Mundiais Militares no País e projetar positivamente o estado brasileiro no âmbito internacional.

- Os jogos serão realizados em junho/julho 2011, o que demanda que os recursos estejam liberados integralmente tão logo seja sancionada a LOA 2011, a fim de permitir a sua utilização até a realização dos V Jogos Mundiais Militares.

- A adequada e oportuna liberação dos recursos para os V Jogos Mundiais Militares e, em consequência, a sua possibilidade de realizar a sua correta utilização, demonstrarão a capacidade que o País possui em organizar os importantes eventos esportivos que ocorrerão no curto prazo, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1340 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780027**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se § 3º ao art. 2º, com a seguinte redação:
Art. 2º, § 3º - O programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres não será considerado na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

JUSTIFICATIVA

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, muitas vezes praticado por seus maridos e companheiros. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência no Brasil. Dados da USP/OMS (2001) apontam que em média 30% das mulheres da Grande São Paulo e da Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiros ou ex-parceiros; e que 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos.

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), exigindo do Poder Público a criação, a manutenção e a gestão de serviços públicos de prevenção e combate à violência doméstica. No entanto, grande parte dos recursos destinados ao programa 0156 - Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher foram contingenciados, limitando fortemente a implantação dos serviços previstos em Lei: mais da metade dos 764 serviços (casas-abrigo, Delegacias Especializadas, Centros de Referência Especializados etc.) ainda precisam ser criados e apoiados, e mais de 100 mil profissionais necessitam de capacitação para que possam oferecer atendimento qualificado às vítimas. O cumprimento dessas metas até 2011 é um compromisso expresso no Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Para que tais metas sejam cumpridas, é preciso proteger o programa 0156 do contingenciamento, viabilizando assim a integral execução de seus recursos e a garantia, até 2011, da oferta de mais serviços e profissionais capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1341 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780028**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar que, além da correção do valor real de compra, os benefícios do regime geral da previdência social tenham um aumento real de 4%;

JUSTIFICATIVA

A redação proposta ao inciso I do art. 51 visa assegurar pelo menos um aumento real de 4% para os benefícios do RGPS. Estamos diante de um cenário econômico com crescimento estimado superior a 6% para 2010 e também para 2011. Torna-se insustentável manter a redação constante do PL que não assegura qualquer aumento real para o mínimo no próximo exercício.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1342 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780029**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças.

Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, propõe a priorização da Região Amazônica nos esforços de defesa e a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, o que passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença, por parte do Exército e, em consequência, do Estado brasileiro.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelamento do Exército.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa de Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressaltada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1343 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780030**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo, inserido na LDO de 2010, traz injustificável limitação de prazo para acesso a importantes sistemas de acompanhamento da execução das ações de governo, devendo, portanto estar sempre franqueadas ao Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1344 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780031**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 51 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição, garantindo-se aumento real do salário mínimo de pelo menos 4% ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente; e

JUSTIFICATIVA

A redação proposta ao inciso I do art. 51 visa assegurar pelo menos um aumento real de 4% para o salário mínimo. Estamos diante de um cenário econômico com crescimento estimado superior a 6% para 2010 e também para 2011. Torna-se insustentável manter a redação constante do PL que não assegura qualquer aumento real para o mínimo no próximo exercício.

Essa política de valorização salarial, que tanto assegurou renda e dignidade a trabalhadores e destinatários dos mais diversos benefícios previdenciários, assistenciais e do FAT, não pode ser interrompida.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1345 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2478 - Jô Moraes****EMENDA****24780032**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 63

TEXTO PROPOSTO

- Art. 63. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, e auxílio-transporte, porventura existentes em unidades orçamentárias no âmbito do Poderes e do MPU, deverão ser remanejadas, prioritariamente, para o atendimento de outras despesas dessas unidades, sendo que os saldos por ventura existentes poderão atender à necessidade de suplementação das dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos Poderes e Órgão.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0750 : Apoio Administrativo/Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Odontológica, inclusive Exames Periódicos e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, qual seja envolve as chamadas despesas obrigatórias.

- Proporcionar a possibilidade de a Unidade Orçamentária transpor para uma ação deficitária as eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias de outras ações, tudo no âmbito das despesas obrigatórias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1346 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2478 - Jô Moraes

EMENDA

24780033

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1347 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2229 - João Bittar	22290001

PROGRAMA

1384 Proteção Social Básica

AÇÃO

2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade estruturada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

40

JUSTIFICATIVA

A ampliação da meta da ação de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, visa assegurar recursos no Orçamento Geral da União para 2011, tendo em vista fomentar, apoiar e financiar a construção, a implantação e a manutenção de redes de desenvolvimento social que atenda melhor a população que atinge a terceira idade. O aumento da longevidade representa, ao mesmo tempo, uma conquista e um desafio para a sociedade brasileira. Segundo dados do IBGE, a população idosa representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que corresponde a 8,6% da população total. Nos próximos 20 anos, esse contingente deverá ultrapassar 30 milhões de pessoas e representará 13% da população brasileira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1348 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1270 - João Carlos Bacelar****EMENDA****12700001**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 110 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

Alteração do § 3º do art. 110 do PLN 04/2010 - CN

Onde se lê: § 3º A prerrogativa estabelecida no § 1º deste artigo, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo.;

Leia-se: § 3º A prerrogativa estabelecida no § 1º deste artigo, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo, bem como é extensiva para o atendimento das despesas administrativas decorrentes da execução das emendas parlamentares a cargo dos órgãos ou entidades da administração pública federal contempladas com emendas aprovadas em seus orçamentos.;

JUSTIFICATIVA

Considerando que é facultado na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, em seu art. 39, inciso 9º, parágrafo único que entidades privadas sem fins lucrativos possam custear despesas administrativas até o limite de 5% do valor do objeto e considerando que a execução de emendas parlamentares também implicam em despesas administrativas, tais como, publicação de editais de licitação, seus resultados e despesas com a fiscalização e supervisão das obras contratadas e conveniadas. Justifica-se que a permissão concedida para as transferências, que são realizadas em grande parte a conta de emendas parlamentares, seja estendida para as emendas executadas pelos órgãos (sem a intermediação de instituições e agências financeiras oficiais).

Ressalta-se que o Poder Executivo não tem como prever a necessidade de recursos para o atendimento das despesas administrativas decorrentes da execução das emendas, por desconhecer a priori, qual o montante que cada órgão ou entidade da administração pública federal que será contemplado com recursos de emendas parlamentares.

Além disso é justo que o Congresso Nacional ao aportar os recursos de emendas, também aporte os recursos necessários a sua execução desonerando-se a ação de administração dos órgãos e entidades que tiveram seus orçamentos acrescidos com emendas parlamentares.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1349 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Anexo III.10

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE NO ANEXO III.10 O SEGUINTE QUADRO:

QUADRO X - PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE CRIAM GASTOS TRIBUTÁRIOS A SEREM COMPENSADOS NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2011

Em R\$ 1,00

Projeto de Lei/ Tributo Impacto orçamentário-financeiro anualizado das renúncias de receitas tributárias

2011	2012	2013
------	------	------

PL nº 2.416/2007

IPI 85.660.000 84.260.000 84.260.000

Total 85.660.000 84.260.000 84.260.000

TOTAL

COMPENSADO 85.660.000 84.260.000 84.260.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA SUPRIR EXIGÊNCIA DO ART. 14 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUE EXIGE NEUTRALIDADE FISCAL OU COMPENSAÇÃO TÓPICA, OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA. O PL 2.614/2007 PROPÕE A REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR FISCAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, CUJO MÉRITO PODE SER AQUILATADO PELA JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSIÇÃO A SEGUIR.

A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO FOI ELABORADA PELA COGET/COEST DA SRFB NA NOTA Nº 044, DE 22 DE JULHO DE 2009.

JUSTIFICAÇÃO DO PL 2614/2007

As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto.

Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais.

Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade.

3

Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais.

A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais.

Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.

Com vistas a evitar óbices no confronto da iniciativa com as exigências da Lei



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1350 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410001

JUSTIFICATIVA

Complementar n.º 101, de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, tomamos o cuidado de postergar a vigência da lei, de modo a permitir a previsão da renúncia correspondente no orçamento fiscal, do 2º ano subsequente ao de sua publicação. Além disso, assinalamos que o gasto representado por esta medida é pouco significativo, em termos financeiros, até mesmo porque sua adoção garantirá ganhos de ingressos de receitas originados por ações adequadas e oportunas de trabalho deste grupo de funcionários, executores de atividade essencialmente estatal. Pela justeza do pleito, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1351 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
9041 - João Dado

EMENDA
90410002

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Anexo III.10

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se no Anexo III.10 - Renúncia de Receitas as alterações a seguir:

Inclua-se no Anexo III.10 - Renúncia de Receitas, Quadro VI - 2011 Previsão dos Gastos Tributários , Consolidação por Tipo de Tributo e Modalidade de Gasto, III.Imposto sobre Produtos Industrializados , III.a) Operações Internas,; o seguinte item, alterando-se, por consequência, os demais quadros do Anexo III.10:

19. Veículos adquiridos por fiscais (PL nº 2614/2007).....85.660.000

Inclua-se no Anexo III.10 - Renúncia de Receitas, Quadro VI - 2012 Previsão dos Gastos Tributários , Consolidação por Tipo de Tributo e Modalidade de Gasto, III.Imposto sobre Produtos Industrializados , III.a) Operações Internas,; o seguinte item, alterando-se, por consequência, os demais quadros do Anexo III.10:

19. Veículos adquiridos por fiscais (PL nº 2614/2007).....64.240.000

Inclua-se no Anexo III.10 - Renúncia de Receitas, Quadro VI - 2013 Previsão dos Gastos Tributários , Consolidação por Tipo de Tributo e Modalidade de Gasto, III.Imposto sobre Produtos Industrializados , III.a) Operações Internas,; o seguinte item, alterando-se, por consequência, os demais quadros do Anexo III.10:

19. Veículos adquiridos por fiscais (PL nº 2614/2007).....64.240.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA SUPRIR EXIGÊNCIA DO ART. 14 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUE EXIGE NEUTRALIDADE FISCAL OU COMPENSAÇÃO TÓPICA, OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA. O PL 2.614/2007 PROPÕE A REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR FISCAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, CUJO MÉRITO PODE SER AQUILATADO PELA JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSIÇÃO A SEGUIR.

A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO FOI ELABORADA PELA COGET/COEST DA SRFB NA NOTA Nº 044, DE 22 DE JULHO DE 2009.

JUSTIFICAÇÃO DO PL 2614/2007

As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto.

Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais.

Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade.

3

Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais.

A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais.

Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1352 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410002

JUSTIFICATIVA

Com vistas a evitar óbices no confronto da iniciativa com as exigências da Lei Complementar n.º 101, de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, tomamos o cuidado de postergar a vigência da lei, de modo a permitir a previsão da renúncia correspondente no orçamento fiscal, do 2º ano subsequente ao de sua publicação. Além disso, assinalamos que o gasto representado por esta medida é pouco significativo, em termos financeiros, até mesmo porque sua adoção garantirá ganhos de ingressos de receitas originados por ações adequadas e oportunas de trabalho deste grupo de funcionários, executores de atividade essencialmente estatal. Pela justeza do pleito, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1353 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410003**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 80

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 80 DO PLDO/2011:

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere o art. 78, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:
(...)

IV - parecer favorável quanto ao atendimento às disposições desta Lei, emanado do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.
(...)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa manter a redação original das LDOs anteriores e aperfeiçoar o dispositivo relativo ao conteúdo das proposições legislativas que aumentem gastos com pessoal.

No caput do art. 80 restitui-se a redação original das 10 (dez) LDOs anteriores, desde a Lei nº 9811/98, LDO/1999, que faz menção expressa às proposições que tenham por objeto a transformação de cargos. Observe-se que transformar um cargo significa, necessariamente, extinguir um cargo e criar outro cargo, necessitando assim, nos termos constitucionais do art. 169, § 1º, de autorização expressa na LDO e dotação suficiente.

No inciso IV do art. 80 do PLDO/2011, explicita-se que o parecer do CNJ e do CNMP deve ser favorável ao disciplinamento da LDO e não somente do próprio dispositivo, porquanto existem vários outros dispositivos na LDO que também dizem respeito às proposições que criam despesas com pessoal, a exemplo das disposições constantes no art. 18 do PLDO/2011.

No § 2º do mesmo artigo, que hoje fixa a irretroatividade de exercício para os efeitos das proposições, propõe-se que tenha irretroatividade absoluta, como mecanismo de redução do impacto orçamentário e financeiro dos projetos de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1354 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XII Alinea a Item 5

TEXTO PROPOSTO

5. Receita de dividendos, discriminada por empresa, com a arrecadação estimada e a realizada nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e a estimada para 2011, indicando data de recolhimento, forma de pagamento, bem como os valores recolhidos a título de adiantamento, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhar à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, em 30 de setembro e em 30 de novembro de 2010, demonstrativo atualizado dessa receita;

JUSTIFICATIVA

Restabelece documento a ser encaminhado ao Congresso como parte das Informações Complementares: Demonstrativo da receita de dividendos das empresas estatais, desde 2008 e a estimada para 2011. Dispositivo foi vetado na LDO 2010 e representa importante instrumento para acompanhamento, pelo Congresso, da atuação e desempenho das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1355 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410005**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXXIII

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - demonstrativo atualizado da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado de que trata o Anexo IV.7 desta Lei, em observância ao disposto no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar no 101, de 2000; e

JUSTIFICATIVA

Restabelece demonstrativo das Informações Complementares, vetado na LDO 2010, relativo à margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1356 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Anexo III.12

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE O SUBITEM A SEGUIR NO ITEM 4 DO ANEXO III.12 - DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS CONTINUADAS

4.3 PDC Nº 2.600/2010.....446

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA SUPRIR EXIGÊNCIA DO ART. 17 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUE EXIGE

NEUTRALIDADE FISCAL OU COMPENSAÇÃO TÓPICA, OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA. O PDC 2600/2010 aumenta os pagamentos anuais pela energia de Itaipu realizados pelo Brasil ao Paraguai. Como se trata de despesa obrigatória de caráter continuado, já motivo de crédito especial no valor de R\$ 181 milhões para 2010, deve ter seu financiamento assegurado ao longo prazo com sua inclusão na margem de expansão de despesas obrigatória continuadas presente na LDO/2011.

O PDC 2600/2010, oriundo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, propõe aprovar o texto das Notas Reversais entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre a s Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

A Exposição de Motivos nº 00343 MRE/MME/MF ; PAIN-BRAS-PARG, de 10 de novembro de 2009, informa que as Notas Reversais elevam a 15.3 o fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no Anexo C do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia. Com base nos valores realizados no exercício de 2008, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia passariam de cerca de US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

Informa ainda que o custo adicional será arcado com recursos a serem definidos pelo Tesouro nacional, de forma a não onerar a tarifa de energia elétrica paga pelo consumidor brasileiro.

Assim, considerando-se o acréscimo de despesa obrigatória para 2011 em US\$ 240 milhões e a atual cotação do dólar comercial em R\$ 1,86/US\$ estimamos em R\$ 446 milhões o impacto futuro do PDC.

E que, por representar encargo gravoso para o patrimônio nacional, submete o acordo a aprovação do Congresso Nacional.

Ao tramitar na Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, a matéria foi aprovada na reunião ordinária de 5 de maio de 2010, nos termos do presente Projeto de Decreto Legislativo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1357 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1358 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Mantida a meta de superávit primário para o setor público consolidado estabelecida no caput deste artigo, a parcela referente aos Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser reduzida em até 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB, desde que essa redução seja destinada para investimentos.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que permite destinar a investimentos parcela superavit de Estados e Municípios até o limite de 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1359 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE NO ART. 2º DO PLDO/2011 O SEGUINTE PARÁGRAFO:

§ 3º Para fins da obtenção da meta fixada no caput deste artigo para o Programa de Dispêndios Globais, as proposições legislativas relativas às empresas nele incluídas submetem-se ao disposto no art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A emenda exige que as proposições em tramitação no Congresso Nacional que afetem o Programa de Dispêndios Globais, custeio, essencialmente pessoal, também submetam-se às restrições de natureza fiscal a que estão constritas as proposições com impacto orçamentário e financeiro da União. Assim, a medida tem caráter de controle e permitirá avaliar previamente a observância do resultado fiscal fixado pela LDO/2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1360 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 7 Parágrafo 7 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas

JUSTIFICATIVA

A emenda visa aprimorar a redação do dispositivo referente à definição de modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas. Ocorre que a redação do inciso II prevê tão-somente a transferência a entidades privadas sem fins lucrativos, que é a situação da grande maioria das entidades beneficiadas, mas deixa de contemplar transferências realizadas a entidades com fins lucrativos (modalidade 60, utilizada para as subvenções econômicas previstas no art. 18 da Lei nº 4.320/64).

Portanto, a presente emenda visa apenas aprimorar a redação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1361 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 12 Inciso XX

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao inciso XX do art. 12 a seguinte redação:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XX - ao pagamento de contribuições e de anuidades a Organismos Internacionais, bem como à realização de doações a tais entidades, que deverão ser sempre nominalmente identificadas na Lei Orçamentária;

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de conferir transparência à realização de contribuições, pagamento de anuidades e doações a organismos internacionais. Tendo em vista se tratar de despesas que não importam contraprestação em bens e serviços, é fundamental que o Congresso Nacional tenha a possibilidade de apreciar o montante a ser destinado a tais finalidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1362 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

XXIV - à concessão de ajuda e doações a países estrangeiros, que deverão ser nominalmente identificadas na Lei Orçamentária;

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de conferir transparência à realização de ajuda a países estrangeiros. Tendo em vista se tratar de despesas que não importam contraprestação em bens e serviços, é fundamental que o Congresso Nacional tenha a possibilidade de apreciar o montante a ser destinado a tais finalidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1363 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XXI ao art. 12:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XXIV - ao atendimento das despesas previstas no §1º do art. 20 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de aprimorar o dispositivo, uma vez que o §1º do art. 20 já exige que a dotação esteja prevista em categoria de programação específica. Porém, tais despesas não se encontram elencadas no art. 12



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1364 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
9041 - João Dado

EMENDA
90410014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 13 do PLDO a seguinte redação:

Art. 13. (...)

§1º (...)

III - para atender expansão de despesa obrigatória de caráter continuado e para compensar medida de desoneração de receita não considerada na estimativa do projeto de lei orçamentária.
(...)

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita, considerada como despesa primária para efeito da apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 2o deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2011, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Congresso Nacional.

§ 4º As proposições mencionadas no § 3º deste artigo, independente de sua autoria, deverão ter demonstrada previamente sua compatibilidade com a legislação financeira correlata, em especial com o Plano Plurianual e com esta Lei.

§ 5º A apropriação da reserva constituída nos termos deste artigo observará critérios previamente fixados pelo órgão mencionado no § 3º deste artigo, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

A emenda acima propõe a concretização dos institutos fixados pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, que exige demonstração da neutralidade fiscal das proposições que gerem gastos tributários ou despesas obrigatórias continuadas, nos termos de seus arts. 14 e 17, respectivamente. Como é consabido, as proposições de iniciativa parlamentar encontram dificuldades para apresentar tal neutralidade em razão da ausência de iniciativa financeiro-orçamentária por força constitucional.

Dessa forma, como forma de viabilizar a adequação de proposições que tenham seu mérito acolhido previamente pelas comissões permanentes temáticas, propõe-se a fixação, desde já na LDO, de dispositivo que determine a constituição de reserva de recursos para fazer face à escassez de recursos que sirvam de compensação para proposições que tenham impacto e tramitem pelo Congresso Nacional.

A proposta orçamentária consignará recursos, no montante mínimo de um por cento da receita corrente líquida destinados à constituição de reserva da margem de expansão das despesas obrigatórias continuadas, a serem apropriadas durante o exercício financeiro de 2011 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, conforme critérios previamente fixados pelo órgão técnico legislativo e que assegurem tratamento equânime a todas as proposições que se apresentem com seu impacto devidamente estimado e demonstrem compatibilidade com a legislação financeira correlata.

Ressaltamos que a reserva aqui propugnada, apesar de motivo de veto presidencial na LDO/2009, foi motivo de emenda da Comissão de Finanças e Tributação no processo orçamentário de 2009 e foi utilizada em 2009, com a compensação por meio de apropriação de crédito orçamentário com dotação para reserva específica destinada à desoneração de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1365 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410014

JUSTIFICATIVA

receitas, constante da Lei Orçamentária para 2009. A dotação da reserva destinou-se à adequação do Projeto de Lei nº 3.795/04, que "institui bolsa de estudos, denominada "bolsa-estágio", com o objetivo de apoiar estudantes do ensino superior, tendo como contrapartida a prestação de serviços destes, como estagiários" com seu apensado PL 4584/04 tendo impacto orçamentário e financeiro estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 54 milhões em 2009. A proposição foi considerada compatível e adequada pela CFT em reunião de 16.12.2009, e hoje encontra-se em tramitação na CCJC/CD.

Todavia, como já mencionado, dispositivo semelhante já motivo de veto presidencial nas duas últimas LDOs sob o argumento de que :

O art. 17 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece as condições necessárias para que se promova a criação e/ou expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Em função desse dispositivo legal, o Poder Executivo encaminha anualmente, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, um anexo contendo o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias.

Dessa forma, o Projeto de Lei Orçamentária para 2010 já deverá conter todas as estimativas de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e as renúncias de receita aprovadas até o dia 31 de agosto de 2009. Não há como considerar expectativas de expansão, excetuadas aquelas definidas na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, como a garantia de recursos para cobertura de despesas influenciadas pelo salário mínimo.

O objetivo dos dispositivos seria possibilitar ao órgão colegiado legislativo permanente utilizar essa reserva para garantir a adequação das propostas de expansão para as despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita em termos de equilíbrio fiscal. Ocorre que esta previsão na Lei Orçamentária não é suficiente para atender plenamente os dispositivos da LRF, que exigem, também, a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, itens não abarcados pelo texto do projeto de lei.

Ademais, pela redação dada ao § 4º do art. 13, essa reserva só poderia ser utilizada pelo Poder Legislativo, caracterizando uma diferenciação no tratamento entre os Poderes, no que tange à observação do disposto no art. 17 da LRF.

O veto presidencial repete exatamente os mesmos argumentos opostos quando dos vetos à LDO/2009. A reiterada recusa do Poder Executivo em conciliar o processo orçamentário com o legislativo permanente, na busca de mecanismos que assegurem concomitantemente o equilíbrio fiscal e a iniciativa parlamentar constitucionalmente assegurada, demonstra sua resistência à participação do Poder Legislativo na formulação de políticas públicas de longo prazo que tenham impacto orçamentário-financeiro significativo.

As exigências formuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, insitas nos arts. 14, 17 e 24, de compensação específica, tópica, no próprio texto legal, significou ao Poder Legislativo a quase impossibilidade de editar leis que aumentem despesas obrigatórias ou que impliquem renúncia de receita, vez que não dispõe de meios para indicar fontes compensatórias próprias. Em vista dessa dificuldade, foi proposta a criação de reserva que viesse a viabilizar, ainda que de forma tímida, a atuação legislativa, sem comprometer o necessário regime da responsabilidade fiscal.

Os mecanismos de compensação introduzidos pela LRF, nos artigos 14, 17 e 24, mostram que as medidas de compensação devem constar do mesmo ato que cria ou aumenta a despesa. Com esse desiderato, o Governo geralmente indica, genericamente, como fonte o crescimento de arrecadação ou a margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, abstando-se da indicação de medidas concretas e específicas, a exemplo da edição da legislação que reduza a despesa obrigatória permanente.

Ressalte-se que a alocação dos recursos que compõem a reserva não implica discriminação de proposições em face de sua origem. Inexiste qualquer preceito nos dispositivos vetados que permitam tal interpretação. O diploma restringe-se a indicar a competência de órgão legislativo para apropriar os recursos durante o processo legislativo ordinário. Assim, a nova proposta explícita que a escolha da proposição beneficiada com a compensação independe de sua autoria.

Assim, a formação de reserva para fins de compensação de proposições que afetem o equilíbrio fiscal, já na lei orçamentária anual, permitiria compatibilizar a necessidade



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1366 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

9041 - João Dado	90410014
------------------	----------

JUSTIFICATIVA

desse equilíbrio com nossa cultura político-legislativa, adequando e compatibilizando proposições originárias de todos o Poderes e não só do Legislativo, como afirmado nas razões do veto. Medida realista, equânime e coerente com o regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1367 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

Art. 13. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5o da Lei Complementar no 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2010 a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e na Lei a 1% (um por cento), sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

§ 1o Não será considerada, para os efeitos do caput deste artigo, a eventual reserva:

I - à conta de receitas próprias e vinculadas;

II - para atender programação ou necessidade específica;

III - para atender expansão de despesa obrigatória de caráter continuado e para compensar medida de desoneração de receita não considerada na estimativa do projeto de lei orçamentária.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 3º deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2010, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, conforme critérios previamente fixados por esse órgão, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir dispositivo na LDO 2011 para a constituição de reserva, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita. Dispositivo com tal propósito constou do Autógrafo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1368 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410016**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 (...)

§5º Fica vedado o pagamento integral de despesas de convênios ou contratos relacionadas a assistência médica ou odontológica de agente público federal, seus dependentes e pensionistas.

JUSTIFICATIVA

Segundo dispõe a Lei 8.112/90, a assistência à saúde pode ser prestada de três formas. Por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Na última hipótese, por se tratar de convênio ou contratos, deve haver naturalmente a participação do agente no total da despesa, não se justificando que a União arque com a integralidade dos gastos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1369 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410017

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

§ n° A despesa empenhada no exercício de 2011 relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2010, excluindo-se, na apuração de ambos os exercícios, as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento à segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e as voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que visa limitar despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1370 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410018**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 20, inciso III a seguinte redação:

Art. 20 (...)

III - aquisição de automóveis de representação, especiais e de transporte institucional

JUSTIFICATIVA

Desde as primeiras LDOs tem sido prática o controle de gastos com construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais; aquisição, locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais; bem como com aquisição de automóveis de representação. Segundo a LDO para 2010, a realização de tais gastos é em regra vedada (art. 21, III). Porém a vedação não se aplica no caso de ser encaminhada a proposta de gasto de forma identificada e discriminada em categorias de programação na Lei Orçamentária (inciso II do §1º do art. 21 da LDO 2010). Na prática, portanto, o que se exige é que tais autorizações de gastos sejam submetidas ao Congresso Nacional. Especificamente sobre automóveis oficiais, dispõe o art. 6º da Lei nº 1.081, de 1950, que: "os automóveis destinados ao serviço público federal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei, serão dos tipos mais econômicos e não se permitirá a aquisição de carros de luxo, salvo na hipótese dos carros destinados à Presidência e Vice-Presidência da República, Presidência do Senado Federal, Presidência da Câmara da Deputados, Presidência do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado." Portanto, segundo a citada Lei, existiriam apenas dois tipos de veículos: os econômicos e os de luxo. Todavia, nos termos do Decreto nº 6.403, de 2008, os veículos oficiais sujeitam-se hoje a cinco classificações: a) de representação; b) especiais; c) de transporte institucional; d) de serviços comuns; e e) de serviços especiais. Os veículos especiais destinam-se a atendimento de necessidades dos ex-Presidentes da República, a atividades peculiares do Ministério das Relações Exteriores e a Comandos Militares. Por sua vez, os de transporte institucional alcançam cargos de natureza especial, dirigentes, grupo DAS, chefes de gabinete, titulares dos órgãos e familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nas categorias de serviços comuns e especializados, os veículos destinam-se a transporte de material; transporte de pessoal a serviço; segurança pública; saúde pública; fiscalização; segurança nacional; e coleta de dados. Entretanto, a LDO ao tratar da aquisição de veículos de representação ressalva a aquisição de veículos que nem sempre são dessa categoria, como ocorre com: Cerimonial do serviço diplomático (alínea g do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); representações diplomáticas no exterior (alínea h do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Procurador-Geral da República (alínea e do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Presidentes dos Tribunais Superiores (alínea b do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO). Portanto, mostra-se oportuno e conveniente ajustar a redação do dispositivo de forma a adequá-lo à atual realidade, contemplando tanto os veículos de representação quanto os especiais e de transporte institucional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1371 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Inciso XII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XIII ao art. 20 e o seguinte inciso X ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20 (...)

XIII - Pagamento, a qualquer título, de assistência médica e odontológica de quem não perceba remuneração, provento e/ou pensão pagos pela Administração Pública Federal, ressalvado o caso de dependentes legais de agentes públicos federais.

§1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

X - No inciso XIII do caput deste artigo, quando prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda que visa coibir a concessão de benefícios a quem não pertence aos quadros da União.

Nos termos do art. 230 da Lei nº 8.112/90, a assistência a saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Portanto, ressalvada utilização dos serviços ofertados pelo SUS, não se justifica que o Governo Federal arque com despesas médicas ou odontológicas de quem não ostenta relação direta de trabalho com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1372 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410020

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20. (...)
(...)

§ 1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

JUSTIFICATIVA

Como regra geral, desde 1990, as LDOs vêm sistematicamente estabelecendo vedações à destinação de recursos públicos para determinadas finalidades. Todavia, considerando a existência de situações concretas, que excepcionalmente podem exigir a realização dessas despesas, a LDO também contém dispositivo que afasta tais vedações. Na prática, a LDO estabelece a vedação, mas prevê situações excepcionais para sua realização. . Por isso a despesa deve se enquadrar em uma das exceções legais e se encontrar identificada e discriminada em categoria de programação específica no Orçamento. Ocorre que o PLDO 2011 (art. 20, §1º) propõe nova redação ao dispositivo que afasta a apreciação ex-ante do Parlamento sobre tais despesas, uma vez que não precisarão constar de forma discriminada na peça orçamentária (art. 20, §1º, do PLDO 2011). A presente emenda visa resgatar a redação anterior e manter a possibilidade de análise pelo Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1373 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso V Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Referida proibição consta desde a primeira LDO sancionada no Brasil (Lei nº 7.800, de 1989). As únicas ressalvas criadas, também em 1989 e mantidas até hoje, dizem respeito a creches e ensino pré-escolar.

Todavia, o PLDO 2011 pretende ampliar tais exceções para alcançar também a "capacitação de servidores públicos".

Associações de servidores congregam exatamente os indivíduos que integram determinada categoria e que exercem determinada atividade; portanto, é natural, e até esperado, que tais entidades disponham de pessoal habilitado para ministrar cursos de treinamento e de capacitação para exercício exatamente na respectiva atividade da categoria, mas essa situação de forma alguma autoriza a quebra de princípios constitucionais e legais.

De fato, não se pode esquecer que o dispositivo original, previsto desde a primeira LDO, teve o intuito de afastar qualquer possibilidade de privilégios a associações de servidores, empregados e agentes públicos. Afinal, a decisão de realizar treinamentos e de autorizar a liberação de recursos cabe exatamente a um servidor também representado por tais associações.

Dessa forma, antes de tudo, o dispositivo atende aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Além disso, o simples fato de a entidade representar a categoria não pode servir de justificativa para repassar a tais entidades a tarefa de promover a capacitação técnica dos servidores do órgão. Cabe aos administradores públicos promoverem e estimularem essa capacitação, mas sempre por meio do devido processo licitatório sempre com ampla divulgação e participação de todas as entidades habilitadas.

De fato, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), em seu art. 13, inciso, VI, dispõe que "para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal".

Não menos importante é mencionar a existência de diversos dispositivos na LDO que vedam o pagamento de servidores federais pela prestação de serviços (art. 20, VIII e X, do PLDO 2011). Entretanto, ao se destinar recursos a associações de servidores para realização de cursos de capacitação desses mesmos servidores, estar-se-á indiretamente destinando recursos para tal finalidade, uma vez que naturalmente haverá remuneração dos instrutores.

Em síntese, tais entidades nasceram para representar e para defender interesses de servidores, não podendo, e não devendo, o governo federal estimular distorções na atividade das associações ou o aparecimento de privilégios por meio da destinação de recursos federais.

Portanto, a emenda atende princípios constitucionais e legais e visa manter a redação que já vem prevalecendo nas LDOs das últimas décadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1374 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
9041 - João Dado

EMENDA
90410022

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea b

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, portanto, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de determinados serviços de interesse da União.

Entretanto, o Art. 20, §1º, VI, "b", ressalva as organizações sociais ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia da citada regra do art. 20, VIII. Em que pese a importância dessas entidades, a flexibilização acaba permitindo que servidores e empregados públicos, já remunerados pelo governo federal, venham a perceber novos pagamentos realizados por tais entidades para realização de serviços solicitados pela própria Administração Federal; ou seja, de fato, a União é levada a pagar duas vezes seus servidores, uma como remuneração e outra como repasse de ajustes para serviços de consultoria; com o agravante de que neste último caso os pagamentos não se subordinam às regras e limites constitucionais.

Portanto, a vedação busca evitar que a Administração venha a realizar novas despesas para prestação de serviços de assistência técnica e consultoria, quando já conta em seus quadros com pessoal habilitado para execução dessas atividades. Deve-se mencionar que a legislação ordinária dispõe de institutos como a cessão de pessoal, a designação para cargo comissionado temporário e até a concessão de gratificações para desenvolvimento de pesquisas para viabilizar a prestação de tais serviços.

Ressalte-se ainda que a tais situações não se aplicam os casos de cumulação autorizada pela constituição (como a de dois cargos de técnicos). De fato, ao ser contratado pela entidade - mesmo que temporariamente -, o servidor não está ocupando novo cargo público, não sendo beneficiado ou prejudicado pelas previsões constitucionais afetas a cumulação. Outros dois aspectos também dizem contra a manutenção de tal dispositivo. O primeiro refere-se a uma avaliação política quanto a re-remunerar servidores federais; o outro, diz respeito à norma que deve regular tal situação.

De fato, mostra-se fundamental avaliar a existência de interesse público em re-remunerar servidores federais pela prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica à própria União, mesmo que por meio de entidades privadas como as organizações sociais. Aparentemente, não se mostra em conformidade com os princípios administrativos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a União contratar uma entidade privada, sabendo que esta mesma entidade contrata(rá) servidor público federal para desenvolvimento de serviços de consultoria e assistência técnica para a própria União. Todavia, mesmo em se constatando haver tal interesse, a LDO não é o normativo adequado para tal finalidade. A União conta com a Lei nº 8.112/90, que regula o regime jurídico dos servidores federais. Parece mais razoável criar gratificação específica, e em legislação permanente, para desenvolvimento de tais atividades no próprio sistema remuneratório da União. Em tal situação, ficaria a cargo do órgão de lotação do servidor averiguar a compatibilidade de horário e o interesse em ceder servidores para determinadas atividades a serem prestadas por organizações. A LDO, por sua vez, é lei anual que deve regular a elaboração do orçamento e estabelecer parâmetros para a realização dos gastos públicos.

Por fim, a ressalva prevista no art. 20, §1º, VI, "b" não atende à boa técnica legislativa. O mencionado artigo trata de vedações genéricas e abstratas que buscam regular e moralizar a realização de despesas públicas. Todavia, a referida ressalva se limita a identificar nominalmente entidades privadas (organizações sociais), sem estabelecer situações abstratas que autorizariam a realização dos mencionados pagamentos.

Por tais motivos propomos a supressão do dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1375 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 vem se repetindo nas LDOs dos últimos anos e tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, assim, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de serviços determinados.

No PLDO 2011 novamente o Poder Executivo propõe a inclusão de ressalva a tal vedação de forma a excepcionar também as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição, que trata das cumulações de cargos, cumulações essas constitucionalmente autorizadas.

As consultorias do Congresso Nacional, em Notas técnicas conjuntas de avaliação de projetos passados de diretrizes orçamentárias, já analisou o assunto que recebeu o seguinte tratamento:

"Não parece razoável a ressalva em questão, uma vez que cuida de matéria distinta da tratada no referido inciso. O art. 37, XVI, da CF trata especificamente da possibilidade de cumulação de "cargos" (de natureza permanente) na administração pública. Ou seja, excepciona cargos cuja natureza e importância tenham sido considerados como merecedores de tratamento distinto para efeito de ocupação simultânea e permanente por determinado profissional. Deve-se mencionar que, em se mantendo tal ressalva, um médico dos quadros da administração poderia ser eventualmente contratado para prestar serviços de consultoria, por exemplo, junto ao Ministério da Saúde, sob o argumento de que pode acumular cargos. Mas a possibilidade de acumular refere-se a dois cargos de médico strictu sensu." (Pág. 16 da Nota Técnica Conjunta 06/2005). Portanto, não há que se confundir a vedação tratada no dispositivo com a cumulação constitucional de "cargos" prevista no XVI do art. 37 da CF.

Deve-se ainda mencionar que, embora constante dos últimos projetos encaminhados pelo Executivo, o Congresso Nacional tem, reiteradamente, suprimido essa ressalva, em conformidade com os argumentos das notas técnicas retromencionadas. Ante o exposto, propomos que a redação original do dispositivo seja resgatada com a supressão da alínea "c".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1376 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410024

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VIII Alinea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Em 2004 foram aprovadas 04 (quatro) emendas ao PLDO com a finalidade de vedar a utilização de recursos destinados a convênios para pagamento de diárias e passagens a servidores públicos federais por meio de tais ajustes. Contudo, a alteração implementada em 2008 alterou significativamente tal intenção e pretendemos retornar a redação original pelos motivos que se seguem.

Deve-se mencionar que a possibilidade de utilização de recursos federais repassados por meio de convênios (e outros ajustes congêneres) a entidades privadas e órgãos públicos para pagamento de diárias e passagens contraria o disposto na legislação básica do serviço público.

Convênio é instrumento que visa a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art. 1º, §1º, I, do Decreto nº 6.170/2007). Portanto, no convênio, as partes desejam a mesma coisa: realizar conjuntamente uma ou várias operações comuns, e para consecução desses objetivos verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de know-how e outros. Para atender tais objetivos, prevê a legislação a possibilidade de cessão de pessoal para exercício em outros órgãos e entidades (art. 93 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.637/98).

Por sua vez, diárias e passagens visam cobrir gastos pelo afastamento eventual do servidor de sua sede para outro ponto do território (art. 58 da Lei nº 8.112/90). Ou seja, visa cobrir despesas do servidor no desempenho de suas atividades, não no cumprimento de determinações emanadas do órgão cessionário ou de entidades privadas. Nesse sentido, a redação original do dispositivo previa a utilização de recursos federais para pagamento dessa espécie de despesas tão-somente no caso de se tratar de indivíduos pertencentes aos quadros do conveniente (beneficiário) ou de ser a Administração Federal a beneficiária dos recursos transferidos.

Cabe ressaltar que diversos problemas com o pagamento de diárias e passagens de servidores realizados por intermédio de convênios firmados com pessoas de direito privado foram identificadas pelo TCU e pela CGU, dificultando o controle de gastos e ensejando, em alguns casos, a utilização de valores de diárias e passagens diferentes dos praticados pelos órgãos concedentes (pag. 32/33 do Relatório nº 174780, UCI 170971: Coordenação-Geral de Auditoria-DSSEG; Exercício: 2005; Processo nº: 08020.000748/2006-80; Unidade Auditada: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, da CGU).

Não menos importante é destacar que o retorno à antiga redação inserida pelo Congresso Nacional em 2004, e mantida até 2007, guarda conformidade com normativos da própria Secretaria do Tesouro Nacional. De fato, o tema é tratado pela Instrução Normativa nº 1/1997 (com alterações posteriores), que dispõe ser "vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam: (...) II - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica. (Redação alterada p/ IN nº 2/2002)".

No mesmo sentido, são ainda encontrados acórdãos do Tribunal de Contas da União, reforçando tal posição e vedando a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, de cláusulas ou condições que possibilitem o pagamento de despesas a título de administração, gerência ou similar (Acórdão 722/2003 - Plenário; Ata 23/2003 - Plenário, Sessão 18/06/2003, Aprovação 25/06/2003, DOU 30/06/2003).

Portanto, a ressalva prevista na alínea "c", VIII, §1º do art. 20 contraria o disposto na legislação básica do serviço público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1377 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410025**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Art. 25. Fica vedado o reajuste superior à atualização monetária, no exercício de 2011, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2010.

JUSTIFICATIVA

Cabe à LDO estabelecer parâmetros para os gastos públicos, e não congelar gastos referentes a despesas indenizatórias previstas em legislação especial (§1º do art. 22 da Lei nº 8.460/92).

Nesse sentido propõe-se que fique vedado aumento superior ao da atualização monetária do para o benefício de auxílio-alimentação ou refeição que tiver valor unitário superior ao valor médio da União.

Propõe-se ainda a supressão da vedação em relação às despesas com assistência médica e odontológica uma vez que se trata de gasto ajustado em função de contrato e/ou convênio, conforme regula o art. 230 da Lei nº 8.112/90. Ademais, não se pode afastar as peculiaridades inerentes a Cada Poder, que já seriam suficientes para justificar tratamentos distintos em relação a tais gastos, mormente em relação a utilização de médias unitárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1378 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410026

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 32. (...):

I - prestem atendimento direto ao público e gozem de isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, ou de legislação anterior, ou

JUSTIFICATIVA

A nova redação do art. 32 não prevê o atendimento direto ao público como requisito de recebimento de recursos públicos. A certificação prevista na Lei nº 12.101/2009 prevê situações em que a entidade não precisa atuar diretamente junto ao público, como no caso previsto no art. 11 da citada norma, que regula a substituição do atendimento pela realização de estudos, capacitação de pessoal etc.

Em que pese tais atividades serem suficientes para justificar a certificação como beneficentes de assistência social, não justificam a transferência de recursos, a título de subvenção social, sem a devida contraprestação em serviços.

Cumprir destacar que a exigência de atendimento direto é requisito presente nas LDOs desde 1994 e pressupõe a destinação de recursos federais a entidades que efetivamente atuam junto à população.

Além disso, entendemos que a isenção pressupõe a prévia certificação da entidade, mas exige o cumprimento de requisitos formais como a regularidade fiscal e contábil; além da não-distribuição de resultados da instituição. Tendo em vista tratar-se de destinação de recursos a fundo perdido, consideramos que sejam requisitos mínimos para recebimento de benefícios financeiros federais.

Por tais motivos propomos a nova redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1379 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410027**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

X - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999;

b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;

c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e

d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
 Hora: 18:48
 Página: 1380 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410028

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33

TEXTO PROPOSTO

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, que exerçam atividades em áreas diversas das previstas no caput do art. 32, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica que expressamente identifique a entidade beneficiária; ou

II - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo Único. A transferência dos recursos para entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 observará, além do disposto no inciso I ou II deste artigo, o disposto no inciso II do art. 32.

JUSTIFICATIVA

Diversas são as áreas de atuação governamental, mas toda ação estatal sempre pressupõe a existência de interesse público e a necessidade da atividade a ser desenvolvida. Atendidas essas diretrizes, e respeitadas as disposições constitucionais e legais sobre a realização de transferências ao setor privado, surge a necessidade de estabelecer critérios para seleção da entidade que complementará a atuação do Estado em cada área de governo.

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1381 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410029**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A nova possibilidade proposta pelo Executivo acaba de fato com qualquer possibilidade de seleção para a escolha de entidades, além de tornar desproporcionais e desarrazoadas as exigências legais previstas para concessão de subvenções sociais e para contribuições correntes.

De fato, qual a razão de nada se exigir para a realização de transferências a título de contribuições correntes, bastando o nome da entidade no orçamento. Porém se determinar o cumprimento de uma série de exigências - consubstanciadas na necessidade certificação de entidade beneficente de assistência social - para a liberação de recursos a título de subvenções sociais, que são transferências de inegável importância social, porquanto se destinam a atender entidades que atuam junto às camadas mais carentes da população nas áreas da saúde, educação e assistência ?

Não se justifica tal tratamento. Pelo contrário, historicamente sempre se prestigiou as áreas da seguridade e da educação por atenderem as camadas mais carentes da população.

Por sua vez, a mera identificação da entidade no orçamento para fins de recebimento de contribuições, sem qualquer processo seletivo, fere o princípio constitucional da impessoalidade. Nesse sentido, inclusive, pode-se citar o Acórdão TCU nº 1331/2008 - Plenário, que em seu item 9.2.2, orienta no sentido de que os órgãos e entidades da Administração Pública instituem processo de chamamento e seleção públicos previamente à celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

Por tais motivos, propõe-se a supressão do dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1382 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410030**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O PLDO 2011 inclui dentre as hipóteses de transferências a título de contribuições correntes a mera qualificação como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Federal.

Na LDO para 2010, foi prevista a necessidade de prévia seleção da OSCIP para fins de celebração do termo de parceria com o poder público (§ 8º do art. 36) Tal exigência, que teve por fundamento o princípio constitucional da igualdade, surgiu da necessidade verificada pelo Congresso Nacional de prever e estabelecer critérios para seleção da entidade que complementaria a atuação do Estado em cada área de governo. Deve-se mencionar que a necessidade de processo seletivo é endossada ainda pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).

Ocorre que, para 2011, o Executivo pretende não só incluir a qualificação como OSCIP como suficiente para a realização de transferências voluntárias, como também suprimiu o disposto no §8º do art. 36 da LDO 2010, que exigia a seleção para a celebração do termo de parceria. Vale dizer, não haverá qualquer necessidade de seleção para a escolha da entidade.

Por tais motivos propomos que se mantenha a redação da LDO 2010, com a supressão do inciso IV



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1383 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410031**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - prestem atendimento direto ao público na área de saúde, e alternativamente:

a) atendam ao disposto no inciso I do art. 32; ou

b) sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo. Para tanto, também apresentamos emenda que visa suprimir o inciso IV, que passa a ser a alínea "b" do inciso III.

Busca-se ainda conferir tratamento similar ao atribuído às subvenções sociais, com a exigência da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 2009 (prevista no inciso I do art. 32 do PLDO 2011)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1384 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410032**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é apresentada em conjunto com outra que dá nova redação ao inciso III. Na prática, visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1385 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410033**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1386 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410034**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso V

TEXTO PROPOSTO

V - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

- a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999;
- b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;
- c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e
- d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1387 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410035**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso VIII

TEXTO PROPOSTO

VIII - atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar as possibilidades de transferências de capital no âmbito da assistência social. Entende-se que o inciso alcança tanto as entidades voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, quanto aquelas que atuam com pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 12.101, de 2009, propõe-se ainda que se conferira tratamento similar ao hoje vigente em relação às subvenções sociais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1388 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410036**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 34

TEXTO PROPOSTO

Dê-se aos incisos VIII, X e XI do art. 34 a seguinte redação:

VIII atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I art. 32.

JUSTIFICATIVA

Os incisos VIII e XI tratam de entidades que atuam na área de assistência social e, portanto, para aprimoramento da redação da LDO, nada mais adequado do que unificá-los em um único inciso. O inciso X é por demais genérico, o que gera dificuldades no seu entendimento e aplicação. Por outro lado, observa-se que tal dispositivo alcança entidades que atuam na área de assistência social, portanto entendemos ser adequado também unificá-lo, na forma da redação que ora propomos.

A referência que fazemos ao inciso I do art. 32 tem por finalidade adotar os mesmos requisitos exigidos na concessão de subvenção social para a concessão de auxílios na área de assistência social.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1389 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410037**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Entendemos que as pessoas 'carentes em situação de risco social' ou 'diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda' já são alcançadas por programas específicos de governo, não se justificando a criação de novas ressalvas para transferências de recursos públicos a título de auxílios a entidades privadas com o mesmo fim.

De fato, se os referidos programas não estão alcançando os objetivos originais a que se propuseram, é necessário que passem por novo processo de avaliação para correção das inadequações e impropriedades detectadas. Mas não parece razoável a manutenção de toda uma estrutura governamental (com órgãos e unidades específicas) para suporte aos referidos programas e ainda se destinar recursos de capital para entidades privadas que atuem (ou venham a atuar) nessa área.

Não menos importante é destacar que as regras concessivas de auxílios já atendem na área de educação (inciso I), na área de saúde (inciso III), na área de desporto (inciso VII) e na área de portadores de necessidades especiais (inciso VIII); bem como a União também atende entidades de assistência social por meio de subvenções sociais (art. 32).

Logo, se os programas de governo atendem diretamente as pessoas carentes (benefício pessoal) e as áreas de saúde, educação, desporto e assistência social já estão previstas nas ressalvas da LDO, não se justifica a criação da nova ressalva para concessão de auxílios.

Portanto, entendemos que não deva ser mantida a hipótese do inciso X do art. 34 do PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1390 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410038**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Estamos propondo nova redação ao inciso VIII do citado artigo. Com a nova redação proposta, serão atendidas as entidades que: atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32. Nos termos do disposto no art. 203, II, da Constituição, entendemos que 'crianças e idosos' já serão alcançadas pelo novo disposto, que contemplará toda a assistência social. Dessa forma propomos a supressão do inciso XI.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1391 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410039**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011

Art. 36. (...)

§ 8º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União. Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1392 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410040**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso ao art. 36 do PLDO 2011

xx - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

JUSTIFICATIVA

Há anos o Legislativo inseriu dispositivo na LDO exigindo que o Executivo publicasse normas e critérios para seleção de entidades privadas aptas a receberem transferências de recursos públicos federais.

O PLDO para 2011 suprime tal dispositivo.

Propomos que se resgate o antigo dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1393 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410041**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011:

§ 7º A seleção prevista no inciso III do art 33, aplica-se ao inciso II do art. 32 e ao inciso V do art. 34.

JUSTIFICATIVA

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de OsciP previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1394 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410042**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1395 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410043**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 36 Inciso VI

TEXTO PROPOSTO

VII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da:

a) entrega de cópia das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

b) declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2010 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige DIPJ para transferência a entidade privada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1396 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410044**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, por meio de recursos financeiros de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Até a LDO 2009, exigia-se das entidades privadas - com exceção das que atuassem nas áreas da saúde, educação e assistência social - a apresentação de contrapartida para o recebimento de recursos federais. Referido dispositivo foi vetado na LDO para 2010 (art. 37). A redação aprovada pelo Congresso Nacional para a LDO 2010 foi no sentido de ser "exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 da LDO, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade". Tal dispositivo foi previsto na LDO para 2010 por se entender inadequado estabelecer tratamento diverso entre entes públicos e entidades privadas. Vale dizer, se considerou não ser razoável aceitar que Estados e Municípios prestem contrapartida, quando entidades privadas - que apenas complementam a atuação estatal, quando necessário - são dispensadas dessa mesma contrapartida. O PLDO 2011, contudo, acaba com a exigência de contrapartida, que passa a ser facultativa, e ainda prevê que, quando exigida, a entidade possa atendê-la por meio de "bens ou serviços economicamente mensuráveis". Ora, uma vez que o art. 25, §1º, IV, "d" da LRF (Lei Complementar nº101, de 2000) exige previsão orçamentária de contrapartida dos entes públicos para realização de transferências voluntárias, não se justifica deixar de exigi-las ou substituí-las por bens e serviços nas previsões nas transferências para o setor privado. Trata-se, portanto, de mais uma liberalidade na alocação de recursos públicos em entidades privadas. Propõe-se, assim, a restauração das regras implementadas na LDO 2009.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1397 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410045**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige contrapartida para transferências a entidades privadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1398 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410046**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 38

TEXTO PROPOSTO

Insira-se a seguinte subseção à Seção III do Capítulo III do PLDO:

Subseção II

Da Subvenção Econômica

Art. xx. A transferência de recursos a título de subvenções econômicas, nos termos do que dispõem os arts. 18 e 19 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá exclusivamente despesas correntes de empresas com fins lucrativos e somente será realizada quando autorizada expressamente em lei especial e destinar-se a:

- a) cobertura dos déficits de manutenção de empresas públicas;
- b) cobertura de diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais; e
- c) pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais

§1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei no 4.320, de 1964, a destinação de recursos de que trata o caput ocorrerá somente por meio de subvenções econômicas e por transferência na modalidade de aplicação 60 - Transferência a Entidade Privada com Fins Lucrativos para a entidade beneficiada.

§2º Na execução, o elemento de despesa deverá identificar o gênero e o subelemento a espécie de subvenção econômica.

3º Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício

JUSTIFICATIVA

No PLDO 2011, o Executivo propõe o remanejamento para a "Seção III - Das Transferências - Setor Privado" de dispositivo que nos últimos anos tem constado da "Seção V - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos". Trata-se de norma que vem regulando a destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas (art. 49 da LDO para 2010).

Considerando o remanejamento proposto pelo Poder Executivo e o teor do § 2º do art. 38 do PLDO 2011, tais despesas devem ser classificadas como subvenção econômica. Assim como as demais transferências previstas na Seção (subvenção social, auxílio e contribuição), a subvenção econômica também se encontra prevista na Lei nº 4.320, de 1964 (arts. 18 e 19), porém restrita a entidades com fins lucrativos e a produtores (parágrafo único do art. 18 da Lei nº 4.320, de 1964). Dessa forma, entendemos que deva ter tratamento distinto do conferido às demais transferências.

Deve-se destacar ainda existir atualmente elemento de despesa que detalhe as demais transferências, mas não ocorrer o mesmo em relação à subvenção econômica; bem como o fato de, até o momento, a maior parte dessas despesas estar sendo classificada como aplicação direta (MA 90) no elemento de despesa 45 (equalização de juros/bonificação), situação que deverá ser modificada com a nova redação proposta que exigirá a utilização da modalidade de aplicação 60 - Transferências a Entidades Privadas com Fins Lucrativos.

Propomos assim o desmembramento da Seção III em três subseções: I - Da Subvenção Social, Do Auxílio e Das Contribuições; II - Da Subvenção Econômica e III - Disposições Gerais. As transferências a entidades com fins lucrativos obrigatoriamente seriam classificadas como subvenções econômicas, com modalidade de aplicação 60.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1399 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410047**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se no art. 51 o seguinte parágrafo:

Art. 51 (...)

§ 2º Para fins do art. 195, § 5º, da Constituição, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 conterão demonstrativo das alterações nos benefícios ou serviços da seguridade social, indicando a correspondente fonte de custeio, a proposição legislativa e correspondente crédito orçamentário detentor da dotação suficiente para financiamento do impacto orçamentário-financeiro estimado nos termos do art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O art. 195, § 5º, da Constituição determina que:

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Ocorre que o controle do dispositivo tem-se se mostrado de difícil atingimento, como o prova o crescente déficit da previdência social.

Propõe-se a adoção de mecanismo semelhante ao hoje já adotado para as proposições que aumentem gastos com pessoal, fundados no art. 169 da Constituição federal.

A constituição do demonstrativo permitirá a formação de um foro para discussão e avaliação do mérito das melhores alternativas em termos de formulação de políticas públicas na área da seguridade social, compreendida aí as áreas de saúde, previdência e assistência social.

Durante o processo orçamentário o demonstrativo encaminhado pelo Poder Executivo pode ser alterado por meio de emendas parlamentares.

O mecanismo permitirá a compensação de proposições que de outra maneira nunca seriam aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial as de iniciativa parlamentar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1400 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410048**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º É vedada a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1401 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410049**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 70 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3o Os Poderes e o MPU, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editarão ato, até o 30o (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira, publicando-se no respectivo sítio da internet demonstrativo contendo a programação aprovada e os valores contingenciados por unidade orçamentária e ação.

JUSTIFICATIVA

Convocamos nossos pares a dar transparência e previsibilidade à execução orçamentária ao exigir-se dos Poderes e do MPU, a publicação no respectivo sítio da internet de demonstrativo contendo a programação aprovada e os valores contingenciados por unidade orçamentária e ação constante do ato de contingenciamento, que hoje já deve ser editado até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1402 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410050**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 70 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3o Os Poderes e o MPU, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editarão ato, até o 30o (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira, publicando-se no respectivo sitio da internet demonstrativo contendo a programação aprovada e os valores contingenciados por unidade orçamentária e ação.

JUSTIFICATIVA

Convocamos nossos pares a dar transparência e previsibilidade à execução orçamentária ao exigir-se dos Poderes e do MPU, a publicação no respectivo sitio da internet de demonstrativo contendo a programação aprovada e os valores contingenciados por unidade orçamentária e ação constante do ato de contingenciamento, que hoje já deve ser editado até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1403 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410051**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1404 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410052

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 81

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 81 DO PLDO/2011:

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 1º O Anexo a que se refere o caput conterá, autorização somente quando amparada por projeto de lei ou medida provisória, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e Ministério Público da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar no 101, de 2000, com as respectivas:

I - quantificações, para a criação ou transformação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos, especificando, no caso do primeiro provimento, o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; e

III - especificações, relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º O Anexo de que trata o § 1º deste artigo considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011, e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo art. 166, § 5º, da Constituição.

§ 3º Para fins de elaboração do anexo específico previsto no caput deste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 4º Os Poderes e o Ministério Público da União publicarão, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, mencionadas no caput deste artigo, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2010, que poderão ser utilizadas no exercício de 2011, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício de 2011.

§ 5º Na utilização das autorizações previstas no caput deste artigo, bem como na apuração dos saldos de que trata o § 4º deste artigo, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 81 desta Lei, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2011 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.

§ 7º Os projetos de lei e medidas provisórias que criarem cargos, empregos ou funções a serem providos além do exercício em que forem editados deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização e dotação em anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos, não sendo considerados autorizados enquanto não publicada a respectiva lei orçamentária.

§ 8º Os Poderes e o Ministério Público da União encaminharão, no exercício de 2011, projetos de lei no âmbito de suas iniciativas extinguindo os cargos, empregos e funções



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1405 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410052

vagos e que não tenham tido provimento nos últimos cinco anos, facultada a extinção pelo Poder Executivo nos termos do art. 84,VI, "b", da Constituição.

JUSTIFICATIVA

Propomos a manutenção dos avanços e aperfeiçoamentos no trato dos gastos com pessoal, segundo item no grupo de despesas obrigatórias continuadas (que representam 9/10 dos gastos primários), logo após os benefícios previdenciários.

Inicialmente, identificamos a supressão pelo Poder Executivo da exigência de constar do Anexo V as proposições que transformem cargos e funções públicas. O Anexo V caracteriza-se como expressão numérica das exigências contidas no art. 169, § 1º, da Constituição, que disciplina o tema gastos com pessoal sob os seguintes termos:

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista

A supressão das proposições que transformem cargos e funções foi motivo de veto presidencial na LOA/2010. Tais proposições tinham sido reincluídas pelo Congresso Nacional, após originariamente apresentadas pelo Executivo em sua proposta orçamentária e suprimidas em sua revisão do Anexo V, no uso da faculdade presente neste mesmo artigo no § 2º. A motivação da reinclusão das proposições que transformam cargos consta Relatório Final do Relator Geral do PLOA/2010, que sintetiza a razão da permanência dos dispositivos no Anexo V:

Reitere-se que a reinclusão na peça orçamentária dos itens vetados, originariamente encaminhadas pelo Executivo, foi iniciativa da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, único órgão permanente do Congresso Nacional que examina a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Poder Legislativo federal, que assim se manifestou quanto à necessidade de reinserção das autorizações constantes do PLOA/2010 originariamente apresentadas pelo Poder Executivo:

Observamos que a atualização do Anexo V pelo Poder Executivo, enviada pelo Ofício nº 490/2009/GM-MP, de 11.11.2009, não mais contempla o PL nº 3.429, de 2008, em razão do Poder Executivo entender que as proposições que ofereçam compensação com a extinção de cargos e funções não necessitam de autorização do Congresso Nacional, como expressamente consta da nota de rodapé do Anexo V atualizado, *ipsis litteris*: (3) PL que contempla a criação de cargos e/ou funções comissionados com compensação parcial oriunda da extinção de cargos e/ou funções. Neste caso, para fins da composição do Anexo V, considerou-se apenas o saldo (físico e financeiro) resultante da diferença entre a criação e a extinção, tendo em vista que a criação de cargos e/ou funções comissionados com extinção de outros, não implica em aumento de despesas, uma vez que os mesmos estão incluídos nas bases de projeção da folha de pagamento do Poder Executivo.

Essa nova interpretação dada pelo Poder Executivo ao comando constitucional expresso no art. 169 não constava da proposta orçamentária para 2010, PLN 46/2009, originalmente apresentada ao Congresso Nacional em 31.08.2009, não só inexistia a nota de rodapé transcrita como constava expressamente o item autorizativo do PL 3.429, DE 2008, item I.5.7, que transforma cargos comissionados (DAS) em funções comissionadas (FCPE) no âmbito do Poder Executivo, proposição sub examine.

Estranha-nos a nova interpretação constitucional dada pelo Executivo porquanto em outros inúmeros itens do Anexo V onde somente são criados os cargos, sem serem providos no exercício de 2010, ou seja, sem qualquer impacto para 2010, são informadas as proposições a serem autorizadas nos termos do art. 169 da Constituição, a exemplo dos itens: 5.9. PL nº 3.643, de 2008- CVM, 5.12. PL nº 3.943, de 2008 - MD, 5.14. PL nº 3.945, de 2008- BACEN, ou o 5.15. PL nº 3.946, de 2008 - ANCINE.

Observe-se que a atualização realizada pelo Poder Executivo introduziu novo item criando cargos também sem qualquer impacto, 5.31. PL nº 5.911, de 2009 - Diversos. O mesmo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1406 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410052

JUSTIFICATIVA

verifica-se nos demais Poderes, que solicitam autorização para suas proposições, mesmo que sem qualquer provimento de cargo em 2010, ou hoje ocupadas em cargos criados por ato administrativo impugnados na esfera jurisdicional, a exemplo dos TRT's da 2ª e 15ª Regiões (itens 2.6.2. PL nº 5.238, de 2005 e 2.6.14. PL nº 5.546, de 2009). Ou seja, é reconhecida pelo Poder Executivo a necessidade de autorização prévia para a criação de cargos, funções e empregos, ainda que sem qualquer impacto orçamentário-financeiro em 2010, mas essa já não mais se faz necessária quando tais cargos sejam compensados com outros cargos anteriores.

Discordamos de tal assertiva em razão do mandamento constitucional insito no art. 169 não fazer tal distinção além de não ser razoável suprimir-se processo de controle parlamentar de foro constitucional por mera interpretação administrativa.

Ademais, não verificamos diferença significativa entre criar cargo com ou sem compensação da extinção de outro anterior, evento passível de ocorrer inclusive por meio estritamente administrativo, por decreto presidencial, nos termos do art. 84, VI, "b", da Constituição.

A determinação constitucional de prévia autorização do ciclo orçamentário funda-se na criação do cargo, emprego ou função em si, aí exigida a vênua congressual por seu impacto efetivo ou eventual de geração de despesas obrigatórias de caráter continuado de extrema rigidez e perpetuidade.

Assim, propomos a recomposição da autorização constante do PLOA/2010 por meio desta emenda de texto ao PLN 46/2009, Proposta Orçamentária para 2010, mantendo a prévia autorização anteriormente concedida, constante originariamente do Anexo V, para o PL 3.429, de 2008.

Mantém-se, no inciso II do § 1º, da exigência existente na LDO/2010, e agora suprimida, sem qualquer justificativa, pelo Poder Executivo no PLDO/2011, da necessidade de especificação, no caso do primeiro provimento, do projeto de lei, da medida provisória ou da lei correspondente, que criem gasto com pessoal em razão do provimento de cargos, funções e empregos. O art. 169, § 1º é expresso ao determinar que qualquer forma de admissão na administração pública federal, direta ou indireta, deverá vir acompanhada de autorização na LDO (e discriminada na LOA) e correspondente dotação orçamentária que a comporte.

Estranhamos a supressão da exigência efetivada pelo Poder Executivo pois esse argumenta em todas as oportunidades que somente o provimento e não a criação do cargo é que enseja o aumento de despesa com pessoal, justificando inclusive a retirada das transformações de cargos e funções, por não terem o condão de gerarem obrigações para o estado, só advinda do provimento do cargo por servidor.

Propomos no § 2º a explicitação, no Anexo de que trata o § 1º deste artigo, do crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011. O comando nada mais faz do que facilitar para a sociedade a identificação da observância do dispositivo constitucional que exige prévia dotação orçamentária para concessão de qualquer aumento de gastos com pessoal. Tal tarefa faz-se hoje em muitas situações impossível, não se identificando na peça orçamentária a correspondente dotação orçamentária com a autorização existente no texto da lei orçamentária (Anexo V).

Propomos, finalmente, a inclusão de novo dispositivo (§ 8º) tratando de tema esquecido porém cada vez com maior atualidade: excesso de cargos e funções vagas na administração pública federal.

Conforme Demonstrativo publicado pelo Poder Executivo, em 2008 existiam 257.256 cargos vagos. Injustificável a permanência de estoque de cargos vagos em tal montante. Faz-se necessária a revisão urgente dessa massa de cargos sem qualquer uso ou destino, alguns vagos há décadas. Assim, propõe-se a revisão de tal quadro com a extinção de todos aqueles cargos sem provimento há mais de cinco anos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1407 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410053**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 87

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 87 DO PLDO/2011:

Art. 87. (...)

(...)

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

(...)

§4º Os instrumentos de contratação de serviços terceirizados, inclusive os mencionados no § 3º deste artigo, deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo o nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação na internet nas condições estabelecidas pelo § 4º do art. 77 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A transferência do dispositivo que exige transparência na contratação de terceirizados do art. 76 da LDO/2010 para o art. 87 do PLDO/2011 mostra-se adequado.

Porém, a condicionante de restringir a transparência somente ao terceirizados passíveis de inclusão nos limites do § 1º do art. 18 da LRF (terceirização de mão de obra como gasto com pessoal) omite a maior parte dos terceirizados, que não são considerados como substituição de pessoal. Assim, propomos aos nossos pares a supressão da condicionante e explicitação da abrangência das informações, que devem, necessariamente, incluir toda e qualquer espécie de terceirização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1408 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410054**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 88

TEXTO PROPOSTO

Art.xx. As despesas com pessoal reguladas por esta Lei incluem as despesas de natureza assistencial e indenizatório, salário-família, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, referentes ao período de apuração, que serão registradas em pessoal ativo ou em pessoal inativo e pensionistas, conforme seu beneficiário, que deverão ser especificados em programação orçamentária própria.

§ 1º Para fins do caput deste artigo, são despesas de natureza assistencial aquelas destinadas a auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio-creche ou assistência pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-reclusão e abono de permanência do servidor ativo.

§ 2º Para fins do caput deste artigo, são despesas indenizatórias aquelas destinadas a ajuda de custo, diárias, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e auxílio-transporte.

JUSTIFICATIVA

Decretemos NÃO à fuga do controle de gastos com pessoal. A fixação pela Lei de Responsabilidade Fiscal de limites claros e precisos para tal modalidade de gastos provocou reação da Administração, demonstrável pela crescente descaracterização de várias parcelas pagas a seus servidores como gasto com pessoal. Mantém-se assim, artificialmente, a observância dos limites fixados pela LRF para gastos com pessoal. Se a iniciativa privada gera gratificações indenizatórias, fring benefits, para escapar do imposto de renda, a administração pública gera gratificações indenizatórias e assistenciais para livrar-se dos limites com pessoal e descaracterizar o aumento de gastos com pessoal.

A inclusão do dispositivo acima proposto no Capítulo relativo a despesas com pessoal na LDO/2011 unicamente visa trazer transparência a despesas tipicamente retributivas aos serviços prestados ainda que sob a natureza assistencial ou indenizatória. Exemplo do vínculo que associa os benefícios assistenciais e indenizatórios à atividade funcional vê-se expressa no fato do servidor ao passar à inatividade não mais perceber vários dos auxílios disciplinados acima, como alimentação ou transporte.

Não é a permanência ou o caráter efêmero do gasto que descaracteriza a natureza de despesas com pessoal abrangida pelo art. 169 da Constituição. Como disciplina o § 1º do art. 169 "A concessão de qualquer vantagem..." caracteriza despesa com pessoal, assim a concessão de gratificações a título indenizatório como auxílio-moradia ou outros. O pagamento de qualquer vantagem individualizada caracteriza-se como pessoal, nos estritos termos do art. 169, § 1º, da Constituição.

Nada mais intuitivo do que considerar auxílio-alimentação como gasto com pessoal, sem ele não há sobrevivência.

Ainda que temporárias, as parcelas indenizatórias como ajuda de custo ou diárias, contém liame intrínseco com a atividade desempenhada, mesmo que momentaneamente, pelo servidor. A não incidência do imposto de renda sobre parcelas indenizatórias não as descaracteriza como despesas com pessoal porquanto são formas de retribuição direta aos serviços prestados por servidores.

Tais benefícios, de caráter assistencial ou indenizatório, devem ser identificados especificamente em rubricas próprias e classificarem-se como GND 1 (pessoal e encargos). Assim, busca-se meramente explicitar disciplinamento no normativo federal a que os outros entes subnacionais já estão submetidos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1409 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410055**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 91 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Os projetos de lei e medidas provisórias que, direta ou indiretamente, acarretem renúncia de receita tributária, financeira, patrimonial ou de transferências de Estado, do Distrito Federal ou de Município, deverão ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na arrecadação desses entes.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Poder Executivo que estabelece necessidade de estimativa de impacto para renúncia de receita.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1410 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
9041 - João Dado	90410056

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 93 do PLDO 2011 a seguinte redação:

§7º No caso de tributos de natureza vinculada, além do disposto no parágrafo anterior exigir-se-á a demonstração, devidamente justificada, da necessidade de instituição ou ampliação do tributo para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que praticamente todos os tributos não-vinculados já foram instituídos e possuem regras próprias para aumento na Constituição e na legislação ordinária, tem sido prática constante a instituição de contribuições e de taxas por novos serviços a serem prestados ao contribuinte.

A presente emenda visa regular a elaboração de leis que veiculem novas exações vinculadas, ou a ampliação das já existentes, de forma a que também demonstrem previamente o custo e a necessidade do serviço a ser prestado ao contribuinte, que arcará com o tributo.

O que se pretende, é exigir a demonstração da necessidade e dos custos de novas exações em relação ao serviço a ser prestado ao contribuinte, como uma espécie de adequação social para instituição de novas exações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1411 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410057**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária de 2010, o Poder Executivo deverá considerar:
I - o valor da renúncia de receita decorrente de proposições legislativas de sua autoria em tramitação no Congresso Nacional; e
II - o Projeto de Lei nº 2.472, de 2003.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo, vetado pelo Executivo no PLDO para 2010, que estabelece obrigações para a estimativa de receitas do Projeto de Lei Orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1412 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410058**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo, inserido na LDO de 2010, traz injustificável limitação de prazo para acesso a importantes sistemas de acompanhamento da execução das ações de governo, devendo, portanto estar sempre franqueadas ao Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1413 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410059**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 102

TEXTO PROPOSTO

Art.(..) Para assegurar efetividade ao disposto no artigo 102, todo documento de gestão orçamentária ou financeira, inclusive empenho, nota de liquidação, contrato, convênio, ordem bancária, DARF, etc., dos Poderes e do Ministério Público, deve conter, em campo específico, as seguintes informações relativas à respectiva programação:

I - Exercício orçamentário;

II - Exercício financeiro;

III - Unidade Orçamentária;

IV - Código da funcional da despesa ou da natureza da receita;

§ 1º Os sistemas e bases de dados relativos à execução orçamentária e financeira devem estar estruturados e interrelacionados de modo a permitir o acesso, para fins de acompanhamento e fiscalização, a qualquer informação, documento ou relatório, em qualquer nível, a partir de elementos de classificação orçamentária constantes dos incisos deste artigo.

§ 2º Os sistemas orçamentários e financeiros conterão mecanismos para impedir lacuna, omissão ou falha no registro de dado ou informação essencial, necessária ou relevante para o acompanhamento ou fiscalização dos atos orçamentários e financeiros, considerando especialmente:

I - elementos da classificação orçamentária;

II - elementos da classificação econômica;

III - a localidade, UF e Região beneficiada pela despesa;

IV - a entidade beneficiária;

V - o instrumento legal ou administrativo de autorização da despesa; e

VI - dados essenciais da licitação aplicada à respectiva despesa ou ato legal ou administrativo base para sua dispensa ou inexigibilidade.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda para estabelecer diretrizes e requisitos mínimos para os sistemas e bases de dados orçamentários e financeiros, com o propósito de assegurar maior efetividade no acompanhamento, controle ou fiscalização dos atos orçamentários, financeiros e administrativos relacionados ao registro e execução do orçamento da União.

A iniciativa decorre da dificuldade de obtenção, pelo Congresso Nacional, de informações orçamentárias e financeiras, devido a limitações da estrutura e de conteúdo do SIAFI e de outras bases de dados e sistemas disponibilizados pelo poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1414 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410060**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 111 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação do caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Restabelecimento de dispositivo vetado na LDO 2010, estabelecendo que os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação da regra prevista no caput do artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1415 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410061

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 123

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 123 DO PLDO/2011:

Art. 123. As proposições legislativas, sob a forma de projeto de lei, decreto legislativo ou medida provisória, que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2011 deverão estar acompanhadas de estimativa desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2011 a 2013, detalhando a memória de cálculo respectiva e apresentarem a correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão da União, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 2º Os Poderes e o MPU, encaminharão, quando solicitados pelo Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa em apreciação pelo órgão colegiado, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerá os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 3º Os órgãos mencionados no § 1º deste artigo atribuirão a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro da proposição não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no caput deste artigo.

§ 5º Considera-se a diminuição da receita ou o aumento da despesa prevista no caput deste artigo em termos nominais, sendo que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira.

§ 6º Consideram-se compensados, para fins deste artigo, as proposições constantes do Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo às proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial, restrita a vigência legal a no máximo cinco anos, facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

§ 8º As disposições desta Lei aplicam-se inclusive às proposições que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 9º As proposições decorrentes do disposto no art. 21, XIV, da Constituição, submetem-se às disposições desta Lei.

JUSTIFICATIVA

As alterações propostas ao art. 123 do PLDO/2011 aperfeiçoam dispositivos necessários à manutenção do equilíbrio fiscal do estado brasileiro, em especial da União. As alterações aperfeiçoam o instrumento de controle do equilíbrio fiscal de médio e longo prazo desempenhado pelo exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da legislação permanente.

A menção no caput do artigo ao gênero "proposições legislativas" visa exclusivamente reduzir as remissões ao longo do dispositivo.

A inclusão no artigo dos decretos legislativos como proposições submetidas ao controle disciplinado pelo dispositivo nada mais é do que expressar o que já é efetivamente realizado pelo Congresso Nacional durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentário e financeiro.

A inclusão in fine no caput do artigo da remissão aos dispositivos que fundam o próprio artigo, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria, somente explicitam os fundamentos constitucionais e legais que hoje já sustentam o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições legislativas, como os arts. 169 (gastos com pessoal) e 195, § 5º (benefícios da seguridade social : previdenciários, assistenciais e da saúde), assim como outros diplomas legais que não as



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1416 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410061

JUSTIFICATIVA

leis do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) a exemplo da LRF e Lei 4.320/64. A inclusão no § 4º do artigo da hipótese de remissão à futura legislação traz para a LDO entendimento consolidado na Comissão de Finanças e Tributação de que remeter à futura regulamentação ou legislação não afasta a necessidade da proposição já consignar seu impacto e compensação.

O novo § 5º igualmente expressa interpretação autêntica do legislador, que hoje já assim procede quando considera a diminuição da receita ou o aumento da despesa em termos nominais, e não reais, afastando interpretações de que a simples atualização de limites e classes de contribuintes de tributos ou de benefícios, exceto exceções legais como o art. 25 da LRF, não teriam impacto orçamentário-financeiro para fins dos arts. 14 e 17 da LRF. No mesmo sentido, explicita que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira.

O novo § 6º do artigo meramente reafirma o caráter neutralizador, sob o prisma fiscal, da inserção de proposições, para fins de compensação, no Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias, desde que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011. Ou seja, não basta a inserção no Demonstrativo, exige-se que tenha dotação suficiente na lei orçamentária correspondente.

Para fins de boa técnica legislativa, fundem-se os antigos §§ 7º e 8º em um só, sem qualquer outra implicação normativa.

O novo § 9º traz ao disciplinamento do regime de responsabilidade fiscal as proposições relativas ao art. 21, XIV, da Constituição que atribui obrigação à União de organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Só a existência de fundo específico não exime tais proposições de demonstrarem seu impacto orçamentário-financeiro e suficiência de recursos para seu financiamento, no caso, demonstrar que os recursos do FCDF são suficientes, mantidos os outros dispêndios já legislados, de arcar com as novas obrigações instituídas pela proposição em exame. Assim, pedimos a nossos pares o apoio à iniciativa depuradora de proposições que contenham desequilíbrios fiscais e em desacordo com a boas regras do regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1417 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2379 - João Durval	23790001

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

7L52 Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Salvador - BA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	25
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

A principal carência na infraestrutura urbana de Salvador e demais municípios da RMS está na mobilidade. A proposta visa construir projetos que integrem todas as modalidades de transporte coletivo, aliado ao desenvolvimento dessa região, possibilitando a circulação de pessoas e veículos de forma adequada. A idéia é atender a demanda dos fluxos de passageiros e veículos, priorizando o transporte público e reduzindo os gargalos de trânsito, como também encontrar soluções sustentáveis, menos poluidoras, e mais racionais do ponto de vista urbano. Vale ressaltar que Salvador será uma das sedes da Copa 2014, o que implica na reestruturação do sistema de transporte público e na realocação de estacionamentos, envolvendo também, a integração de outros modais, a exemplo do metroviário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1418 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2379 - João Durval	23790002

PROGRAMA

1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

AÇÃO

8991 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Território apoiado (unidade)

20

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a aquisição de máquinas e equipamentos para proporcionar melhores condições sócio-econômicas dos pequenos agricultores do Estado da Bahia, bem como melhorar a capacidade dos municípios beneficiados e possibilitar que se tornem mais eficientes em sua produção agrícola e comercialização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1419 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2379 - João Durval	23790003

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F49 Construção de Trecho Rodoviário - Porto de Campinho - Município de Cocos - na BR-030 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	150
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-030 - Trecho Porto de Campinho - Município de Cocos - no Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1420 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2379 - João Durval	23790004

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	5
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infra-estrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará os demais, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística. Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana e outros município no estado da Bahia, passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1421 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2379 - João Durval****EMENDA****23790005****PROGRAMA**

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7N10 Construção de Trechos Rodoviários - na BR-415 - No Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

Com 30 KM de extensão, a BR - 415 é um importante vetor de ligação entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, principais centros urbanos da Região Cacaueira, tanto em termos demográficos, como em termos econômicos, onde a cacauicultura continua sendo uma das atividades de maior destaque.

A duplicação desta rodovia reduzirá os constantes problemas de trafegabilidade na região. A BR - 415, neste trecho, alcança em Itabuna a BR - 101, principal eixo rodoviário de articulação entre o Norte / Nordeste e Sudeste / Sul do país, constituindo-se portanto em um eixo de integração estratégica.

Acrescente-se ainda o intenso fluxo de pessoas nesta região em busca do turismo litorâneo, dos serviços mais especializados de educação e saúde, e do acesso ao porto e aeroporto, localizados em Ilhéus, o que justifica o pleito requerido.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1422 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3239 - João Leão		32390001
PROGRAMA		
1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional		
AÇÃO		
11WI Construção de Passagem Superior sobre Linha Férrea - no Município de Alagoinhas - no Estado da Bahia		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra executada (% de execução física)		70
JUSTIFICATIVA		
A presente emenda visa atender a população do município de Alagoinhas, proporcionando mais segurança na travessia sobre a linha férrea.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1423 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3239 - João Leão

EMENDA

32390002

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO7F50 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG - na BR-135 - no
Estado da Bahia**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

200

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nas fluxos de transporte, na BR 135 trecho Divisa PI/BA - Divisa BA/MG, no estado da bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1424 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3239 - João Leão

EMENDA

32390003

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7N10 Construção de Trechos Rodoviários - na BR-415 - No Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

80

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nas fluxos de transporte, na BR 415, no estado da bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1425 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3239 - João Leão****EMENDA****32390004****PROGRAMA**

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F49 Construção de Trecho Rodoviário - Porto de Campinho - Município de Cocos - na BR-030 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)

250

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nas fluxos de transporte, na BR 030 Trecho Porto de Campinho - Município de Cocos, no estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1426 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3239 - João Leão****EMENDA****32390005****PROGRAMA**

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F48 Construção de Trecho Rodoviário - Barreiras - Divisa BA/PI - na BR-020 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

250

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-020, trecho Barreiras - Divisa BA/PI - no Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1427 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3408 - João Magalhães****EMENDA****34080001**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 18 Parágrafo 2 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

bem como da estruturação do Conselho Nacional de Justiça, e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, criada pela Emenda Constitucional nº 45; e

JUSTIFICATIVA

A estruturação do CNJ encontra-se em fase de implementação, inclusive com a criação do departamento de fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Sócio-Educativas, Lei 12.106 de 02/12/2009, e como o encaminhamento do Projeto de Lei nº 5.771/2009, que cria cargos e funções com vistas a sua operacionalização. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho tem ação específica no orçamento para o cumprimento de sua missão institucional, sendo imprescindível a alocação de recursos para tanto. Esclareço ainda, que a criação dos referidos órgãos são ditames constitucionais, não podendo suas instalações serem considerados atos discricionários da administração pública, dada sua imperatividade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1428 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2428 - João Oliveira	24280001

PROGRAMA

0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO

7K63 Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Anexo construído (% de execução física)

20

JUSTIFICATIVA

A obra se faz necessária em razão da atual Secção Judiciária do Estado do Tocantins não atender mais às suas reais necessidades, notadamente quanto a falta de espaço físico para ampliação de algumas unidades, especialmente para a melhoria de atendimento ao jurisdicionado do Juizado Especial Federal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1429 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2428 - João Oliveira****EMENDA****24280002****PROGRAMA**

0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista

AÇÃO

1M75 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Guaraí-TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Edifício construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A implantação da Vara do Trabalho em Guaraí, se faz necessária em razão da deficiência da Justiça do Trabalho no Estado do Tocantins, melhorando assim o atendimento à população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1430 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2428 - João Oliveira	24280003

PROGRAMA

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

1092 Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado de Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

20

JUSTIFICATIVA

O município de Palmas, capital do Tocantins, possui uma população em torno de 200 mil habitantes, com uma das maiores taxas de crescimento demográfico do País. O forte fluxo migratório de pessoas que buscam novas oportunidades de trabalho e de negócio têm contribuído para aumentar a demanda por serviços públicos e pela ampliação da infraestrutura local.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1431 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2428 - João Oliveira	24280004

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

109Z Perfuração e Equipamento de Poços Públicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Poço implantado (unidade)	200
---------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins, enfrenta de forma cíclica e repetitiva o problema das estiagens. Dentro desse contexto, a região Sudeste do Estado sempre é a mais castigada, principalmente no período entre abril e outubro, quando as precipitações são muito reduzidas ou quase nulas. Os efeitos danosos sobre a população, atividades econômicas e ao meio ambiente são muito significativos. Perfuração e Equipamento de Poços Públicos. Com a implantação de obras de infraestrutura hídrica e a adoção de outras medidas complementares, pretende-se assegurar a disponibilidade de água para o atendimento aos diversos usos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1432 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2428 - João Oliveira	24280005

PROGRAMA

0352 Abastecimento Agroalimentar

AÇÃO

0300 Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

- (-)	1
-------	---

JUSTIFICATIVA

Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1433 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3608 - João Paulo Cunha	36080001

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

7J66 Expansão do Ensino Superior - Campus de Osasco - SP

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Vaga disponibilizada (unidade)	600
--------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A construção do Campus da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, esta previsto no PPA desde ano de 2008.

Tem cinco cursos já aprovados e o edital para a seleção de Professores e Funcionários já esta publicado.

A seleção de estudantes universitários que ocuparão as vagas a serem disponibilizadas se fará através do ENEM, já no final do ano de 2010.

O Início das aulas está previsto já no primeiro semestre de 2011, porém ocontecerá de forma precária em prédios oferecidos pela UNIFESP. Com isso estas obras de construção são de extrema importância para garantir qualidade ao atendimento aos futuros alunos e ao atendimento a toda a infra estrututa universitária necessária.

O local (terreno) para a construção já é de propriedade da UNIFESP e esta absolutamente desembaraçado e pronto para receber o início das obras.

Vale ressaltar que esta construção visa garantir o compromisso do Presidente da República em levar esta importantíssima extensão de curso superior a Osasco e toda aquela região que necessitam muito de acesso ao ensino superior de qualidade.

E ainda, que tanto Reitoria da UNIFESP quanto a Prefeitura Municipal de Osasco e Prefeituras da região, estão compromissados e anciosos que esta EMENDA seja aprovada e que ocorra a liberação dos recursos necessários dentro da próxima peça orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1434 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3242 - João Pizzolatti	32420001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 95 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o parágrafo único e suas alíneas

JUSTIFICATIVA

A presente emenda suprime o parágrafo único do artigo 95 do PLDO 2011, que trata da retenção parcial e integral dos pagamentos em favor do contratado.

A retenção de pagamentos não pode ser tratada de maneira diferente do que já foi disposto exaustivamente na lei de licitações.

Isto porque a LDO não pode tratar de matéria atinente ao regime jurídico de contrato administrativo, devendo se ater à matéria que lhe é própria por força do art. 165 §2º, da Constituição da República. Nos termos do citado dispositivo, a LDO tratará apenas de "as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento". Ou seja, não cabe, em sede de LDO, introduzir uma nova hipótese autorizadora da interrupção de pagamentos, eis que isso é matéria de lei ordinária que, se editada, deve estar em consonância com a lei 8.666/93.

No regime jurídico dos contratos administrativos em vigor, apenas a rescisão contratual autoriza retenção dos créditos decorrentes do contrato em caso de prejuízo à administração, na forma do artigo 80, Inciso IV.

Desta feita, é ilegítima a previsão de retenção de valores em casos que não se identifiquem com a hipótese normativa mencionada (rescisão contratual). Logo, a retenção dos pagamentos durante a execução de um contrato, além de ausência de previsão legal no diploma aplicável ao tema, significa, para o particular, verdadeiro confisco, eis que ele terá de perfazer o objeto por um valor menor do que foi ofertado no momento da licitação. Evidente que tal situação implica a modificação indevida do equilíbrio econômico-financeiro constitucionalmente estabelecido. Demais disso, tem-se o verdadeiro enriquecimento ilícito da Administração Pública, eis que ela fruirá de um contrato despendendo menos do que por contrato se obrigou a pagar.

Portanto, o parágrafo único do art. 95, caso venha a ser editado, fatalmente será objeto de ação de inconstitucionalidade, devendo, pois, ser retirado desde já



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1435 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2045 - João Ribeiro	20450001

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

7L13 Construção da Barragem do Rio Arraias (Eixo 16) - no Município de Arraias - no Estado do Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Obra executada (% de execução física)	20
---------------------------------------	----

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado do Tocantins, mediante estudos técnicos específicos realizados por intermédio de suas secretarias estaduais competentes, identificou com clareza, através da caracterização física de seu território, que a Região Sudeste do Estado apresenta os menores índices de precipitação pluviométrica, resultando em um clima seco e com moderada deficiência hídrica. Atento a esse problema, o Governo do Estado criou e está implementando o Programa Propertins, que visa perenizar a disponibilidade de água em diversas bacias e sub-bacias hidrográficas, mediante intervenções como abertura de cacimbas, perfuração de poços, construção de açudes e implantação de barramentos, de forma a propiciar a captação de água para diversos usos e minimizar os efeitos danosos das estiagens sobre a população, os animais, as atividades econômicas e o meio ambiente. O Propertins, como é sabido, já vem sendo executado ao longo dos últimos exercícios, contando com o decisivo apoio financeiro do Governo Federal, mediante a alocação de recursos na programação das leis orçamentárias correspondentes e, inclusive na LOA-2008. Os resultados decorrentes das intervenções realizadas já começam a ser usufruídos pelas populações locais e, certamente, serão ainda muito mais proveitosos com a continuidade das obras programadas no âmbito do Perímetro de Irrigação Propertins. Contudo, para que soluções de maior envergadura técnica possam ser adotadas, trazendo a solução definitiva para a escassez de recursos hídricos na região, torna-se necessário a implantação de adequadas obras de reservação e distribuição de água, dentre as quais a construção da barragem no Rio Arraias, no eixo 16 do Propertins. Este empreendimento justifica-se, portanto, pela sua capacidade de otimizar a disponibilidade de água da bacia, de forma a minimizar os impactos adversos sobre a comunidade de Arraias e cercanias, provenientes das fortes estiagens que assolam a região, razão pela qual decidi pela apresentação desta emenda ao PLDO-2011, de modo a viabilizar a execução dessa importante obra de infraestrutura hídrica para o Estado do Tocantins.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1436 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2045 - João Ribeiro	20450002

PROGRAMA

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

7M29 Construção de Anel Rodoviário - no Município de Gurupi - nas BR-153/242 - no Estado do Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho construído (km)	30
------------------------	----

JUSTIFICATIVA

O Município de Gurupi, terceiro maior do Estado do Tocantins, consolidou-se como pólo de desenvolvimento econômico da Região Sul do Estado. A cidade ostenta uma forte atividade agropecuária e tem atraído investimentos privados que estão transformando a realidade sócio-econômica da região. Localizada às margens da BR-153, Rodovia Belém-Brasília, o tráfego de veículos de carga é intenso em Gurupi. Como o município serve de acesso para a BR-242, principal via de ligação sentido leste-oeste do Estado, e em razão do crescimento do movimento viário em direção à Cidade de Peixe, onde o governo federal construiu a Hidrelétrica de Peixe-Angical no Rio Tocantins, o aumento do tráfego tem sido considerável. Como não há interligação entre as duas BRs, os motoristas têm de utilizar as vias internas do município, trafegando pelo centro da cidade para sair de uma rodovia e acessar a outra. Os transtornos provocados por esse tráfego têm sido muitos, agravados pela instalação de diversas indústrias às margens das duas rodovias, como usina de álcool e outras. Ademais, o projeto da Construção da Ferrovia Norte-Sul, em plena execução, prevê a implantação de um Pátio Multimodal em Gurupi, o que torna imprescindível a realização da obra, razão pela qual estamos propondo a presente emenda ao PLDO-2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1437 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2045 - João Ribeiro****EMENDA****20450003****PROGRAMA**

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

114B Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Colinas do Tocantins - na BR-153 - no Estado do Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A cidade Colinas do Tocantins está localizada no médio norte do estado do Tocantins, às margens da BR-153 (rodovia Belém-Brasília), numa região de franco desenvolvimento econômico, impulsionado pela implantação da ferrovia Norte-Sul e da Zona de Processamento e Exportação de Araguaína, localizada na mesma região. O objetivo da presente emenda é incluir como ação prioritária a construção do Anel Viário de Colinas, visando integrar as rodovias estaduais de acesso à cidade de Colinas do Tocantins com a rodovia BR-153 (Belém-Brasília), permitindo a sua integração com os estados do Pará e Maranhão. Por meio dessa obra será possível, também, o acesso ao pátio intermodal da ferrovia Norte-Sul, reduzindo o intenso tráfego que hoje é feito pela área urbana da cidade e, ainda, reduzindo os custos de transportes da produção local, garantindo a infraestrutura e logística necessárias à continuidade do processo de industrialização local, razão pela qual estou propondo a presente emenda ao PLDO-2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1438 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2045 - João Ribeiro****EMENDA****20450004****PROGRAMA**

0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO

7117 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Palmas -TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade construída (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta tem como finalidade dar continuidade na construção do Edifício anexo da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Estado do Tocantins na capital de Palmas - TO, permitindo a melhoria na prestação de relevantes serviços à comunidade tocanrinense. A construção do referido Anexo possibilitará maior agilidade no processo judicial em geral, facilitará o atendimento ao público local que procura a instituição, bem como proporcionará aos funcionários um local adequado para exercer suas atividades com amplo espaço, tendo em vista a grande demanda neste órgão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1439 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

2045 - João Ribeiro

EMENDA

20450005

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

7H78 Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso com 2.050 Há no Estado do Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto executado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

30

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso localiza-se ao sul do Município de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, distante 170km da capital Palmas. O Projeto aproveitará infra-estrutura física já implementada pois já foram construídos, com recursos federais, os Canais de Irrigação Fortaleza, Paranaíba e Santa Fé, com potencial para atenderem conjuntamente uma área de cerca de 2.050 há para irrigação, utilizando-se dos recursos hídricos do Ribeirão Lajeado. Propõe-se a produção de frutas voltada para o desenvolvimento sócio-econômico da região centrooeste do Estado.

A exploração da área com fruticultura irrigada, consequência da implantação do projeto de irrigação, não interfere em outras explorações econômicas, inserindo-se em um programa que objetiva melhorar as condições de vida da população local e subsidiar as condições de desenvolvimento regional. A região cultiva tradicionalmente cereais no período chuvoso, provocando sazonalidade na ocupação da mão-de-obra regional, o que será amenizado com a introdução de culturas perenes sob irrigação, aproveitando a topografia da área e os solos e recursos hídricos favoráveis à implantação de fruticultura irrigada.

De maneira geral, apresenta solos profundos, bem drenados e com boas propriedades físicas, apropriadas para a implantação de fruticultura irrigada. Com localização privilegiada, próxima aos mercados das regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste, a implantação do projeto oferecerá oportunidade de aproveitamento sustentável da área. A logística é extremamente favorecida, em função da área ser muito próxima do rio Tocantins (Hidrovia Araguaia-Tocantins), da Ferrovia Norte-Sul e da BR-153 (Belém-Brasília), fatores que tornam o projeto extremamente viável do ponto de vista sócio-econômico. Estima-se, com a implantação do projeto, a geração de 1300 empregos diretos e 2400 empregos indiretos, ensejando efeito altamente positivo na economia da região. Diante do exposto, trata-se de projeto de mais alta relevância para o Estado do Tocantins, razão pela qual a Bancada formula o presente pleito para inclusão no PLDO/2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1440 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2378 - João Vicente Claudino****EMENDA****23780001****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7J07 Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Altos - na BR-343 - no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

5

JUSTIFICATIVA

A MALHA VIÁRIÁ DO ESTADO DO PIAUI APRESENTA GTRANDE DEFICIÊNCIA PARA ATENDER AS SUA NECESSIDADES MAIS PREMENTES. A ADEQUAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIO VISA PROPORCIONAR AS CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA ADEQUAR AQUELA REGIÃO AOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL PROMOVENDO DESSA FORMA O AUMENTA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS ATRAVES DAS MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE DA VIA.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1441 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2378 - João Vicente Claudino

EMENDA

23780002

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7187 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRE A CASA DE CUSTÓDIA E O POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM TERESINA - PI - BR-316 NO ESTADO DO PIAUÍ

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

18

JUSTIFICATIVA

A BR 316 APRESENTA UM GRANDE FLUXO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS DE TRANSPORTES. CONSTIUI AINDA A VIA UM IMPORTANTE VETOR DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO NA REGIÃO. O TRECHO DESSA ESTRADA ENTRE A CASA DE CUSTÓDIA E O POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM TERESINA ATRAVESSA UMA REGIÃO COM GRANDE CONGLOMERADO DE HABITANTES E EM CONSEQUÊNCIA APRESENTA GRANDE ÍNDICE DE ACIDENTES. A ADEQUAÇÃO DA RODOVIA NAQUELA REGIÃO TEM O OBJETIVO DE REDUZIR O RISCO DE ACIDENTE APRESENTADO DE FORMA A ELEVAR A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE AOS RESIDENTES QUE RESIDEM NAS SUAS IMEDIAÇÕES PROMOVENDO AINDA A MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1442 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2378 - João Vicente Claudino

EMENDA

23780003

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

7M11 Construção da Barragem Riacho Fundo em Santa Cruz do Piauí no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A CONSTRUÇÃO DA OBRA CONSTITUI UM FATOR DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA OS HABITANTES DA REGIÃO. A REGIÃO NORDESTE APRESENTA PROBLEMAS DE VÁRIAS ORDENS SENDO O PRINCIPAL DELES A FALTA DE ÁGUA NOS MESES DE ESTIAGEM. AS BARRAGENS TEM O OBJETIVO DE PERENIZAR O FORNECIMENTO DE ÁGUA E ASSIM PROVER OS HABITANTES DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA PRODUZIR OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA NECESSÁRIOS A ALCANÇAR AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SOBREVIVÊNCIA A QUE ESTÃO SUBMETIDOS.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1443 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2378 - João Vicente Claudino****EMENDA****23780004****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

1C20 Construção de Trecho Rodoviário - Gilbués - Santa Filomena - na BR-235 - no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

- (-)

ACRÉSCIMO DE META

35

JUSTIFICATIVA

A REGIÃO SUL DO ESTADO DO PIAUI TEM SE DEMOSTRADO NOS ÚLTIMOS ANOS COMO UMA DAS GRANDES POTÊNCIAS AGRÍCOLA DO ESTADO. O FATOR QUE MAIS TEM DIFICULTADO A ESPANSÃO IMEDIATA DAQUELA REGIÃO É A FALTA DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESCOAMENTO DOS PRODUTOS ALÍ PRODUZIDOS. A EMENDA EM QUESTÃO TEM O OBJETIVO DE DOTAR AQUELA LOCALIDADE DOS MEIOS IMPRECINDÍVEIS PARA QUE OS PRODUTORES LOCAIS SEJA ATENDIDOS E POSSAM VIABILIZAR OS NEGÓCIOS ALÍ INSTALADOS.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1444 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2378 - João Vicente Claudino****EMENDA****23780005****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

100E Sistema de Controle de Enchentes do Rio Poty em Teresina no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

86

JUSTIFICATIVA

A CAPITAL DO ESTADO DO PIAUI, TERESINA , TEM APRESENTADO CONSTANTEMENTE OCORRÊNCIAS DE TRANSBORDAMENTO DO RIO POTY. A PRESENTE EMENDA VISA DOTAR AQUELA CIDADE DE UM SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS PROCURANDO DESSA FORMA MINIMIZAR OS TRANSTORNOS CAUSADOS AO TRÂNSITO E A POPULAÇÃO QUE HABITAM AS PROXIMIDADES DAQUELE CURSO D'ÁGUA.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1445 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3466 - Jorge Khoury****EMENDA****34660001****PROGRAMA**

0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

AÇÃO

8976 Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa apoiar o melhoramento da caprinovinocultura e da produção de caprinos e ovinos de corte, introduzindo reprodutores de alta linhagem das raças Doper (ovino) e Boer (caprino) na região do Sisal no Estado da Bahia. O melhoramento da produção de caprinos e ovinos de corte, consiste no cruzamento industrial e inseminação artificial, além de cursos e capacitação de mão de obra. O projeto está beneficiando atualmente 60 produtores rurais dos municípios de Valente, Conceição do Coité e São Domingos, realizando cursos teóricos e práticos sobre sanidade animal, casqueamento, manejo de crias, manejo reprodutivo e inseminação artificial. O programa contempla a aquisição de materiais de consumo, realização de exames, aquisição de reprodutores, medicamentos, preparação de rufiões e o acompanhamento através de Técnicos Agrícolas e Veterinários, bem como reuniões com os produtores para a avaliação e monitoramento dos resultados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1446 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3466 - Jorge Khoury	34660002

PROGRAMA

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

AÇÃO

8988 Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade aparelhada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A Chapada Diamantina é uma região de importância estratégica para a Bahia, na medida em que abriga as nascentes dos dois principais rios do Estado, quais sejam o Paraguaçu e o Rio de Contas.

Esta região, que abriga o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), enfrenta, há muitos anos, grandes dificuldades para sua preservação. Os números relativos a incêndios na região crescem de forma alarmante e as estruturas e ações existentes para preservação do Parque mostram-se cada vez mais ineficientes.

Cerca de metade da área ocupada pela unidade de conservação virou cinza em 2008, quando se registrou a pior temporada de incêndios da história do local: aproximadamente 5 mil hectares de floresta nativa foram dizimados pelo fogo no período, que dessa vez atingiu, inclusive, residências, e só foi controlado graças à chuva, que pôs fim aos focos de calor. O assoreamento, sedimentação acelerada por processos de ocupação do espaço geográfico pelo homem (ex: desmatamento, pecuária, agricultura, mineração, urbanismo e, principalmente, focos de incêndio), vêm gerando, também, um outro grave problema. A destruição da mata ciliar, que provoca o depósito de terra e matéria orgânica nos rios, reduz sua largura e profundidade, fazendo com que as nascentes, possam vir a secar completamente num futuro próximo, inclusive afetando a região metropolitana de Salvador.

A fim de que a PRF possa desempenhar de maneira adequada o seu papel institucional e desenvolver em articulação com os órgãos federais, estaduais e municipais, um programa continuado de fiscalização ambiental na área do PNCD e entorno, promovendo, dessa forma, toda a proteção que a Unidade de Conservação merece e necessita faz-se necessário reestruturar e aparelhar a Delegacia PRF 10/06 -Seabra, que funcionará como o principal ponto de articulação do Projeto Chapada Diamantina.

A incorporação dessa nova estrutura se somará aos diversos esforços feitos naquela área, tanto no que diz respeito à proteção ambiental, quanto no favorecimento do desenvolvimento turístico da região, além de contribuir para a celeridade nos resgates de vítimas de acidentes de trânsito, missões de busca e combate à criminalidade.

A efetiva implantação desse projeto poderá significar o fim dos incêndios no PNCD.

Por fim, o reaparelhamento da PRF nessa região facilitaria o trabalho de Segurança Pública em todo o Estado, por conta da localização geográfica centralizada, podendo assim dispor de um eficiente deslocamento para apoio a toda a Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1447 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3466 - Jorge Khoury	34660003

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7I61 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Juazeiro - na BR-235 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra recuperada (unidade)	2.000.000
---------------------------	-----------

JUSTIFICATIVA

A Implantação da BR-235 consolidará o mais importante corredor rodoviário do norte do Estado, cuja a implantação beneficiará o pólo agro-industrial de Juazeiro e Petrolina. Constituído-se numa excelente alternativa de escoamento da produção desta região. O Poló de Juazeiro/Petrolina apresenta uma forte estrutura caracterizadora de Poló de Desenvolvimento. Apesar de já ter esta característica, possui uma infra-estrutura que exige investimentos concentrados principalmente na base física rodo-hidro-ferroviária. Os eixos de transporte dotados dos insumos de logística que, de uma forma geral, são: a) packing houses nos locais próximos de colheitas de frutas; b) câmaras frias em locais estratégicos para a conservação de frutas e hortaliças; c) armazéns ao nível de projetos irrigados; d) estradas; e) silos coletores f) terminais intermodais; g) patios ferroviários; h) portos, etc. Concomitantemente, há necessidade de ações de coordenação aduaneira, navegação costeira e transoceânica. Os eixos de transporte dotados dos insumos de logística se transformam em sistemas de logística. Os sistemas de logística dotados de demais infra-estruturas econômicas tais como: energia, comunicação e telemática se transformam em eixos de desenvolvimento. O segredo do custo reduzido de transporte está na implementação de corredores rodoviários e no uso intensivo do sistema multimodal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1448 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3466 - Jorge Khoury****EMENDA****34660004****PROGRAMA**

1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

AÇÃO

1H10 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade de ensino implantada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

6

JUSTIFICATIVA

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como uma prioridade absoluta na medida que contribui diretamente para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, possibilitando a volta e a permanência de muitos jovens na escola. A falta de capacitação profissional associada com os efeitos da crise financeira internacional vem contribuindo para o aumento das taxas de desemprego nos centros urbanos, que se reflete no aumento da incidência da criminalidade envolvendo jovens.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1449 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3466 - Jorge Khoury****EMENDA****34660005****PROGRAMA**

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

10RF Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama - Juazeiro

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

70

JUSTIFICATIVA

A Hidrovia do São Francisco é, sem dúvida, a mais econômica forma de ligação entre o Sul e o Nordeste. Há muito tempo o Rio São Francisco ocupa lugar de destaque no transporte aquático nacional, recebendo até mesmo a denominação de Rio da Integração Nacional durante o Regime Militar. O Rio São Francisco é totalmente navegável em 1.371 Km, entre Pirapora e Juazeiro/petrolina, para a profundidade de projeto de 1,5m, quando da ocorrência do período crítico de estiagem (agosto a novembro). Sem saída para o Atlântico, o rio São Francisco tem seu aproveitamento integrado ao sistema rodoferroviário da região. O Rio São Francisco atravessa regiões com condições naturais das mais diversas. As partes extremas superior e inferior da bacia apresentam bons índices pluviométricos, enquanto os seus cursos médio e sub-médio atravessam áreas de clima bastante seco. A hidrovia do São Francisco, é uma obra de grande importância para o Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1450 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2638 - Jorge Yanai	26380001
PROGRAMA	
0365 Minimização de Riscos no Agronegócio	
AÇÃO	
099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
- (-)	1

JUSTIFICATIVA

Diante de tantas vicissitudes por que têm passado os produtores rurais no Brasil, o melhor a fazer em benefício de todos, e da própria economia nacional, é garantir a renda das safras por meio de um seguro rural a fim de evitar que somente o produtor, principalmente quando pessoa física, arque sozinho com todo o prejuízo da frustração de safra á qual está sujeita a inúmeras intempéries. Em virtude do que está sujeita a agricultura, até mesmo as empresas seguradoras se sentem em dificuldade no caso de um volume muito grande de prêmios a pagar, o que também as levaria a dificuldades financeiras. Para evitar que isso suceda logo no início da implantação do seguro rural, o governo deve garantir uma subvenção econômica aos produtores rurais, que sustente a sobrevivência do produtor e a da empresa seguradora. No entanto, para que isso se torne possível, os recursos a ser usados como subvenção devem estar previamente incluídos entre aqueles que não sejam passíveis de sofrer qualquer tipo de limitação de empenho ou de movimentação financeira conforme os termos do art.9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, prevista na Seção II do Anexo IV do Projeto de lei nº 4, de 2010 - CN, que dispõe sobre elaboração da lei de Diretrizes Orçamentária para 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1451 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2638 - Jorge Yanai****EMENDA****26380002****PROGRAMA**

0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária

AÇÃO

8572 Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Área controlada (ha)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem sob sua responsabilidade a sanidade da agropecuária brasileira, supervisionando o campo para servir e controlar as doenças e as pragas, tanto animais quanto vegetais, e sua atuação nessa área tem contribuído para consolidar a posição do Brasil como grande produtor de alimentos. A ocorrência de doenças animais e vegetais pode desestabilizar o mercado e trazer enormes prejuízos às indústrias nacionais. Por isso, as ações de defesa têm de ser adotadas preventivamente, ou, em caso de o mal surgir, têm de ser adotadas tempestivamente, isto é, no momento adequado conforme se apresente a situação para, assim, continuar a garantir a sanidade vegetal e animal, tão necessária para manter o Brasil em posição vantajosa em relação a outros países, além de essa prevenção ser importante para a saúde pública nacional como um todo. portanto, estamos propondo que essas ações de prevenção e controle sejam incluídas no rol das que não são passíveis de limitação de empenho de movimentação financeira conforme os termos do art.9º, § 2º, da Lei complementar nº 101,CN, que dispõe sobre elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011, a fim de que fiquem garantidos os recursos imprescindíveis para executá-las a contento em favor, repito, de sanidade vegetal e animal dos nossos rebanhos e da nossa produção agrícola.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1452 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2638 - Jorge Yanai	26380003

PROGRAMA

0352 Abastecimento Agroalimentar

AÇÃO

0300 Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

- (-)	1
-------	---

JUSTIFICATIVA

Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1453 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2638 - Jorge Yanai****EMENDA****26380004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 3

TEXTO PROPOSTO

Ação relativa a pesquisa e desenvolvimento em cafeicultura, também no âmbito da Uo-22906-Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ entre os beneficiários das despesas que não sejam objeto de limitação do empenho e da movimentação financeira no PLDO 2011.

JUSTIFICATIVA

Programas da Embrapa, de pesquisa, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, não podem correr o risco de parar por falta de recursos contingenciados pelo governo. A cafeicultura está contemplada no Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2008-2011 como despesa corrente do fundo de Defesa da Economia Cafeeira no programa 0350, cujos dispêndios sofrem contingenciamentos orçamentários e outras restrições, como limite de pagamento, segundo determinações do Poder Executivo, mas como o programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do café- PNP&D/café é executado e coordenado pela Embrapa Café, o qual engloba inúmeras entidades de pesquisa, ensino, extensão e empresas agroindustriais do ramo, a manutenção constante e em dia de recursos é de suma importância para o perfeito cumprimento das metas propostas pelos administradores do programa, que de resto, beneficia todo o agronegócio e a balança comercial interna e de exportação do país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1454 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2441 - José Aírton Cirilo	24410001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7H00 Dragagem do Porto de Barra Grande - Icapuí-CE

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Dragagem realizada (mil m ³)	150
--	-----

JUSTIFICATIVA

A dragagem do Porto de Barra Grande, em Icapuí/CE, é uma obra urgente e necessária para a viabilidade econômica da Região, que tem no setor produtivo pesqueiro sua principal atividade. O Porto de Barra Grande é o principal ancoradouro de mais de 300 embarcações pesqueiras, que utilizam o Rio Barra Grande para transportar a produção de região. Esse Porto necessita de uma dragagem de 150.000m³, para atingir a profundidade desejada de 5m na maré seca. A sua realização vai permitir que as embarcações trafeguem sem risco à segurança da navegação. Sua execução irá beneficiar não apenas os pequenos armadores de pesca, mas também os médios e os grandes, pois todos utilizam como ponto de abastecimento, reabastecimento e descarga da produção pesqueira de toda a Região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1455 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2441 - José Aírton Cirilo****EMENDA****24410002****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

7I96 Recuperação do Litoral de Caucaia no Estado do Ceará

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto executado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

As praias do Ceará estão sofrendo um processo grave de erosão marinha, provocada pelo avanço do mar. As ondas da maré alta estão destruindo as praias mais belas da costa cearense. Várias casas e comércios litorâneos já foram atingidos. O mar avança sobre as construções derrubando paredes e acabando com a renda e os sonhos dos proprietários de barracas de praia. A contenção é imprescindível, pois estamos falando de uma situação de calamidade pública. As casas e barracas que ainda não foram destruídas já estão com acesso comprometido. Esse projeto de contenção é urgente para conter a força do mar



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1456 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2441 - José Aírton Cirilo	24410003

PROGRAMA

1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

AÇÃO

10B5 Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aquícola e Pesqueira

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Infra-estrutura apoiada (unidade)	100
-----------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A infra-estrutura pesqueira é uma necessidade para a viabilidade econômica da Região Litorânea do Ceará, especialmente para os municípios de Icapuí e Aracati, que têm no setor produtivo pesqueiro uma de suas principais atividades. É infra-estrutura necessária ao incremento do desenvolvimento sustentável do segmento pesqueiro industrial, destinado à recepção, conservação, beneficiamento e distribuição do pescado, bem como apoio ao abastecimento de gelo e combustível às embarcações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1457 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2441 - José Aírton Cirilo****EMENDA****24410004****PROGRAMA**

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

AÇÃO

7H04 Reaparelhamento do Programa Ronda do Quarteirão - no Estado do Ceará

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Instituição reaparelhada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

Com essa emenda buscamos soluções para o grande problema que atravessamos na minha região, litoral leste do Ceará, na região de Icapuí, Aracati e Fortim. Recentemente os jornais divulgaram a violência que atinge essa região, com os constantes assaltos, sobretudo em Aracati e Icapuí. Esses Municípios têm sido palco de muita violência e brutalidade. Famílias são vítimas de assaltos cometidos por quadrilhas compostas por menores, que levam pânico e constrangimento aos cidadãos e fazem ameaças. Infelizmente, nós estamos assistindo à nossa cidade pacata, vizinha à praia de Canoa Quebrada, também ser vítima da violência dos bandidos e dos assaltantes. Por isso, apresentamos essa emenda para aparelhar a Polícia Estadual, criando mais condições de trabalho e construindo novas estruturas para dar mais condições de combate à violência e ao crime.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1458 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2441 - José Aírton Cirilo	24410005

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7H21 Adequação de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Ceará

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

Essa Emenda visa a implantar ações de melhoramento de trechos rodoviários e em segmentos de travessia urbana, alargamento ou duplicação de pista, construção ou ampliação de vias laterais, suprimindo pontos críticos, melhorando a funcionalidade operacional com a fluidez e segurança de tráfego de veículos e de pedestres, incluindo tanto ações de construção como de reabilitação de estruturas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1459 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180001****PROGRAMA**

1044 Energia Alternativa Renovável

AÇÃO

7050 Implantação de Plantas Demonstrativas de Fontes de Energia Alternativa Renovável

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto-piloto implantado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

300

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa a Implantação de Plantas Demonstrativas de Fontes de Energia Alternativa Renovável no Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1460 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia		17180002
PROGRAMA		
1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		
AÇÃO		
5112 Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Projeto realizado (unidade)		10
JUSTIFICATIVA		
A presente proposta visa atender as adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística do Estado da Bahia.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1461 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180003****PROGRAMA**

1027 Prevenção e Preparação para Desastres

AÇÃO

8150 Ações de Defesa Civil para Enfrentamento das Mudanças Climáticas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização fortalecida (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

11

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa a prevenção e preparação para Desastres no Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1462 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia		17180004
PROGRAMA		
1073 Brasil Universitário		
AÇÃO		
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Vaga disponibilizada (unidade)		1.000
JUSTIFICATIVA		
A presente proposta visa atender as Universidades Federais do Estado da Bahia.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1463 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia		17180005
PROGRAMA		
1073 Brasil Universitário		
AÇÃO		
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Entidade apoiada (unidade)		5
JUSTIFICATIVA		
A presente proposta visa atender as Universidades Estaduais do Estado da Bahia.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1464 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

IV - pelos Poderes e pelo Ministério Público da União, dentro de 60 (sessenta) dias após o final de cada quadrimestre, relatórios simplificados de gestão orçamentária, com o acompanhamento e a avaliação dos principais programas e ações de governo, por área temática ou órgão, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, bem como os produtos ou resultados obtidos com a aplicação dos recursos.

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende restabelecer dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, com o objetivo de dar transparência às informações de interesse público e com vistas a ampliar o controle social. Nesse sentido, a emenda estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos relatórios simplificados de gestão orçamentária, com o acompanhamento e a avaliação dos principais programas e ações de governo, por área temática ou órgão, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar. Em adição ao dispositivo constante da LDO 2010, propõe-se ainda incluir a obrigatoriedade de divulgação de informações acerca dos produtos ou resultados obtidos com a aplicação dos recursos, constantes dos relatórios simplificados de gestão orçamentária



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1465 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O PLDO 2011 estabelece a fixação das metas serão em valores nominais e não mais em percentuais do PIB. A emenda proposta, por sua vez, visa restabelecer a fixação de metas em percentuais do PIB, como nas LDO's anteriores. Com efeito, no PLDO 2011 as metas estão estabelecidas em R\$ 125,5 bilhões para o setor público consolidado, R\$ 81,8 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7,6 bilhões, para o Programa de Dispêndios Globais. Isso pressupõe a geração de aproximadamente R\$ 36,1 bilhões de superávit no âmbito dos Estados e Municípios. Diante desse contexto, o estabelecimento de valores nominais desconectam as metas fiscais do comportamento do PIB. Tendo em vista que a meta de superávit deve ser perseguida de forma contínua no decorrer o exercício, em função da evolução do produto, e não apartada da conjuntura econômica, esse descolamento do PIB torna ineficaz a fixação de meta de superávit primário. A ineficácia pode traduzir-se na falta de rigor fiscal e na expansão da despesa caso o crescimento econômico seja superior ao previsto no PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1466 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado de R\$ 125.500.000.000,00 (cento e vinte e cinco bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo R\$ 81.760.000.000,00 (oitenta e um bilhões, setecentos e sessenta milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7.610.000.000,00 (sete bilhões, seiscentos e dez milhões de reais) para o Programa de Dispendios Globais, bem como com a meta de resultado nominal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O governo federal vem sistematicamente deixando de cumprir as metas de resultado nominal fixadas pelas LDOs nos últimos anos. Os resultados nominais tem sido negativos, embora o governo venha todos os anos "prevendo" resultados positivos nos exercícios futuros. Em vista das metas não cumpridas nos anos anteriores, questiona-se a obtenção da meta de déficit nominal para 2011 (resultado nominal de -R\$ 10,2 bilhões ou -0,27% do PIB), que na LDO anterior apresentava a expectativa de superávit de R\$ 3,5 bilhões, prontamente modificada no PLDO 2011. Dessa forma, tendo em vista as metas não cumpridas nos últimos anos, a emenda visa estabelecer o fiel cumprimento da meta de resultado nominal constante do Anexo de Metas Fiscais do PLDO 2011, estabelecida pelo próprio Poder Executivo (déficit de R\$ 10,2 bilhões em 2011).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1467 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 2 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A emenda propõe que as empresas do Grupo Petrobras sejam consideradas na meta de superávit primário, de R\$ 7,6 bilhões (0,20% do Produto Interno Bruto - PIB, para o Programa de Dispêndios Globais. Objetiva-se, em princípio, estabelecer critério isonômico entre as empresas estatais no que se refere ao esforço para o cumprimento da meta de superávit primário.

As empresas do grupo Petrobras, por seguirem as regras aplicadas às empresas de capital aberto, não deveriam ser utilizadas pelo Poder Executivo como instrumento político-administrativo. A ingerência política constante na Petrobrás contribui para a descapitalização da empresa. Nesse contexto, pode-se decidir por implantar projetos inviáveis economicamente, somados a um número excessivo de patrocínios ditos "sociais", porém com objetivos político-eleitorais. Ademais, o financiamento da Petrobras com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional (via BNDES, por exemplo) também traz uma relação ambígua entre a União e a Empresa.

O fato de as empresas do Grupo Petrobrás não serem consideradas na meta de superávit primário pode resultar em excesso de alavancagem pelo endividamento do Grupo, e em gasto descontinente em patrocínios políticos.

Ressalte-se, a propósito, os numerosos indícios de irregularidades divulgados por órgãos oficiais, e exaustivamente divulgados pela imprensa. Trata-se de possíveis fraudes em licitações e de irregularidades em contratos para a construção de plataformas e, especificamente, da refinaria Abreu e Lima (PE), apontados pelo Tribunal de Contas da União, além da utilização de artifícios contábeis para reduzir o recolhimento de tributos, divulgado pela Receita Federal do Brasil, e de possíveis irregularidades em patrocínios.

Ante o exposto, a emenda em análise, ao propor que as empresas do Grupo PETROBRAS sejam consideradas na meta de superávit primário, contribui para o aumento da transparência na administração dos recursos públicos, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e da moralidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1468 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º As dotações autorizadas para as despesas correntes primárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exclusive as transferências constitucionais ou legais por repartição de receita e as despesas com o complemento da atualização monetária previsto na Lei Complementar no 110, de 29 de junho de 2001, deverão ter sua participação reduzida, em percentual do PIB estimado, em pelo menos 0,1% (um décimo por cento), em relação ao montante estimado para 2010.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se restabelecer dispositivo constante do PLDO 2007 com o objetivo de redução das despesas correntes primárias e de possibilitar a redução da Carga Tributária. Cabe ressaltar que o Poder Executivo incluiu no PLDO 2007 artigo que estabelecia a redução de pelo menos 0,1% das despesas correntes primárias constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Posteriormente, o governo vetou o referido dispositivo, deixando também de incluí-lo nos PLDO's seguintes. Verifica-se que a ausência no PLDO 2011 desse mecanismo de controle confirma a continuidade da atuação do Governo, que se consubstancia no aumento descontrolado das despesas correntes, além da despreocupação quanto à qualidade dos gastos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1469 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto no seu art. 38; ou

JUSTIFICATIVA

No que tange à transferência de recursos a título de subvenções sociais, a emenda pretende fixar como obrigatória a exigência de atendimento direto ao público pelas entidades privadas sem fins lucrativos, a exemplo do que estabeleceram as LDO's anteriores. Nesse contexto, a ausência desse requisito no projeto demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de atendimento direto ao público por essas entidades tende a transferir para o Estado o ônus para a implementação das ações sociais e a facilitar o mau uso dos recursos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1470 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - estejam, dadas suas peculiaridades, nominalmente identificadas no projeto de lei enviado pelo Poder Executivo e na respectiva lei; ou

JUSTIFICATIVA

Em relação à transferência de recursos a título de contribuição corrente, a emenda pretende fixar como obrigatória a identificação das entidades privadas sem fins lucrativos tanto no projeto quanto na Lei Orçamentária, a exemplo do que estabelece a LDO 2010. Nesse contexto, a identificação das entidades somente na Lei Orçamentária, como prevê o PLDO 2011, demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de que a identificação dessas entidades esteja presente tanto no PLOA quanto na LOA resulta na falta de transparência e na ineficiência do controle sobre a utilização dos recursos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1471 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

§ 7o Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

Em relação à escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, a emenda pretende restabelecer dispositivo presente na LDO 2010, de forma que seja obrigatório processo de seleção, com ampla divulgação, com vistas à celebração de Termo de Parceria com o governo federal. A retirada deste dispositivo no PLDO 2011 contraria os Princípios Constitucionais da impessoalidade, da publicidade, da legalidade e da moralidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1472 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

Em relação à aquisição e instalação de equipamentos para as entidades sem fins lucrativos, a emenda pretende fixar como obrigatória a vinculação das obras de adequação física aos respectivos equipamentos. Em sentido contrário, da forma colocada no PLDO 2011, permite-se fazer adequações físicas de quaisquer equipamentos, o que contraria o princípio da moralidade, pois privilegia-se o benefício ao particular em detrimento do interesse público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1473 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

XI a publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade

JUSTIFICATIVA

Em relação à destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a emenda pretende restabelecer dispositivo presente nas LDO's anteriores, de forma que seja obrigatória a publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade. A exclusão deste dispositivo no PLDO 2011 colide com os Princípios Constitucionais da publicidade, da legalidade, moralidade e da impessoalidade..



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1474 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. É obrigatória a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende fixar como obrigatória a exigência de contrapartida para a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos. Nesse contexto, a explicitação da contrapartida facultativa constante do projeto demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de contrapartida dessas entidades tende a transferir para o Estado o ônus para a implementação das ações sociais e a facilitar o desvio de recursos por entidades não comprometidas o interesse público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1475 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, que poderão ser alteradas durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ; PAC, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa permitir a alteração das prioridades e metas físicas tendo em vista o novo contexto da Administração Pública Federal, que será definido no decorrer da tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1476 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art. 68 Após 31 de dezembro de 2010, enquanto o Projeto de Lei Orçamentária de 2011 não for sancionado pelo Presidente da República, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;
- II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;
- III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- IV - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;
- V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;
- VI - realização de eleições pela Justiça Eleitoral; e
- VII - importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, no valor da cota fixada no exercício financeiro anterior pelo Ministério da Fazenda.

Parágrafo único: As despesas descritas nos incisos I a VII deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa evitar a excessiva liberdade do Poder Executivo para executar o orçamento, caso ele não seja sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2010. Se persistir a redação original do PLDO 2010, poderá haver desinteresse por parte do Governo em aprovar tempestivamente a Lei Orçamentária para 2009. Com efeito, o art. 68 do PLDO 2011 permite a execução tanto de despesas correntes quanto de capital. Ademais, a limitação de execução de 1/12 do total de cada ação prevista no PLOA 2010 não alcança as despesas discriminadas nos incisos I a VII. Cabe severa crítica ao dispositivo proposto pelo Poder Executivo, tanto pelo aspecto da inconstitucionalidade, quanto pelo contexto de transição política que o país atravessará nos próximos meses. O artigo desconsidera a participação do Congresso Nacional no processo de apreciação da Peça Orçamentária, como estabelece a Constituição Federal. Ao mesmo tempo, determina que o próximo governo execute um orçamento na forma do projeto de lei encaminhado pelo Governo anterior, sem considerar as alterações efetuadas no Parlamento. Note-se que essas alterações serão aprovadas pelo Congresso após a definição do resultado das eleições presidenciais de 2010. Diante do exposto, a emenda proposta visa reduzir a liberdade dada ao Poder Executivo na execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária para 2011, restringindo a execução somente das despesas elencadas nos incisos I a VII, de forma proporcional ao número de meses decorridos no exercício até a sanção da respectiva Lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1477 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94 A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, ficando os referidos subtítulos, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, sujeitos a cancelamentos compensatórios de despesas referentes a novas prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa restabelecer no art. 94 do PLDO 2011 o que consta da redação do art. 94 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010. Com efeito, mantém-se para 2011 as atribuições do Congresso Nacional relativas ao controle externo, sujeitando à prévia deliberação da CMO a autorização para a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves.

Ademais, os referidos subtítulos ficam sujeitos, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, a cancelamentos compensatórios de despesas referentes a novas prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal, a serem definidas no decorrer da tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1478 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1718 - José Carlos Aleluia****EMENDA****17180020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 103

TEXTO PROPOSTO

"Art. 103. O bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária e seus créditos adicionais observará o disposto nesta Lei." (NR)

JUSTIFICATIVA

Mais uma vez o Poder Executivo afrontou o Congresso Nacional ao suprimir no PLDO 2011 a previsão de bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira das obras com indícios de irregularidades graves.

Para corrigir esse equívoco, a presente Emenda introduz no PLDO 2011 o teor do do art. 99 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010, que contém a previsão de bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1479 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180021

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 95

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O teor do art. 95 não existe na LDO 2010. Esse novo dispositivo estabelece que a paralisação de obras deverá ser adotada somente depois de esgotadas as medidas administrativas cabíveis, observados os aspectos constantes dos incisos I a VI desse artigo. (caput art. 95)

Portanto, a paralisação das obras com indícios de irregularidades graves ficará a critério do próprio gestor público que em muitos casos é o próprio causador das irregularidades.

Para corrigir esse grave equívoco cometido pelo Poder Executivo, apresentamos a presente Emenda que suprime o art. 95 do PLDO, que está eivado de inconstitucionalidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1480 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1718 - José Carlos Aleluia	17180022

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 99

TEXTO PROPOSTO

"Art. 99. Durante o exercício de 2011, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2011 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.

.....
§ 2º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

.....
§ 6º O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2011, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências que ainda impedem a continuidade da execução dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves que se encontram bloqueados preventivamente.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Na redação original do PLDO 2011 o Poder Executivo excluiu a previsão de prévia deliberação da CMO em relação às medidas saneadoras propostas pelo órgão ou entidade responsável pela obra ou serviço com indícios de irregularidades graves. (caput art. 94) Além disso, a abrangência da definição de "indícios de irregularidades graves" foi reduzida drasticamente com a exclusão (i) da previsão de recomendação de bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço e (ii) dos "desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública" do rol de causas que poderiam ensejar o bloqueio preventivo. (inciso IV, § 1º, art. 94)

Também no art. 99 do referido PLDO, foram feitas alterações pelo Poder Executivo com o objetivo de evitar a paralisação ou bloqueio preventivo de obras com indícios de irregularidades graves.

Portanto, nesse contexto, a presente Emenda tem por objetivo corrigir mais um equívoco normativo cometido pelo Poder Executivo, restabelecendo o teor da matéria que consta atualmente do art. 98 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1481 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1718 - José Carlos Aleluia

EMENDA

17180023

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

"Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

§1º.....

IV - indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que, sendo materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, tendo potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e enquadrando-se em pelo menos uma das condições seguintes, recomendem o bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço:

- a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou
- b) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Na redação original do PLDO 2011 o Poder Executivo excluiu a previsão de prévia deliberação da CMO em relação às medidas saneadoras propostas pelo órgão ou entidade responsável pela obra ou serviço com indícios de irregularidades graves. (caput art. 94) Além disso, a abrangência da definição de "indícios de irregularidades graves" foi reduzida drasticamente com a exclusão (I) da previsão de recomendação de bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço e (II) dos "desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública" do rol de causas que poderiam ensejar o bloqueio preventivo. (inciso IV, § 1º, art. 94)

Com essas alterações promovidas pelo Poder Executivo, a competência do Congresso Nacional foi ferida de morte. Com a nova redação do art. 94 do PLDO 2011, o Poder Executivo retira do Poder Legislativo a competência para deliberar sobre as obras com indícios de irregularidades graves e a transfere para ele mesmo. Assim, o controle externo das ações do Poder Executivo feito atualmente pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, deixará de existir na hipótese de o PLDO ser aprovado na sua forma original.

Ressalte-se que tal atitude do Poder Executivo é inconstitucional, pois afronta o disposto nos arts. 70 e 71 da Constituição.

Nesse contexto, a presente Emenda tem por objetivo restabelecer no art. 94 do PLDO 2011 o que consta da redação do art. 94 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010, mantendo para 2011 as atribuições do Congresso Nacional relativas ao controle externo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1482 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1439 - José Genoíno	14390001

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

1N47 Construção de Navios-Patrolha Oceânicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Navio construído (unidade)

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões demandam maior aporte de Navios-Patrolha a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de

exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção; patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar; missões de fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

A não alocação de recursos para as referidas metas resultarão em postergação do prazo de construção dos Navios-Patrolha (NPA) de 500 toneladas, já em construção, gerando, por conseguinte, prejuízos na efetividade das atividades realizadas pela Marinha, no que concerne à coordenação de atividades que resultam em ampliação da vigilância/controle da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental brasileira, fontes de incontáveis recursos naturais e que, em razão de sua amplitude, apresenta-se suscetível às denominadas novas ameaças, os crimes transnacionais (contrabando, tráfico de drogas e de armas), o terrorismo, os crimes ambientais e a pesca irregular. Além disso, releva frisar que o não cumprimento das metas programadas também implicarão em prejuízos às atividades de patrulha naval e inspeção naval já que, devido a sua grande mobilidade, os Navios-Patrolha podem ser empregados nas ações de Salvaguarda de Vida Humana no Mar e até mesmo em reboque de outros navios, de tonelagem similar à sua, e em apoio à operações de mergulho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1483 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1439 - José Genoíno****EMENDA****14390002****PROGRAMA**

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1484 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1439 - José Genoíno****EMENDA****14390003****PROGRAMA**

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123I Construção de Submarinos Convencionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123I compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1485 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1439 - José Genoíno	14390004
PROGRAMA	
0629 Tecnologia de Uso Naval	
AÇÃO	
1421 Construção do Protótipo de Reator Nuclear	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Protótipo construído (% de execução física)	9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa, que está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detém a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1486 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

1439 - José Genóino

EMENDA

14390004

JUSTIFICATIVA

uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta. Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo V da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1487 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1439 - José Genoíno	14390005

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123G Implantação do Estaleiro e Base naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Infra-estrutura implantada (% de execução física)

10

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos, compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1488 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
1439 - José Genoino

EMENDA
14390006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1489 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1439 - José Genóino

EMENDA

14390006

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1490 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1439 - José Genóino	14390007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1491 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
1439 - José Genoíno

EMENDA
14390008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1492 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1439 - José Genóio	14390009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1493 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420001

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

NOVA Expansão do Ensino Superior na Região Nordeste

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade implantada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

O programa de interiorização das universidades, em execução pelo Governo Federal, coroado de êxito, vem obtendo aprovação massiva da população. São campus avançados que oferecem cursos voltados para a vocação local, colaborando para o desenvolvimento econômico e social, evitando o êxodo de milhares de jovens que, até bem pouco tempo, precisavam se deslocar para os grandes centros em busca de ensino superior de qualidade, ensejando grande esforço tanto do ponto de vista econômico, quanto emocional, pelo afastamento da família e do seu ambiente natural.

Esse programa tem sido implementado em todo o País, especialmente nas regiões mais carentes, como é o caso do Nordeste, que tem sido contemplado com expansão de universidades e de escolas técnicas.

Regiões importantes em inúmeros estados nordestinos estão sendo contempladas com campus de universidades federais. Acompanhando o ritmo da União, muitas universidades estaduais também vêm realizando programa de interiorização, aumentando a oferta de vagas e cursos em campus avançados.

É preciso, pois, continuar crescendo, assegurando educação superior pública, gratuita e de qualidade para todos, pelo que o programa de expansão do ensino superior precisa ganhar ainda mais fôlego.

Existe demanda para muito mais.

No Ceará, por exemplo, não acontece diferente; é preciso contemplar, por exemplo, a região da Ibiapaba, fronteira com o Piauí, que concentra quase 284.528 habitantes em 8 (oito) municípios e tendo mais 313.461 nos 13 municípios localizados em seu entorno, totalizando 597.989 pessoas.

Os estudantes dessa rica região se deslocam, rotineiramente, cerca de 200 Km todos os dias para a faculdade mais próxima, localizada na cidade de Sobral. Os estudantes de Ubajara, por exemplo, saem de casa às 16:00 horas para retornarem somente à meia noite, pelo que não é possível para eles trabalhar.

É imprescindível que o programa de expansão do ensino superior chegue, por exemplo, até a Ibiapaba cearense, que já vem lutando por sua universidade, tendo já apresentado solicitação formal ao MEC, estando a depender de estudo de viabilidade econômica e social para dar prosseguimento ao processo de implantação, que certamente se concretizará.

Assim, considerando este como um dos mais estratégicos programas de desenvolvimento do País, justifico a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1494 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420002
PROGRAMA	
0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	
AÇÃO	
1N47 Construção de Navios-Patrolha Oceânicos	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Navio construído (unidade)	1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões demandam maior aporte de Navios-Patrolha a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de

exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção; patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar; missões de fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

A não alocação de recursos para as referidas metas resultarão em postergação do prazo de construção dos Navios-Patrolha (NPA) de 500 toneladas, já em construção, gerando, por conseguinte, prejuízos na efetividade das atividades realizadas pela Marinha, no que concerne à coordenação de atividades que resultam em ampliação da vigilância/controle da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental brasileira, fontes de incontáveis recursos naturais e que, em razão de sua amplitude, apresenta-se suscetível às denominadas novas ameaças, os crimes transnacionais (contrabando, tráfico de drogas e de armas), o terrorismo, os crimes ambientais e a pesca irregular. Além disso, releva frisar que o não cumprimento das metas programadas também implicarão em prejuízos às atividades de patrulha naval e inspeção naval já que, devido a sua grande mobilidade, os Navios-Patrolha podem ser empregados nas ações de Salvaguarda de Vida Humana no Mar e até mesmo em reboque de outros navios, de tonelagem similar à sua, e em apoio à operações de mergulho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1495 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420003****PROGRAMA**

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

11PO Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Poço implantado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

200

JUSTIFICATIVA

O programa de construção de cisternas de placa vem mudando a paisagem do sertão brasileiro. Elas estão ajudando a resgatar a dignidade e cidadania do homem do campo que tem na estiagem sua maior adversidade. Com a cisterna é possível armazenar água para beber e cozinhar na maior parte dos meses de seca.

Entretanto, há localidades em que o volume de precipitação é tão baixo e irregular que a perfuração de poços é muitas vezes, a única alternativa possível para assegurar o acesso à água de boa qualidade e, para o pequeno agricultor é um benefício impossível sem a presença do Estado.

O poço viabiliza também a produção de alimentos para consumo próprio e venda do excedente, gerando aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do pequeno agricultor. A demanda é muito grande, principalmente no semiárido nordestino, pelo que se justifica a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1496 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420004****PROGRAMA**

1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

AÇÃO

8090 Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aqüícola

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

O fortalecimento da pesca em pequenas comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares, tanto do litoral, como no interior, tem sido um diferencial para a melhoria da qualidade de vida dessas populações, conferindo-lhes condições materiais para atividade pesqueira em si, até a capacitação para o beneficiamento do pescado e comercialização, cobrindo assim, toda a cadeia produtiva.

O Nordeste tem um litoral vasto, rico e populoso, pelo que se faz importante ampliar o alcance de programas exitosos, beneficiando um contingente maior, aumentando as oportunidades em toda a Região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1497 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420005
PROGRAMA	
1385 Proteção Social Especial	
AÇÃO	
2A69 Serviços Específicos de Proteção Social Especial	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Vaga disponibilizada (unidade)	300.000

JUSTIFICATIVA

O programa "Proteção Social Especial", tem como objetivo, segundo o Plano Plurianual 2008-11, "Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de atenções sócio assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas (grifo nosso), situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação o convívio e o resgate dos vínculos familiares e comunitários."

O consumo de drogas, principalmente entre crianças e adolescentes, vem sendo observado como um problema para além de uma questão da segurança pública. Estudos vêm sendo feitos apontando para a necessidade de respostas do poder público e da sociedade como, por exemplo, nas ações preventivas, em construindo e consolidando uma relação propositiva entre a família, o jovem e a escola, e nos trabalhos de recuperação, antes que o dependente se depare com a situação de jovem em conflito com a lei; antes da criminalidade.

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid), vem fazendo levantamentos para avaliar o consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. Os números são alarmantes, como bem ilustra o artigo em anexo, da professora Ana Regina Noto, Psicóloga, Mestre em Psicobiologia Doutora em Ciências; Professora afiliada e Orientadora de Pós-graduação do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina (Unifesp e Pesquisadora do Cebid).

Entretanto, é ainda mais triste constatar que o aumento do consumo de bebidas alcoólicas e drogas vem ocorrendo também nas cidades do interior, inclusive em áreas rurais. No Ceará, em visitas de rotina ao interior, este parlamentar tem ouvido reiteradas vezes apelos de mães desesperadas suplicando por ajuda para que seu filho ou filha receba tratamento para se livrar do vício antes que se prostitua ou se transforme em marginal. São jovens que, por falta da assistência adequada, estão no limite entre o desamparo e a criminalidade.

As autoridades locais reconhecem o agravamento do problema, e tentam se organizar para oferecer algum tipo de assistência, mas fica evidenciada a necessidade de tratamento regular para esse público, que é caro e exige que o jovem se desloque para a capital, distanciando-o da família, o que muitas vezes, acaba por complicar ainda mais a situação. Raros municípios contam com a ajuda de entidades religiosas, que mantêm casas de recuperação.

Assim, a presente emenda tem por objetivo iniciar uma ação de parceria entre a União e municípios voltada para a prevenção e combate ao uso de álcool e drogas entre crianças e adolescentes, permitindo o direcionamento de recursos para viabilizar a infraestrutura física de Unidades públicas de auxílio, orientação e tratamento a crianças e adolescentes alcoólatras e toxicômanos, ficando por conta das administrações municipais, em contrapartida, os recursos materiais e humanos para operacionalização dos espaços para proporcionar o tratamento adequado ao dependente químico na sua cidade, com uma acolhida digna e o devido envolvimento da família.

Em concretizada, a inclusão da ação ora pleiteada, além da prestação de assistência regular multidisciplinar a um público importante para o Brasil, em muito contribuirá na



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1498 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420005

JUSTIFICATIVA

luta contra o narcotráfico, pelo que se justifica a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1499 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 9 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Inclui inciso V no art 09, com a seguinte redação:

V - Quadro consolidado com a discriminação das despesas de investimentos do Governo Federal segundo as regiões do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

JUSTIFICATIVA

Vários dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 tratam da prioridade concedida pelo Governo Federal para implementação de ações públicas que visem a redução das desigualdades espaciais, de gênero, raça etc. Essas ações partem do pressuposto de que a dinâmica de mercado, ao priorizar os diferenciais de produtividade existentes na economia, termina por provocar a concentração de renda tanto em termos espaciais, quanto pessoais. Ao lado disso, as transformações decorrentes do processo de globalização, que têm estimulado a maior inserção mundial das economias, têm favorecido aqueles espaços ou setores, que podem agregar valor a essas novas conexões transnacionais, resultando, conseqüentemente, no agravamento da concentração.

O quadro macroeconômico nacional é bastante revelador dessa distribuição desigual da renda nacional. O Nordeste, por exemplo, que detém quase 30% da população brasileira e 18% do território nacional, participa com pouco mais de 13,0% da produção nacional e tem um PIB per capita correspondente a menos de 50% da média nacional. No entanto, quando se olha para a distribuição espacial das despesas consolidadas do Governo Federal, observa-se claramente a falta de prioridade do Governo para resolver essa iniquidade histórica gerada pelo próprio processo de desenvolvimento com esse quadro, uma vez que a participação da região nesses gastos é bastante inferior claramente os gastos públicos da União

Assim, é de crucial importância dispor-se de um quadro consolidado com a discriminação das despesas de investimentos do Governo Federal segundo as regiões do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Essa informação é decisiva para o planejamento regional, pois o investimento é um dos mais importantes componentes do crescimento econômico.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1500 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 12 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

O inciso IX do art. 12 passa a ter a seguinte redação:

IX é a participação em constituição ou aumento de capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito à voto.

JUSTIFICATIVA

As instituições de financiamento do desenvolvimento regional que atuam na Amazônia e o semi-árido nordestino desempenham um importante papel nestas áreas estratégicas para o desenvolvimento equilibrado do país, pois representam os maiores ofertadores de financiamento de médio e longo prazo para os micros, pequenos e médios empreendedores do meio urbano e rural, como também os integrantes da agricultura familiar.

Essas instituições atuam preferencialmente nos créditos de médio e longo prazo, mas são afetadas de forma mais incisiva pelas obrigações do Acordo Basiléia II, estabelecendo-lhes um comprometimento do capital em decorrência do valor emprestado.

Assim, em função dessas instituições atuarem em áreas de menor retorno do capital e de menor atividade econômica quando comparadas às regiões de maior desenvolvimento, como o Sul e Sudeste do País, torna-se fundamental uma ação mais forte do governo federal no fortalecimento dessas instituições de crédito de desenvolvimento.

Portanto, torna-se premente e estratégico o aumento de capital das instituições financeiras federais por parte do Tesouro Federal, como forma de otimizar a atuação destas organizações tão importantes para o desenvolvimento do País.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1501 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

Inclui inciso XXIV, no art. 12, com a seguinte redação:

XXIV - transferência de recursos da União para financiamento da difusão de tecnologias adaptadas ao público do PRONAF.

JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84 % da mandioca, 67 % do feijão; 54 % do leite; 49 % do milho, 40 % de aves e ovos e 58 % de suínos. No Nordeste a agricultura familiar é responsável por 82,9 % da ocupação de mão-de-obra no campo.

Considerando a importância sócio-econômica desse segmento produtivo, o Banco do Nordeste, em conformidade com os princípios de desenvolvimento econômico e social que nortearam sua criação, financia a agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Os recursos utilizados são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE.

Para suplementar essa ação creditícia, é essencial que o Banco do Nordeste atue também na capacitação tecnológica do público beneficiário desse Programa. Para tanto, o Banco deve dispor de recursos para disseminar na região Nordeste o amplo estoque de inovações tecnológicas já disponível em várias Instituições do País, destacando-se, nesse particular, as pesquisas já desenvolvidas pela EMBRAPA, bem como nos vários órgãos estaduais de pesquisa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1502 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

O inciso IV, do art. 89, passa a ter a seguinte redação:

IV - para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ; BNDES e Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

JUSTIFICATIVA

O Banco do Nordeste, assim como o BNDES, foram criados com missões semelhantes, ambas as instituições com o foco comum de trabalhar na redução das desigualdades sociais e regionais e na geração de emprego e renda. O BNB tem sido um tradicional parceiro do BNDES na execução de programas e repasses de recursos para a região Nordeste. Na verdade, o BNB tem larga experiência em desenvolvimento regional, além de possuir a capilaridade necessária para fazer com que os programas coordenados pelo BNDES, destinados à região Nordeste, possam ser aplicados com ampla cobertura a todas as áreas econômicas e sociais da Região. Por outro lado, o BNB vem trabalhando fortemente no sentido de ampliar as parcerias institucionais e o BNDES, com certeza, posiciona-se como um dos mais importantes parceiros.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1503 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 54 Parágrafo 8

TEXTO PROPOSTO

Inclui parágrafo no art. 54, com a seguinte redação:

§ 9º Na programação de investimentos deverá constar o valor das dotações de recursos necessárias para ampliação da rede de agências do Banco do Nordeste do Brasil.

JUSTIFICATIVA

A ampliação da rede de atendimento do Banco do Nordeste assume papel relevante no fortalecimento de sua missão institucional e na consolidação de seu papel como maior agente financiador da região nordeste.

Os objetivos estratégicos almejados para próximos anos desafiam a instituição a incrementar sua participação de mercado, principalmente nos produtos de crédito comercial, ampliação do atendimento de micro e pequenas empresas, além do enorme desafio de dobrar sua base de clientes atendidos pelo seu programa de microcrédito orientado à CREDIAMIGO. Esses desafios demandam sobremaneira uma presença mais efetiva do banco nos quase 2 mil municípios de sua área de atuação, adicionando em importância a ampliação de sua rede atendimento, com a instalação de pontos de venda enxutos e orientados para as necessidades do mercado.

Essa ampliação de rede de atendimento também fortalece o posicionamento da instituição no setor, principalmente quando se trata de um segmento cada vez mais competitivo, marcado pela concorrência acirrada em um mercado em expansão, com ganhos também em sua imagem institucional pela ampliação de sua identidade organizacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1504 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Modifica o caput do artigo 94, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sem prejuízo de demais providências recomendadas por previa deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição.

JUSTIFICATIVA

A redação do artigo 94 do PLDO 2011 aproxima-se da redação do artigo 94 da LDO vigente. A razão disso é o respeito à atribuição da Comissão Mista de Orçamento definida no artigo 166, § 1º, I da Constituição Federal, o qual estabelece que esta deve: "examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República." Contudo, em razão do regime constitucional da separação dos poderes, não se pode admitir que a Comissão Mista possa, em sede de elaboração do Orçamento emitir deliberações específicas sobre contratos já em andamento, investindo-se no poder de tutela contratual que é tipicamente titularizado pela Administração. A eventual interrupção de contrato não cabe no restrito âmbito cognitivo a que a situação se submete quando da edição de uma Lei orçamentária. Assim é que se garante ao Congresso a emissão de recomendações que devem ser atentadas pela Administração, mas que não a vinculam totalmente porquanto tal medida não se coaduna com o atual regime constitucional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1505 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Inclui parágrafo ao Inciso III do parágrafo 1º, do art. 17, com a seguinte redação:

§ - A Comissão Mista poderá acatar até 2 (duas) emendas de cada região, oriundas da participação popular, coletadas no sítio da Comissão, a critério do Relator do Projeto de Lei Orçamentária.

JUSTIFICATIVA

A Comissão Mista tem realizado audiências públicas em todo o País para discutir o Projeto de Lei Orçamentária, com vistas ao estímulo à participação popular. Nesses eventos, a sociedade civil organizada comparece massivamente e apresenta sugestões para o aprimoramento da matéria. A Comissão disponibiliza, ainda, espaço em seu sítio para o recebimento de sugestões de todo o Brasil. A presente emenda pretende tão somente formalizar a participação popular na construção do Projeto de Lei Orçamentária, autorizando a inclusão dessas sugestões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1506 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 28 Inciso VI

TEXTO PROPOSTO

Inclui parágrafo no Inciso VI, do art. 28, com a seguinte redação:

§ Único - no caso de pessoa física, se o beneficiário é maior de 60 (sessenta) anos.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo colaborar com a transparência, tornando possível visualizar com maior rapidez o volume de beneficiários de precatórios com direito a prioridade, conforme preconiza o Estatuto do Idoso.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1507 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 39 Parágrafo 1 Inciso I Alinea a

TEXTO PROPOSTO

A alínea ~~za~~ do Inciso I, do parágrafo 1º do art 39, passa a ter a seguinte redação:

a) 2% (dois por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

JUSTIFICATIVA

Os municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, em sua maioria, têm como principal fonte de recursos, as transferências constitucionais, o que resulta em pouquíssima ou nenhuma margem financeira para investimentos e assim proporcionar alguma melhora na qualidade de vida de seus habitantes. A redução da margem da contrapartida é uma possibilidade de mudança na qualidade e diversidade nos investimentos dos pequenos municípios.

Aqueles com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, localizados nas áreas prioritárias são, também, aqueles que enfrentam dificuldades para a implementação de políticas públicas de maior vulto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1508 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 39 Parágrafo 1 Inciso I Alinea b

TEXTO PROPOSTO

A alínea b) do Inciso I, do parágrafo 1º do art 39, passa a ter a seguinte redação:

b) 3% (três por cento) e 8% (oito por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e SUDECO; e

JUSTIFICATIVA

Os municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, em sua maioria, têm como principal fonte de recursos, as transferências constitucionais, o que resulta em pouquíssima ou nenhuma margem financeira para investimentos e assim proporcionar alguma melhora na qualidade de vida de seus habitantes. A redução da margem da contrapartida é uma possibilidade de mudança na qualidade e diversidade nos investimentos dos pequenos municípios.

Aqueles com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, localizados nas áreas prioritárias são, também, aqueles que enfrentam dificuldades para a implementação de políticas públicas de maior vulto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1509 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2442 - José Guimarães	24420016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 39 Parágrafo 2 Inciso II Alínea k

TEXTO PROPOSTO

Inclui alínea no Inciso II, do parágrafo 2º do art 39, com a seguinte redação:

... - às ações de prevenção, redução e combate a desertificação;

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende contribuir com a implementação de ações voltadas para a sustentabilidade, especialmente nos municípios mais pobres, onde os recursos são escassos até mesmo para assegurar os serviços mais elementares. Os processos de desertificação são uma realidade no Brasil, como é o caso da supressão de parcela expressiva da Caatinga e do Serrado, por exemplo. A questão da desertificação é grave e enseja a presença mais efetiva do poder público, no sentido de apoiar iniciativas na prevenção, redução e no combate aos processos já consumados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1510 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 39 Parágrafo 2 Inciso II Alínea k

TEXTO PROPOSTO

Inclui alínea no Inciso II, do parágrafo 2º do art 39, com a seguinte redação:

... - programas de assistência, tratamento e reinserção social de dependentes químicos;

JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira enfrenta um novo inimigo mortal, que vem se apoderando da vida de milhares de jovens, que é o crack. Uma droga barata, que provoca rapidamente a dependência e compromete a sanidade do seu usuário, que é capaz de tudo para sustentar o consumo.

O diferencial dessa droga, além do preço baixo, que permite o aliciamento da faixa mais pobre da população, é a expansão do tráfico para o interior dos Estados. Em pequenos municípios famílias estão sendo destruídas pelo crack e as possibilidades para assistir, tratar e reinserir esses jovens são muito poucas, uma vez que os municípios não têm estrutura para tratá-los adequadamente, agravando ainda mais a situação.

É urgente dotar estados e municípios de instrumentos de combate ao tráfico, mas é fundamental reunir esforços para resgatar aqueles que já estão dominados pelo vício e que ainda não caíram na marginalidade, que ainda não estão em conflito com a lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1511 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420018**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

O Inciso II do art 89, passa a ter a seguinte redação:

II - para o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno, especialmente de alimentos integrantes da cesta básica e por meio de incentivos a programas de agricultura familiar, de agricultura orgânica, e da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do Brasil com seus parceiros;

JUSTIFICATIVA

A agricultura orgânica vem crescendo em todo o mundo, alcançando aproximadamente 100 países, sendo mais de 24 milhões de hectares cultivados.
No Brasil, e no Brasil não seria diferente; a prática já contempla culturas como soja, hortaliças, plantas medicinais, café, açúcar, frutas, feijão, arroz, cacau, milho, óleos, mate e suco concentrado, além da pecuária orgânica.
O estímulo à prática da agricultura orgânica se justifica pelo aumento da geração de renda, tendo em vista o maior valor agregado dos produtos, do ponto de vista da sustentabilidade, pois a produção se dá sem danos ao meio ambiente, e pelo retorno financeiro, com o mercado em franca expansão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1512 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

O Inciso III do art 89, passa a ter a seguinte redação:

III - Para o Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, estímulo à criação de empregos e ampliação da oferta de produtos de consumo popular, mediante apoio à expansão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores artesanais, do extrativismo, do manejo de florestas de baixo impacto, da agricultura de pequeno porte, da pesca e das micro, pequenas e médias empresas, especialmente aquelas dirigidas por mulheres chefes de família;

JUSTIFICATIVA

É comum, nos dias de hoje, declarações de dirigentes de instituições financeiras, dando conta da qualidade no desempenho das micro, pequenas e médias empresas dirigidas por mulheres no Brasil. São, na maioria, pequenas empreendedoras que vêm fazendo a diferença nos mais diversos segmentos, ensejando apoio especial.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1513 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Inciso IV Alinea d

TEXTO PROPOSTO

A alínea "d" do Inciso IV do art 89, passa a ter a seguinte redação:

d) financiamento nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, incluindo prevenção, redução e combate à desertificação e infraestrutura, incluindo o transporte urbano, a navegação de cabotagem e a expansão das redes urbanas de distribuição de gás canalizado e os projetos do setor público, em complementação aos gastos de custeio;

JUSTIFICATIVA

A desertificação é um problema grave, que afeta as várias regiões em maior ou menor intensidade. No caso do Nordeste, por exemplo, já existem áreas com avançado processo de desertificação, que precisam ser recuperadas, pelo que é indispensável um esforço concentrado para viabilizar ações não apenas para a recuperação de áreas já degradadas, mas para prevenir o agravamento de outras.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1514 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 89 Parágrafo 1 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

O Inciso IV do parágrafo 1º, do inciso VI do art 89, passa a ter a seguinte redação:

IV - às instituições e/ou seus dirigentes condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende tão somente colaborar para a maior eficácia das limitações à concessão e/ou renovação de empréstimos ou financiamentos oficiais, incluindo as instituições condenadas por práticas ilícitas e não apenas seus dirigentes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1515 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420022**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1516 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2442 - José Guimarães

EMENDA

24420022

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1517 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1518 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2442 - José Guimarães

EMENDA

24420024

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Inciso II Item 3

TEXTO PROPOSTO

3. Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Em quase 45 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, seguridade e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

Dentro do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Neste contexto cabe ao IPEA a pesquisa aplicada às políticas de longo prazo, bem como gerir o programa 0797 - Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas contribuindo para a qualidade dos processos decisórios de governo no planejamento governamental de médio e longo prazos dentro da Agenda do Desenvolvimento Nacional, onde abriga diversas ações vinculadas a subfunção Desenvolvimento Científico em igual condição às demais instituições citadas no referido anexo.

Busca, dessa forma, conferir tratamento isonômico as ações de governo voltadas ao Desenvolvimento Científico Nacional dentro de uma política maior voltada a representação das instituições de pesquisa brasileira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1519 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2442 - José Guimarães****EMENDA****24420025**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 § 1º Inciso VI alínea "d":

d) com recursos das ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e IPEA, para execução de pesquisa econômica e social, devendo o chefe imediato e o dirigente máximo do órgão de origem declararem não haver incompatibilidade de horários e qualquer comprometimento das atividades atribuídas ao servidor ou empregado;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Ao longo de 44 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, segurança e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

No âmbito do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Apesar dos esforços institucionais no sentido de recompor o quadro de pesquisadores da Instituição, a abrangência e complexidade da Agenda do Desenvolvimento torna necessária a participação de pesquisadores de outras instituições. Com base na relação dos pesquisadores com maior produtividade detentores de bolsas mantidas pelo CNPq e da listagem dos melhores programas de pós-graduação responsáveis pela pesquisa nacional, verifica-se que a maioria de pesquisadores é de instituição pública.

Nesse sentido torna-se relevante a implantação de redes de pesquisa com esses pesquisadores visando à integração de ações e de pesquisas com ênfase na aplicação de resultados focados em amenizar os efeitos da crise mundial e na sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico brasileiro, além de incrementar o intercâmbio do IPEA e na troca de conhecimentos e experiências para internalizá-las à realidade brasileira, contribuindo para a implantação da Agenda do Desenvolvimento Brasileiro e do planejamento estratégico de longo prazo.

Outro aspecto a ser mencionado é o fato de que pesquisa não se enquadra do referido artigo, pois sua execução não é caracterizada como consultoria (melhoria administrativa) ou assistência técnica, mas sim em um intercâmbio de idéias, fatos e levantamentos técnicos utilizados por métodos quantitativos e qualitativos muito significativos e densos dentro de uma metodologia de pesquisa a fim de aferir a idéia da dimensão de sua



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1520 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2442 - José Guimarães

EMENDA

24420025

JUSTIFICATIVA

afirmação.

Esse material precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. É um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais "braçal" do que propriamente analítico. Numa segunda etapa, ajuda na realização de tarefas que envolvem a análise de dados coletados/construídos em pesquisas quantitativas e qualitativas.

Dessa forma, foram dadas as instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia essa prerrogativa e que a alteração proposta igualará o IPEA aos outros institutos listados dando maior condição de cumprimento de seus objetivos, bem como clarificar a utilização da pesquisa para que se cumpra a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1521 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110001****PROGRAMA**

6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

AÇÃO

7H17 Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

75

JUSTIFICATIVA

Essa setor e de vital importância para o desenvolvimento dos municípios piauienses como Picos e Floriano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1522 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2611 - José Maia Filho		26110002
PROGRAMA		
0515 Infra-Estrutura Hídrica		
AÇÃO		
7G88 Construção da Barragem de Atalaia no Município de Sebastião Barros - no Estado do Piauí		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra executada (% de execução física)		50
JUSTIFICATIVA		
A PRESENTE EMENDA TEM POR FINALIDADE INCLUIR META PARA PERMITIR A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ATALAIA, NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS, NO ESTADO DO PIAUÍ.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1523 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110003****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

100E Sistema de Controle de Enchentes do Rio Poty em Teresina no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

86

JUSTIFICATIVA

A população teresinense vem sofrendo, a cada vez que chega a época das chuvas, com enchentes. Esses eventos, além da destruição e dos prejuízos materiais por ela causados, trazem ou tross males, tais como doenças. É preciso evitar que as enchentes aconteçam e, para isso, é necessário que seja concluída essa importante obra na capital do Piauí.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1524 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110004****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO7N23 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Itainópolis - na BR-020 - No
Estado do Piauí**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

29

JUSTIFICATIVA

Essa obra é muito importante para o município e para o Estado do Piauí.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1525 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110005****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

1B99 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - São Raimundo Nonato - na BR-020 - no Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

26

JUSTIFICATIVA

É de vital importância a construção desse trecho rodoviário que liga o município de São Raimundo Nonato a Picos uma importante região do Estado do Piauí



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1526 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2611 - José Maia Filho	26110006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

IV - pelos Poderes e pelo Ministério Público da União, dentro de 60 (sessenta) dias após o final de cada quadrimestre, relatórios simplificados de gestão orçamentária, com o acompanhamento e a avaliação dos principais programas e ações de governo, por área temática ou órgão, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, bem como os produtos ou resultados obtidos com a aplicação dos recursos.

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende restabelecer dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, com o objetivo de dar transparência às informações de interesse público e com vistas a ampliar o controle social. Nesse sentido, a emenda estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos relatórios simplificados de gestão orçamentária, com o acompanhamento e a avaliação dos principais programas e ações de governo, por área temática ou órgão, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar. Em adição ao dispositivo constante da LDO 2010, propõe-se ainda incluir a obrigatoriedade de divulgação de informações acerca dos produtos ou resultados obtidos com a aplicação dos recursos, constantes dos relatórios simplificados de gestão orçamentária



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1527 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O PLDO 2011 estabelece a fixação das metas serão em valores nominais e não mais em percentuais do PIB. A emenda proposta, por sua vez, visa restabelecer a fixação de metas em percentuais do PIB, como nas LDO's anteriores. Com efeito, no PLDO 2011 as metas estão estabelecidas em R\$ 125,5 bilhões para o setor público consolidado, R\$ 81,8 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7,6 bilhões, para o Programa de Dispêndios Globais. Isso pressupõe a geração de aproximadamente R\$ 36,1 bilhões de superávit no âmbito dos Estados e Municípios. Diante desse contexto, o estabelecimento de valores nominais desconecta as metas fiscais do comportamento do PIB. Tendo em vista que a meta de superávit deve ser perseguida de forma contínua no decorrer o exercício, em função da evolução do produto, e não apartada da conjuntura econômica, esse descolamento do PIB torna ineficaz a fixação de meta de superávit primário. A ineficácia pode traduzir-se na falta de rigor fiscal e na expansão da despesa caso o crescimento econômico seja superior ao previsto no PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1528 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2611 - José Maia Filho	26110008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado de R\$ 125.500.000.000,00 (cento e vinte e cinco bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo R\$ 81.760.000.000,00 (oitenta e um bilhões, setecentos e sessenta milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7.610.000.000,00 (sete bilhões, seiscentos e dez milhões de reais) para o Programa de Dispendios Globais, bem como com a meta de resultado nominal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O governo federal vem sistematicamente deixando de cumprir as metas de resultado nominal fixadas pelas LDOs nos últimos anos. Os resultados nominais tem sido negativos, embora o governo venha todos os anos "prevendo" resultados positivos nos exercícios futuros. Em vista das metas não cumpridas nos anos anteriores, questiona-se a obtenção da meta de déficit nominal para 2011 (resultado nominal de -R\$ 10,2 bilhões ou -0,27% do PIB), que na LDO anterior apresentava a expectativa de superávit de R\$ 3,5 bilhões, prontamente modificada no PLDO 2011. Dessa forma, tendo em vista as metas não cumpridas nos últimos anos, a emenda visa estabelecer o fiel cumprimento da meta de resultado nominal constante do Anexo de Metas Fiscais do PLDO 2011, estabelecida pelo próprio Poder Executivo (déficit de R\$ 10,2 bilhões em 2011).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1529 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 2 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A emenda propõe que as empresas do Grupo Petrobras sejam consideradas na meta de superávit primário, de R\$ 7,6 bilhões (0,20% do Produto Interno Bruto - PIB, para o Programa de Dispêndios Globais. Objetiva-se, em princípio, estabelecer critério isonômico entre as empresas estatais no que se refere ao esforço para o cumprimento da meta de superávit primário.

As empresas do grupo Petrobras, por seguirem as regras aplicadas às empresas de capital aberto, não deveriam ser utilizadas pelo Poder Executivo como instrumento político-administrativo. A ingerência política constante na Petrobrás contribui para a descapitalização da empresa. Nesse contexto, pode-se decidir por implantar projetos inviáveis economicamente, somados a um número excessivo de patrocínios ditos "sociais", porém com objetivos político-eleitorais. Ademais, o financiamento da Petrobras com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional (via BNDES, por exemplo) também traz uma relação ambígua entre a União e a Empresa.

O fato de as empresas do Grupo Petrobrás não serem consideradas na meta de superávit primário pode resultar em excesso de alavancagem pelo endividamento do Grupo, e em gasto descontinente em patrocínios políticos.

Ressalte-se, a propósito, os numerosos indícios de irregularidades divulgados por órgãos oficiais, e exaustivamente divulgados pela imprensa. Trata-se de possíveis fraudes em licitações e de irregularidades em contratos para a construção de plataformas e, especificamente, da refinaria Abreu e Lima (PE), apontados pelo Tribunal de Contas da União, além da utilização de artifícios contábeis para reduzir o recolhimento de tributos, divulgado pela Receita Federal do Brasil, e de possíveis irregularidades em patrocínios.

Ante o exposto, a emenda em análise, ao propor que as empresas do Grupo PETROBRAS sejam consideradas na meta de superávit primário, contribui para o aumento da transparência na administração dos recursos públicos, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e da moralidade insculpidos no art. 37 da Constituição Federal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1530 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2611 - José Maia Filho	26110010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º As dotações autorizadas para as despesas correntes primárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exclusive as transferências constitucionais ou legais por repartição de receita e as despesas com o complemento da atualização monetária previsto na Lei Complementar no 110, de 29 de junho de 2001, deverão ter sua participação reduzida, em percentual do PIB estimado, em pelo menos 0,1% (um décimo por cento), em relação ao montante estimado para 2010.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se restabelecer dispositivo constante do PLDO 2007 com o objetivo de redução das despesas correntes primárias e de possibilitar a redução da Carga Tributária. Cabe ressaltar que o Poder Executivo incluiu no PLDO 2007 artigo que estabelecia a redução de pelo menos 0,1% das despesas correntes primárias constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Posteriormente, o governo vetou o referido dispositivo, deixando também de incluí-lo nos PLDO's seguintes. Verifica-se que a ausência no PLDO 2011 desse mecanismo de controle confirma a continuidade da atuação do Governo, que se consubstancia no aumento descontrolado das despesas correntes, além da despreocupação quanto à qualidade dos gastos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1531 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto no seu art. 38; ou

JUSTIFICATIVA

No que tange à transferência de recursos a título de subvenções sociais, a emenda pretende fixar como obrigatória a exigência de atendimento direto ao público pelas entidades privadas sem fins lucrativos, a exemplo do que estabeleceram as LDO's anteriores. Nesse contexto, a ausência desse requisito no projeto demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de atendimento direto ao público por essas entidades tende a transferir para o Estado o ônus para a implementação das ações sociais e a facilitar o mau uso dos recursos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1532 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - estejam, dadas suas peculiaridades, nominalmente identificadas no projeto de lei enviado pelo Poder Executivo e na respectiva lei; ou

JUSTIFICATIVA

Em relação à transferência de recursos a título de contribuição corrente, a emenda pretende fixar como obrigatória a identificação das entidades privadas sem fins lucrativos tanto no projeto quanto na Lei Orçamentária, a exemplo do que estabelece a LDO 2010. Nesse contexto, a identificação das entidades somente na Lei Orçamentária, como prevê o PLDO 2011, demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de que a identificação dessas entidades esteja presente tanto no PLOA quanto na LOA resulta na falta de transparência e na ineficiência do controle sobre a utilização dos recursos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1533 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

§ 7o Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

Em relação à escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, a emenda pretende restabelecer dispositivo presente na LDO 2010, de forma que seja obrigatório processo de seleção, com ampla divulgação, com vistas à celebração de Termo de Parceria com o governo federal. A retirada deste dispositivo no PLDO 2011 contraria os Princípios Constitucionais da impessoalidade, da publicidade, da legalidade e da moralidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1534 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2611 - José Maia Filho	26110014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

Em relação à aquisição e instalação de equipamentos para as entidades sem fins lucrativos, a emenda pretende fixar como obrigatória a vinculação das obras de adequação física aos respectivos equipamentos. Em sentido contrário, da forma colocada no PLDO 2011, permite-se fazer adequações físicas de quaisquer equipamentos, o que contraria o princípio da moralidade, pois privilegia-se o benefício ao particular em detrimento do interesse público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1535 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

XI a publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade

JUSTIFICATIVA

Em relação à destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a emenda pretende restabelecer dispositivo presente nas LDO's anteriores, de forma que seja obrigatória a publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade. A exclusão deste dispositivo no PLDO 2011 colide com os Princípios Constitucionais da publicidade, da legalidade, moralidade e da impessoalidade..



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1536 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110016**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. É obrigatória a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende fixar como obrigatória a exigência de contrapartida para a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos. Nesse contexto, a explicitação da contrapartida facultativa constante do projeto demonstra a falta de austeridade do governo no que se refere à transferência de recursos para as entidades privadas. A não exigência de contrapartida dessas entidades tende a transferir para o Estado o ônus para a implementação das ações sociais e a facilitar o desvio de recursos por entidades não comprometidas o interesse público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1537 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, que poderão ser alteradas durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ; PAC, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa permitir a alteração das prioridades e metas físicas tendo em vista o novo contexto da Administração Pública Federal, que será definido no decorrer da tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1538 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2611 - José Maia Filho	26110018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art. 68 Após 31 de dezembro de 2010, enquanto o Projeto de Lei Orçamentária de 2011 não for sancionado pelo Presidente da República, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;

II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - realização de eleições pela Justiça Eleitoral; e

VII - importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, no valor da cota fixada no exercício financeiro anterior pelo Ministério da Fazenda.

Parágrafo único: As despesas descritas nos incisos I a VII deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa evitar a excessiva liberdade do Poder Executivo para executar o orçamento, caso ele não seja sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2010. Se persistir a redação original do PLDO 2010, poderá haver desinteresse por parte do Governo em aprovar tempestivamente a Lei Orçamentária para 2009.

Com efeito, o art. 68 do PLDO 2011 permite a execução tanto de despesas correntes quanto de capital. Ademais, a limitação de execução de 1/12 do total de cada ação prevista no PLOA 2010 não alcança as despesas discriminadas nos incisos I a VII.

Cabe severa crítica ao dispositivo proposto pelo Poder Executivo, tanto pelo aspecto da inconstitucionalidade, quanto pelo contexto de transição política que o país atravessará nos próximos meses. O artigo desconsidera a participação do Congresso Nacional no processo de apreciação da Peça Orçamentária, como estabelece a Constituição Federal. Ao mesmo tempo, determina que o próximo governo execute um orçamento na forma do projeto de lei encaminhado pelo Governo anterior, sem considerar as alterações efetuadas no Parlamento. Note-se que essas alterações serão aprovadas pelo Congresso após a definição do resultado das eleições presidenciais de 2010.

Diante do exposto, a emenda proposta visa reduzir a liberdade dada ao Poder Executivo na execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária para 2011, restringindo a execução somente das despesas elencadas nos incisos I a VII, de forma proporcional ao número de meses decorridos no exercício até a sanção da respectiva Lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1539 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94 A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, ficando os referidos subtítulos, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, sujeitos a cancelamentos compensatórios de despesas referentes a novas prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa restabelecer no art. 94 do PLDO 2011 o que consta da redação do art. 94 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010. Com efeito, mantém-se para 2011 as atribuições do Congresso Nacional relativas ao controle externo, sujeitando à prévia deliberação da CMO a autorização para a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves.

Ademais, os referidos subtítulos ficam sujeitos, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, a cancelamentos compensatórios de despesas referentes a novas prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal, a serem definidas no decorrer da tramitação do projeto de Lei Orçamentária para 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1540 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 103

TEXTO PROPOSTO

"Art. 103. O bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária e seus créditos adicionais observará o disposto nesta Lei." (NR)

JUSTIFICATIVA

Mais uma vez o Poder Executivo afrontou o Congresso Nacional ao suprimir no PLDO 2011 a previsão de bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira das obras com indícios de irregularidades graves.

Para corrigir esse equívoco, a presente Emenda introduz no PLDO 2011 o teor do do art. 99 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010, que contém a previsão de bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1541 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 95

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O teor do art. 95 não existe na LDO 2010. Esse novo dispositivo estabelece que a paralisação de obras deverá ser adotada somente depois de esgotadas as medidas administrativas cabíveis, observados os aspectos constantes dos incisos I a VI desse artigo. (caput art. 95)

Portanto, a paralisação das obras com indícios de irregularidades graves ficará a critério do próprio gestor público que em muitos casos é o próprio causador das irregularidades.

Para corrigir esse grave equívoco cometido pelo Poder Executivo, apresentamos a presente Emenda que suprime o art. 95 do PLDO, que está eivado de inconstitucionalidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1542 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2611 - José Maia Filho

EMENDA

26110022

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 99

TEXTO PROPOSTO

"Art. 99. Durante o exercício de 2011, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2011 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.

.....
§ 2º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

.....
§ 6º O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2011, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências que ainda impedem a continuidade da execução dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves que se encontram bloqueados preventivamente.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Na redação original do PLDO 2011 o Poder Executivo excluiu a previsão de prévia deliberação da CMO em relação às medidas saneadoras propostas pelo órgão ou entidade responsável pela obra ou serviço com indícios de irregularidades graves. (caput art. 94) Além disso, a abrangência da definição de "indícios de irregularidades graves" foi reduzida drasticamente com a exclusão (i) da previsão de recomendação de bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço e (ii) dos "desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública" do rol de causas que poderiam ensejar o bloqueio preventivo. (inciso IV, § 1º, art. 94)

Também no art. 99 do referido PLDO, foram feitas alterações pelo Poder Executivo com o objetivo de evitar a paralisação ou bloqueio preventivo de obras com indícios de irregularidades graves.

Portanto, nesse contexto, a presente Emenda tem por objetivo corrigir mais um equívoco normativo cometido pelo Poder Executivo, restabelecendo o teor da matéria que consta atualmente do art. 98 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1543 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2611 - José Maia Filho****EMENDA****26110023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

"Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

§1º.....

IV - indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que, sendo materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, tendo potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e enquadrando-se em pelo menos uma das condições seguintes, recomendem o bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congêneres, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou
b) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Na redação original do PLDO 2011 o Poder Executivo excluiu a previsão de prévia deliberação da CMO em relação às medidas saneadoras propostas pelo órgão ou entidade responsável pela obra ou serviço com indícios de irregularidades graves. (caput art. 94) Além disso, a abrangência da definição de "indícios de irregularidades graves" foi reduzida drasticamente com a exclusão (I) da previsão de recomendação de bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congêneres, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço e (II) dos "desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública" do rol de causas que poderiam ensejar o bloqueio preventivo. (inciso IV, § 1º, art. 94)

Com essas alterações promovidas pelo Poder Executivo, a competência do Congresso Nacional foi ferida de morte. Com a nova redação do art. 94 do PLDO 2011, o Poder Executivo retira do Poder Legislativo a competência para deliberar sobre as obras com indícios de irregularidades graves e a transfere para ele mesmo. Assim, o controle externo das ações do Poder Executivo feito atualmente pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, deixará de existir na hipótese de o PLDO ser aprovado na sua forma original.

Ressalte-se que tal atitude do Poder Executivo é inconstitucional, pois afronta o disposto nos arts. 70 e 71 da Constituição.

Nesse contexto, a presente Emenda tem por objetivo restabelecer no art. 94 do PLDO 2011 o que consta da redação do art. 94 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO 2010, mantendo para 2011 as atribuições do Congresso Nacional relativas ao controle externo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1544 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1224 - José Mendonça Bezerra	12240001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

NOVA ADEQUAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO CAETANO/ARCO VERDE, NA BR 232, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Trecho adequado (km)

107

JUSTIFICATIVA

A continuação da duplicação da BR 232, ligando o Município de São Caetano de até o Município de Arcoverde integrando o Estado de Leste a Oeste e possibilitando a interiorização do desenvolvimento, como já ocorre no trecho implantado de Recife a São Caetano é o sonho de milhares de Pernambucanos que moram no Agreste e no Sertão que a cada dia que vêm o crescimento alcançado em pouco tempo por cidades como Vitória de Santo Antão, Bezerros e Gravatá, sentem ser a rodovia a veia que levará o sangue do desenvolvimento até o restante do Agreste, ao Sertão e quiça até o Araripe, integrando-se com a Ferrovia Transnordestina e com a hidrovía do São Francisco, como obras essenciais à vocação logística do Estado.

Pernambuco atravessa um raro momento em sua história, em que o Governo Federal e Estadual estão alinhados politicamente e caminham na direção de atenuar as desigualdades socio-econômicas que por anos a fio têm permitido que no mesmo País e até mesmo em nosso Estado convivamos com uma região abastada e desenvolvida (O Sul e Sudeste e a região de "Praia") e com outra pobre e subdesenvolvida (O Nordeste e o Semi-Árido).

A BR 232 é empreendimento estruturador da economia e do território pernambucano, deve gerar grandes oportunidades econômicas ao longo da rodovia e nos pólos produtivos do interior do Estado, como a indústria de alimentos, confecções, turismo, agronegócio, gesso, com redução dos custos de transporte e atração de investimentos e capital. De acordo com estudo do IPEA, o investimento geraria um aumento significativo na renda total disponível do Estado, no crescimento e na geração de emprego e renda, o que demonstra um significativo impacto econômico e social; o IPEA estima também que a duplicação da BR-232 é um investimento de alto retorno, mesmo considerando os custos de manutenção posterior da obra, o que evidência a alta rentabilidade do empreendimento;

A Redução no tempo e nos custos. Os princípios básicos da logística serão atendidos com a duplicação da BR-232. Com a distância que separa O sertão do Porto de Suape, principal porta de entrada e saída de produtos do Estado, o tempo que é fator primordial no transporte, principalmente da fruticultura irrigada voltada para exportação, diminuirá significativamente.

A posição geográfica de Pernambuco, que fica a 800 quilômetros do Ceará e da Bahia, principais centros de desenvolvimento do Nordeste, já é uma contribuição natural para o Estado crescer e se consolidar. Mas, sem infra-estrutura de nada adiantaria estar bem situado. Pernambuco tem uma vocação nata para ser um grande centro de indústrias e de distribuição para toda a Região, mas precisa de infra-estrutura de transportes para atrair investimentos. Não é apenas o transporte de mercadorias, mas de pessoas também que irá contribuir para o desenvolvimento das cidades ao longo da rodovia e de todo o Sertão, e a BR-232 tem tudo para levar as pessoas a se deslocarem para o Interior em busca de qualidade de vida, pois a chegada de novos moradores vai levar empresas de serviço para as cidades cortadas pelo trecho a ser construído da rodovia, como Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. A população diretamente beneficiada pela obra ultrapassa os 256.000 habitantes das cidades acima para contemplar indiretamente os 17% da população que mora no sertão que sentirá os benefícios da obra a facilidade de escoamento da produção e o incremento no trânsito de pessoas e negócios.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1545 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1224 - José Mendonça Bezerra	12240002

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7N14 Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-232(B) (São Caetano) - Entr. BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423 - No Estado de Pernambuco

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	98
----------------------	----

JUSTIFICATIVA

Com a duplicação da BR-423, o agreste meridional de Pernambuco deve entrar na rota do desenvolvimento viabilizado a partir da duplicação da BR-232. A rodovia corta cinco municípios: São Caetano, Cachoeirinha, Lajedo, Jupi e Garanhuns. A região, uma das mais importantes do estado, destaca-se não apenas pela produção leiteira e avícola, na área próxima ao município de São Bento do Una, como também pelo potencial turístico, tão bem representado pela cidade de Garanhuns. A rodovia também é passagem obrigatória dos sacoleiros de Alagoas e da Bahia, que seguem em direção ao Pólo de Confecção do Agreste. Merece destaque ainda o grande trevo de São Caetano, que possibilitará acessar os destinos: Recife, Arcoverde, Garanhuns e a cidade de São Caetano, sem nenhum cruzamento de veículos no mesmo nível.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1546 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720001

PROGRAMA

1061 Brasil Escolarizado

AÇÃO

0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Sistema de transporte escolar apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

86

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ampliar as metas constantes do Anexo 1 do Projeto de Lei de diretrizes Orçamentárias para 2011, assegurando transporte escolar na educação básica em todo o País e em particular nas regiões de difícil acesso, como na Região Amazônica.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1547 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720002

PROGRAMA

0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

AÇÃO

4390 Demarcação e Regularização de Terras Indígenas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Etapa de regularização concluída (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

30

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina-se a priorizar a ação orçamentária "Demarcação e Regularização de Terras Indígenas", fundamental para assegurar uma vida digna aos povos indígenas do País, em especial do Estado do Pará. A inclusão de metas físicas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias permitirá a priorização dessa política pública, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2010, bem assim quando da execução da referida Lei de Meios. Ressalte-se, ainda, que a Comissão de Assuntos Sociais possui competência regimental para tratar de questões relacionadas a povos indígenas e está apta a apresentar emendas coletivas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO, a teor da resolução nº 1, de 2006 - CN.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1548 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2572 - José Nery****EMENDA****25720003****PROGRAMA**

0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

AÇÃO

8788 Apoio a Comitês de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Comitê apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

36

JUSTIFICATIVA

O combate à violência sexual contra a criança em nosso País é tema de grande importância e deve receber destacada prioridade na LDO 2011.

O Estado do Pará, conforme apuraram as CPIs da Pedofilia tanto do Senado Federal quanto da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, é detentor de inúmeros casos, tendo regiões como a do Arquipélago do Marajó, onde a realidade evidenciada faz supor que a ocorrência seja muito maior.

Assim sendo, a presente emenda visa ampliar as metas já constantes do Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2011, de maneira que tanto o Estado do Pará possa ser atendido, quanto outros Estados, onde sequer um trabalho de CPI foi realizado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1549 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2572 - José Nery****EMENDA****25720004****PROGRAMA**

1448 Qualidade na Escola

AÇÃO

8746 Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública da Educação Infantil

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Escola equipada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1.687

JUSTIFICATIVA

Para garantir a autonomia econômica das mulheres, é fundamental a oferta de equipamentos sociais, a exemplo das creches e pré-escolas. Sabe-se que a Educação de 0 a 6 anos das crianças é um direito constitucional. Se estivesse sendo respeitado, desoneraria as mulheres de parte da sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho, liberando tempo para que buscassem algum grau de autonomia econômica mediante o trabalho produtivo, remunerado, inclusive para sair da situação de pobreza em que permanece uma parte relevante das famílias chefiadas por mulheres, como também auxiliaria a conquista de seu bem-estar, pois liberaria algum tempo para o descanso e lazer, que também é direito das mulheres.

É fundamental, portanto, priorizar essa política em 2011 para ampliar a oferta e aumentar o número de matrículas de crianças na Educação Infantil pública. As metas físicas propostas para 2011 estão presentes no PPA 2008-2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1550 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720005

PROGRAMA

1061 Brasil Escolarizado

AÇÃO

8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Aluno atendido (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

44.607.515

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ampliar as metas constantes do Anexo 1 do Projeto de Lei de diretrizes Orçamentárias para 2011, assegurando alimentação escolar na educação básica em todo o País e em particular nas regiões onde há grande incidência de baixo IDH, como na Região Amazônica.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1551 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea o

TEXTO PROPOSTO

p) no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União-CGU, a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações, por unidade da Federação, de forma regionalizada, por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção e programa, mensal e acumulada;

q) no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União-CGU, vinculado aos beneficiários finais dos recursos, cópias digitalizadas de contratos e notas fiscais relativos aos bens e serviços adquiridos direta ou indiretamente pelo Estado.

JUSTIFICATIVA

Coordenado pela Controladoria Geral da União, o Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) é a principal iniciativa do Poder Executivo no tema do monitoramento cidadão das contas públicas. Porém, ela necessita de aperfeiçoamentos.

A principal desvantagem desse site é a indisponibilidade dos dados em diferentes classificações orçamentárias (funcional, programática, por categoria econômica, por natureza da despesa, etc). Uma segunda limitação é a impossibilidade de se fazer download do banco de dados e em formato que possibilite tratamento e comparações de séries históricas.

O Portal da Transparência também deveria disponibilizar, vinculado aos beneficiários finais dos recursos, cópias digitalizadas de contratos e notas fiscais relativas aos bens e serviços adquiridos direta ou indiretamente pelo Estado. Além disso, é necessário disponibilizar os resultados físicos alcançados (metas) pela ação governamental. Só dessa forma, qualquer pessoa poderá avaliar o custo-benefício do gasto público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1552 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2572 - José Nery	25720007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 2

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às funções Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICATIVA

Possibilitar às Forças Armadas executar o planejamento orçamentário e financeiro conforme os recursos disponibilizados na LOA, sem as surpresas decorrentes dos contingenciamentos e bloqueios realizados ao longo do exercício. As Forças Armadas, devido à suas especificidades e destinação constitucional, sentem sensivelmente com os contingenciamentos e bloqueios orçamentários e financeiros freqüentemente efetuados ao longo do exercício. Os efeitos desses bloqueios acontecem nos diversos projetos (em curto, médio e longo prazo) e os resultados, hoje, já aparecem de forma CLARA: fragilização dos vetores, instrumentos e equipamentos direcionados à DEFESA NACIONAL, assim como na formação, educação continuada e doutrina militares. Ademais, impacta negativamente no desenvolvimento das ações de ciência e tecnologia, que por sua vez, influencia em resultados pífios endereçados à indústria nacional - naquilo que se refere aos projetos duais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1553 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 9 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

V - Anexo do orçamento criança e adolescente contendo os projetos, atividades e operações especiais direcionados à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

VI - Os projetos, atividades e operações especiais constantes do orçamento criança e adolescente terão identificadores ou códigos próprios que os identifique na lei orçamentária anual.

JUSTIFICATIVA

No tocante à proteção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A prioridade absoluta para crianças e adolescentes também é determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive, fixando a preferência de ambos na formulação e na execução das políticas sociais públicas. Cobrar a efetividade da prioridade absoluta é exigir do governo federal a correta identificação na lei do que é direcionado à proteção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

É razoável pedir a inserção de um identificador (classificação ou código) nos diversos projetos, atividades ou operações especiais direcionados a esse público, bem como a introdução de anexo específico na lei orçamentária para reunir essas ações orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1554 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 89 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - publicar e apresentar em audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate as desigualdades mencionadas no inciso anterior; e

JUSTIFICATIVA

O PLDO se manifesta timidamente a respeito do combate ao racismo e das desigualdades de gênero quando inclui algumas ações orçamentárias no rol de prioridades (Anexo de Prioridades e Metas). Fazem parte da lista: Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial; Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos; Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência; Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180.

Verifica-se a ausência de vários projetos e atividades. Ademais, é recomendável a inclusão de todas as ações entre as principais metas do governo. Isso significa, ao menos, um primeiro passo na direção de executá-las na íntegra.

No art. 89 do PLDO 2011, é bem vindo o parágrafo 5º que diz que agências como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, e outros, deverão aplicar os recursos com observância da diretriz de redução do desemprego, bem como das desigualdades de gênero, raça, etnia, idade, região e deficiências sociais, étnico-raciais e de gênero, por meio do apoio a implantação e expansão das atividades produtivas. Determina também que publiquem relatórios demonstrando a observância dessas regras.

Mas a eficácia destes dispositivos fica prejudicada se não houver prestação de contas ao Congresso Nacional por parte das agências de fomento e, claro, a possibilidade de a sociedade se pronunciar a respeito.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1555 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 89 Parágrafo 5 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

IV - considerar, como prioritarias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que desenvolverem projetos de responsabilidade socio-ambiental e políticas de participação dos trabalhadores nos lucros.

JUSTIFICATIVA

Chamam à atenção as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que totalizaram em 2009 R\$ 34,89 bilhões. Posto que boa parte da capitalização do BNDES tem origem no FAT, em outras palavras, da renda do trabalho, nada mais justo que um dos critérios para a escolha das empresas que recebem empréstimos do BNDES seja privilegiar aquelas que adotem políticas de valorização dos trabalhadores.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1556 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2572 - José Nery	25720011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Supressiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Artigo 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 prevê que a elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário de R\$ 125,5 bilhões. Isto significa que a União, Estados e Municípios teriam de reservar esta quantia para o pagamento da dívida pública, em prejuízo de todas as áreas sociais.

Além do mais, o cumprimento de tal meta de R\$ 125,5 bilhões obriga que outras centenas de bilhões de reais do orçamento federal, provenientes de receitas não-tributárias (tais como o recebimento do pagamento das dívidas de estados e municípios, a remuneração da Conta Única, a emissão de novos títulos e o recebimento de eventual lucro do Banco Central) sejam também obrigatoriamente destinadas ao pagamento da dívida. Isto porque, caso fossem destinadas às áreas sociais, também impediriam o cumprimento da meta de superávit.

Em 2009, esta política fez com que fossem destinados R\$ 380 bilhões para juros e amortizações da dívida pública federal, mesmo desconsiderando-se o chamada "rolagem" ou "refinanciamento", ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos. Tais R\$ 380 bilhões representaram 35,57% do Orçamento Geral da União, enquanto somente foram destinados 4,64% para a saúde, 2,88% para a educação e 0,23% para a Reforma Agrária.

Portanto, a exclusão do Art. 2º é condição necessária para que o Congresso Nacional possa verdadeiramente discutir o orçamento federal. A recente CPI da Dívida demonstrou que o atual endividamento é fruto da aplicação de altas taxas de juros, ou seja, não serviu para o desenvolvimento sócio econômico do país. Além do mais, a aplicação de juros sobre juros já foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, faz-se necessário o cumprimento da Constituição Federal, em seu Artigo 26 das Disposições Transitórias, que prevê a Auditoria da Dívida.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1557 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 6º Os Poderes e o MPU realizarão audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, inclusive com o objetivo de sugerir a eliminação da meta de superávit primário estabelecida no Art. 2º.

JUSTIFICATIVA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiências públicas regionais para colher contribuições da sociedade ao orçamento, conforme Resolução do Congresso Nacional e no art. 48 da Lei Complementar 101, 2000 - confirmada pela Lei Complementar 131, de 2009 - mas não é obrigatória.

Além do mais, tais debates sobre a Lei Orçamentária ocorrem após a votação da LDO, onde já são definidas as metas de superávit primário. Portanto, tais debates não podem debater sobre a maior parcela do orçamento, ou seja, os gastos com a dívida pública.

Cabe destacar também que a condução das audiências públicas privilegia as lideranças políticas com mandato político-eleitoral. As representações das sociedades só conseguem se manifestar precariamente e têm pouco tempo de fala. Além disso, não há retorno ou/e parecer com os motivos da aceitação ou rejeição das contribuições.

É fato que a metodologia das audiências públicas organizadas pela CMO precisa ser aperfeiçoada. Considerando que a LDO 2011 prevê a possibilidade de participação, a sugestão para o aperfeiçoamento é seguir a intenção constante do Estatuto das Cidades, que condiciona a aprovação das leis orçamentárias à prévia realização de audiências.

Não há argumento político nem jurídico para privar a população de conhecer o destino das despesas. O Brasil precisa ter coragem de aperfeiçoar o sistema democrático. Ouvir a população não significa abdicar da primazia administrativa ou legislativa garantidos pela Constituição. Pelo contrário, é um gesto democrático pelo qual os Poderes se apropriam de idéias visando subsidiar suas decisões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1558 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2572 - José Nery

EMENDA

25720013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º, § 3º - O programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres não será considerado na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

JUSTIFICATIVA

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, muitas vezes praticado por seus maridos e companheiros. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência no Brasil. Dados da USP/OMS (2001) apontam que em média 30% das mulheres da Grande São Paulo e da Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiros ou ex-parceiros; e que 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos.

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), exigindo do Poder Público a criação, a manutenção e a gestão de serviços públicos de prevenção e combate à violência doméstica. No entanto, grande parte dos recursos destinados ao programa 0156 - Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher foram contingenciados, limitando fortemente a implantação dos serviços previstos em Lei: mais da metade dos 764 serviços (casas-abrigo, Delegacias Especializadas, Centros de Referência Especializados etc.) ainda precisam ser criados e apoiados, e mais de 100 mil profissionais necessitam de capacitação para que possam oferecer atendimento qualificado às vítimas. O cumprimento dessas metas até 2011 é um compromisso expresso no Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Para que tais metas sejam cumpridas, é preciso proteger o programa 0156 do contingenciamento, viabilizando assim a integral execução de seus recursos e a garantia, até 2011, da oferta de mais serviços e profissionais capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1559 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620001

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F49 Construção de Trecho Rodoviário - Porto de Campinho - Município de Cocos - na BR-030 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	150
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-030 - Trecho Porto de Campinho - Município de Cocos - no Estado da Bahia, contemplando o trecho Carinhanha/Feira da Mata/Côcos, jno Estado da Bahia, desde a Divisa do DF.

A BR-030 é uma Rodovia Federal radial do Brasil. Seu ponto inicial fica na cidade de Brasília (DF), e o final, em Maraú. Passa pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia.

A rodovia apresenta, ainda, vários trechos não construídos em Minas Gerais e na Bahia, onde o trecho compreendido entre Mirante (BA) e Boa Nova (BA), passando pela BR-116 é inexistente. Já o trecho final, entre Aurelino Leal e Barra Grande encontra-se em fase de implantação.

À altura de Caetitê liga-se à BR-430, que vai até Barreiras e à BR-122.[1]

Serve ainda, dentre outras, às seguintes cidades:

Formosa (GO) (faz intersecção com a BR-020)

Burititis (MG)

Montalvânia (MG)

Carinhanha (BA)

Feira da Mata (BA)

Côcos (BA)

Guanambi (BA)

Brumado (BA)

Ubaitaba (BA)

Sua extensão é de 1158,0 Km (incluídos os trechos não construídos).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1560 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620002

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F50 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	200
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nas fluxos de transporte, no trecho Divisa DF/BA passando pelos municípios de Jaborandi/Côcos/Coribe, no Estado da Bahia, na BR 135 trecho Divisa PI/BA - Divisa BA/MG, no Estado da Bahia. Esta obra teve seu início em 1987. Portanto há há mais de 22 anos que a Rodovia aguarda o asfalto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1561 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620003

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F48 Construção de Trecho Rodoviário - Barreiras - Divisa BA/PI - na BR-020 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	250
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-020, trecho Barreiras - Divisa BA/PI - no Estado da Bahia, passando pelo município de Buritirama Divisa com Piauí, no Estado da Bahia.
A BR-020 é uma rodovia federal radial do Brasil. Seu ponto inicial fica na cidade de Brasília (Distrito Federal), e o final, em Fortaleza (Ceará). Passa pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Bahia, Piauí e Ceará.

A rodovia apresenta, ainda, um trecho não asfaltado na Bahia, entre o Km 327 que vai de Riachão das Neves à Buritirama, no Estado da Bahia e a divisa até estado do Piauí.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1562 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620004

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	5
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infra-estrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará os demais, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística. Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana e outros município no estado da Bahia, passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1563 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3262 - José Rocha****EMENDA****32620005****PROGRAMA**

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1564 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 95

TEXTO PROPOSTO

Acrescenta-se ao artigo 95 os seguintes incisos:

VII - A observância do contraditório e da ampla defesa em favor das partes do contrato;
VIII - a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, inclusive enquanto perdurar a paralisação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda acrescenta dois incisos que tratam, respectivamente, dos princípios constitucionalmente assegurados da ampla defesa e do contraditório e do princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nenhum ato oriundo do Estado que possa repercutir numa avença administrativa pode ser praticado sem atenção a esses preceitos.

O artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, garante aos particulares, em qualquer processo, seja ele administrativo ou judicial, o respeito ao contraditório e a ampla defesa, consubstanciados esses na faculdade de resposta às imputações recebidas pelo sujeito de direito e na utilização de todos os meios de defesa em Direito admitidos. A inclusão deste inciso VII deve possibilitar ao contratado (ou mesmo à entidade pública contratante, dependendo do caso), face ao órgão emanador da ordem de paralisação, a garantia de que não haja uma arbitrariedade ou uma decisão baseada em elementos técnicos equivocados, capazes de ensejar a suspensão da avença. Muitas vezes, o entendimento insuficiente da situação do contrato leva o Órgão de Controle ao juízo errôneo acerca dos fatos. Não raramente, a apreciação das razões das partes envolvidas elucida dúvidas e fazem afastar equívocos sobre a legalidade do contrato. Com efeito, proferir decisões que afetam os administrados sem lhes garantir uma oportunidade de manifestação prévia praticamente nulifica qualquer ação administrativa porquanto eivada de patente vício de constitucionalidade.

Já em relação à inclusão do inciso VIII, referente ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, trata-se de fazer constar aspecto fundamental e inafastável da relação entre particular contratado e Estado, que se exprime na relação de fato existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular em decorrência da avença e a remuneração que lhe é devida.

Previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em seu art. 65, II, "d"; art. 65, §5º e art. 65, §6º, tais dispositivos são absolutamente claros ao ordenar a preservação da proposta do particular apresentada no certame licitatório, em qualquer circunstância. Assim sendo, a inclusão deste inciso garantiria ao particular a compensação dos ônus decorrentes da paralisação de seu contrato, e, por consequência, o restabelecimento do seu equilíbrio econômico-financeiro constitucionalmente assegurado, deixando claro que a observância dessa regra tem que se dar inclusive concomitantemente à paralisação, o que impede, por óbvio, práticas consideradas inconstitucionais como a paralisação total dos pagamentos ou qualquer outra espécie de remuneração insuficiente dos encargos assumidos pelo particular.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1565 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3262 - José Rocha****EMENDA****32620007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1566 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620007

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1567 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3262 - José Rocha	32620008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1568 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3262 - José Rocha****EMENDA****32620009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1569 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3262 - José Rocha

EMENDA
32620010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1570 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2182 - José Sarney****EMENDA****21820001****PROGRAMA**

1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA

AÇÃO

7I09 Construção de Muro de Arrimo - Trecho Macapá-Santana - No Estado do Amapá

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a execução da obra de construção do muro de arrimo beneficiando os municípios de Macapá e Santana no Estado do Amapá.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1571 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2182 - José Sarney****EMENDA****21820002****PROGRAMA**

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

126R Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

33

JUSTIFICATIVA

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque reflete a importância da cooperação entre o Brasil e a França na área de fronteira comum. Essa cooperação transfronteiriça fica bem ilustrada pelo fato da França ter com o Brasil sua maior fronteira terrestre: quase 700 Km. A construção da ponte sobre o rio Oiapoque transcende a questão da circulação de pessoas na área fronteira haja vista que, com sua efetivação será incrementado o comércio bilateral entre o Brasil e a Guiana Francesa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1572 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2182 - José Sarney	21820003

PROGRAMA

0643 Calha Norte

AÇÃO

7H49 Construção de Ponte Sobre o Rio Matapi, entre Mazagão e Santana - AP

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente emenda, além de alterar a meta referenciada, é demonstrar a necessidade de que a construção da presente obra torna-se primordial para a interligação entre os municípios de Mazagão e Santana o que proporcionará maior desenvolvimento para a região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1573 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2182 - José Sarney****EMENDA****21820004****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

7H70 Construção do Museu do Tumucumaque - no Estado do Amapá

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade construída (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a Construção do Museu do Tumucumaque no Estado do Amapá.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1574 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2182 - José Sarney****EMENDA****21820005****PROGRAMA**

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

202J Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-156 - no Estado do Amapá

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

72

JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se face à necessidade de acelerar o processo de obras de manutenção em trechos da BR-156, tendo em vista o ciclo das chuvas da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1575 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3265 - Jovair Arantes	32650001

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

3768 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Entroncamento BR-153 - na BR-060 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)

50

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a inclusão desta importante obra no quadro de metas da referida lei visto que a garantia da execução deste projeto é de fundamental importância para a integração do Estado de Goiás com as demais regiões do país. Trata-se de obra de fundamental importância para desenvolvimento do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1576 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3265 - Jovair Arantes	32650002

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7N11 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/TO - Itumbiara - na BR-153 - No Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)

60

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda apresentada ao projeto de Lei N. 004/2010 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências objetiva a inclusão desta importante obra no quadro de metas da referida lei visto que a garantia da execução deste projeto é de fundamental importância para a integração do Estado de Goiás com as demais regiões do país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1577 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3265 - Jovair Arantes	32650003

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7I40 Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

300

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a inclusão desta importante obra no quadro de metas da referida lei, visando garantir a plena execução deste projeto que é estrutural não só para o estado de Goiás, bem como também para o Região Centro-Oeste, por tratar-se de importante via de ligação entre os Estados que compõe a referida região.

Com um fluxo de veículos elevado, sobremaneira os de carga, se faz urgente e premente a viabilidade da plena execução do projeto de adequação do trecho em questão, o que terá como resultante maior segurança na trafegabilidade, conforto aos milhões de usuários que por ano trafegam por esta rodovia e agilidade no transporte de grande parte da riqueza da região e por conseguinte do país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1578 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3265 - Jovair Arantes	32650004

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7N12 Adequação de Trecho Rodoviário - Niquelândia - Anápolis - na BR-414 - No Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a inclusão desta importante obra no quadro de metas da referida lei visto que a garantia da execução deste projeto é de fundamental importância para a integração do Estado de Goiás com as demais regiões do país. Trata-se de obra de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado de Goiás.

Com um fluxo de veículos elevado, sobremaneira os de carga, se faz urgente e premente a viabilidade da plena execução do projeto de adequação do trecho em questão, o que terá como resultante maior segurança na trafegabilidade, conforto aos milhões de usuários que por ano trafegam por esta rodovia e agilidade no transporte de grande parte da riqueza da região e por conseguinte do país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1579 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3265 - Jovair Arantes****EMENDA****32650005****PROGRAMA**

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7I86 Construção de Ponte sobre o Rio Paranaíba - na BR-153 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um importante projeto de integração que é a execução das obras de Construção da ponte na BR-153/GO - Divisa GO/MG - No Estado de Goiás. Faz-se importante ressaltar, Senhor relator, que esta ponte, importante via de ligação entre os diversos entes federativos que compõe a região centro-oeste necessita com urgência de melhorias em sua capacidade de tráfego, o que consequentemente proporcionará aos seus milhares de usuários maior conforto, comodidade, segurança e rapidez, bem como se firmará como importante opção de escoamento na produção agro-industrial da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1580 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3265 - Jovair Arantes****EMENDA****32650006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 40 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º As celebrações de convênios e contratos de repasse da União com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios não serão objetos de limitação de valores.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender Estados e Municípios, tendo em vista que o executivo tem limitado os convênios e contratos no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A proposição é no sentido de vedar a limitação para a celebração de contratos e convênios de repasse da União com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Assim buscamos atender o maior número possível de entes federados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1581 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3265 - Jovair Arantes****EMENDA****32650007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, as despesas com a função irrigação, nos termos do Art. 42 do ADCT, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa o cumprimento do Art. 42 do ADCT que determina: Art. 42 - Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: I - vinte por cento na Região Centro-Oeste; II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido. Ocorre que reiteradamente o Poder Executivo ao enviar os Projetos de Lei Orçamentária tem desrespeitado esse preceito constitucional, vale lembrar também que o Tribunal de Contas da União, ao analisar as contas do Poder Executivo, tem consignado de forma reiterada ressalvas quanto a não aplicação dos recursos na sub-função Irrigação na região Centro-Oeste, determinados pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, para que não haja omissão de ordem constitucional no Projeto de Lei Orçamentária da União para 2011, sugerimos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 inclua esse dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1582 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3265 - Jovair Arantes	32650008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

65. Recursos Destinados à Irrigação (art. 42 do ADCT).

JUSTIFICATIVA

O art. 42, da Constituição Federal, estabelece:

Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.

Em função da importância que os dispêndios federais em irrigação têm no desenvolvimento do Brasil, em particular nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, faz-se necessário isentar as ações vinculadas à Irrigação, no âmbito do Poder Executivo, de qualquer possibilidade de restrição orçamentária e financeira, via contingenciamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1583 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3265 - Jovair Arantes****EMENDA****32650009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa à supressão do dispositivo que impede reajuste justo e adequado para os benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica dos servidores públicos. A concessão desses auxílios foi um grande avanço em termos de benefícios, pois surgiu com a intenção de assegurar, ao servidor e a sua família, um padrão mínimo de alimentação, educação e saúde.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1584 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460001

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

1N47 Construção de Navios-Patrolha Oceânicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Navio construído (unidade)	1
----------------------------	---

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões demandam maior aporte de Navios-Patrolha a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de

exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção; patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar; missões de fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

A não alocação de recursos para as referidas metas resultarão em postergação do prazo de construção dos Navios-Patrolha (NPA) de 500 toneladas, já em construção, gerando, por conseguinte, prejuízos na efetividade das atividades realizadas pela Marinha, no que concerne à coordenação de atividades que resultam em ampliação da vigilância/controle da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental brasileira, fontes de incontáveis recursos naturais e que, em razão de sua amplitude, apresenta-se suscetível às denominadas novas ameaças, os crimes transnacionais (contrabando, tráfico de drogas e de armas), o terrorismo, os crimes ambientais e a pesca irregular. Além disso, releva frisar que o não cumprimento das metas programadas também implicarão em prejuízos às atividades de patrulha naval e inspeção naval já que, devido a sua grande mobilidade, os Navios-Patrolha podem ser empregados nas ações de Salvaguarda de Vida Humana no Mar e até mesmo em reboque de outros navios, de tonelagem similar à sua, e em apoio à operações de mergulho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1585 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460002****PROGRAMA**

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1586 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460003****PROGRAMA**

0626 Reparcelamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123I Construção de Submarinos Convencionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123I compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1587 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460004
PROGRAMA	
0629 Tecnologia de Uso Naval	
AÇÃO	
1421 Construção do Protótipo de Reator Nuclear	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Protótipo construído (% de execução física)	9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa, que está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detém a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1588 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460004

JUSTIFICATIVA

uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta. Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo V da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1589 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460005

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123G Implantação do Estaleiro e Base naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Infra-estrutura implantada (% de execução física)	10
---	----

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos, compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1590 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º- A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais Anuais constante do Anexo III desta Lei.

§ 1º As empresas do Grupo PETROBRAS não serão consideradas na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2011, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei.

§ 3º As metas de superávits primários a serem cumpridas no exercício serão aquelas expressas em reais em decreto do Poder Executivo editado com base no relatório previsto no art. 70, § 4º, relativo ao quinto bimestre de 2011, equivalentes aos percentuais do PIB de que trata o "caput".

JUSTIFICATIVA

O estabelecimento de metas nominais com tanta antecedência não terá necessariamente efetividade para o objetivo que se pretende com a meta de resultado primário, qual seja, de redução ou manutenção da relação dívida pública como percentual do PIB. Valores definidos tão precocemente podem ser insuficientes para a manutenção dessa relação. Sugere-se que as metas continuem sendo estabelecidas em percentual do PIB. Ademais, transforma-se em meta nominal aquela equivalente aos percentuais do PIB, convertida segundo projeção vigente no momento do encaminhamento da 5ª avaliação orçamentária (divulgada em 20 de novembro de 2010). Desta forma, é garantida a economia necessária e a maior previsibilidade da meta nominal a ser alcançada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1591 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 3

TEXTO PROPOSTO

Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º desta Lei poderá ser aumentado ou reduzido, mediante justificativa que constará dos decretos a que se refere o art. 70, § 8º, até o equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do PIB, para, no caso de redução, o atendimento da execução financeira de despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento " PAC", cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, bem como nos restos a pagar de exercícios anteriores, com o identificador de Resultado Primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O objetivo é dar mais previsibilidade ao resultado a ser obtido em atendimento à meta fiscal estabelecida na LDO. Faz-se necessário, então, estabelecer margem de variação para o resultado a ser alcançado, de forma a acomodar acréscimos de despesas prioritárias de investimento no âmbito do PAC, sem, todavia, criar incerteza quanto ao verdadeiro resultado primário a ser atingido, dado o desconhecimento prévio do montante a ser abatido com o PAC.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1592 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

p) demonstrativo mensal indicando, no mês e acumulado no exercício até o mês, separadamente, a arrecadação de depósitos judiciais e de parcelamentos amparados por programas de recuperação fiscal da Receita Federal do Brasil; os montantes dessa arrecadação classificados por tributo; os valores, por tributo partilhado, entregues a estados e municípios, relativamente a parcelas não classificadas; e os valores, por tributo partilhado, entregues a estados e municípios em caráter definitivo.

JUSTIFICATIVA

Estados e municípios obtêm, pela entrega da União, sua parcela constitucional em multas, juros e em receitas da dívida ativa. Receitas de depósitos judiciais e de ingressos mensais de parcelamentos são de mais difícil acompanhamento no que tange a esses repasses, pois dependem de prévia classificação por tributo, para posterior repartição definitiva. Os diversos Refis vêm ganhando importância inclusive entre grandes empresas. Não obstante o empenho dos órgãos envolvidos, persiste a dificuldade em se fazer o acompanhamento dos valores devidos e entregues a estados e municípios por meio do Siafi ou de outros sistema informatizado. Esta emenda melhora a transparência e assegura o acompanhamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1593 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XII Alinea a Item 5

TEXTO PROPOSTO

5. Receita de dividendos, discriminada por empresa, com a arrecadação estimada e a realizada nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e a estimada para 2011, indicando data de recolhimento, forma de pagamento, bem como os valores recolhidos a título de adiantamento, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhar à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, em 30 de setembro e em 30 de novembro de 2010, demonstrativo atualizado dessa receita;

JUSTIFICATIVA

Restabelece documento a ser encaminhado ao Congresso como parte das Informações Complementares: Demonstrativo da receita de dividendos das empresas estatais, desde 2008 e a estimada para 2011. Dispositivo foi vetado na LDO 2010 e representa importante instrumento para acompanhamento, pelo Congresso, da atuação e desempenho das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1594 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXXIII

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - demonstrativo atualizado da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado de que trata o Anexo IV.7 desta Lei, em observância ao disposto no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar no 101, de 2000; e

JUSTIFICATIVA

Restabelece demonstrativo das Informações Complementares, vetado na LDO 2010, relativo à margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1595 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXXIII

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - demonstrativo atualizado da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, discriminando, inclusive com metodologia de cálculo, cada imposto e contribuição em que haja estimativa de aumento permanente e todo aumento de despesa considerado na proposta, destacando aquele de natureza continuada.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo visa sanar os problemas que persistem relativos à margem de expansão das despesas de duração continuada (interpretação dos dispositivos da LRF, utilidade do demonstrativo e destino do saldo), exigindo sua atualização na proposta orçamentária e ditando conteúdo mínimo desse demonstrativo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1596 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1597 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Mantida a meta de superávit primário para o setor público consolidado estabelecida no caput deste artigo, a parcela referente aos Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser reduzida em até 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB, desde que essa redução seja destinada para investimentos.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que permite destinar a investimentos parcela superavit de Estados e Municípios até o limite de 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1598 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE NO ART. 2º DO PLDO/2011 O SEGUINTE PARÁGRAFO:

§ 3º Para fins da obtenção da meta fixada no caput deste artigo para o Programa de Dispêndios Globais, as proposições legislativas relativas às empresas nele incluídas submetem-se ao disposto no art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A emenda exige que as proposições em tramitação no Congresso Nacional que afetem o Programa de Dispêndios Globais, custeio, essencialmente pessoal, também submetam-se às restrições de natureza fiscal a que estão constritas as proposições com impacto orçamentário e financeiro da União. Assim, a medida tem caráter de controle e permitirá avaliar previamente a observância do resultado fiscal fixado pela LDO/2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1599 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 7 Parágrafo 7 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas

JUSTIFICATIVA

A emenda visa aprimorar a redação do dispositivo referente à definição de modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas. Ocorre que a redação do inciso II prevê tão-somente a transferência a entidades privadas sem fins lucrativos, que é a situação da grande maioria das entidades beneficiadas, mas deixa de contemplar transferências realizadas a entidades com fins lucrativos (modalidade 60, utilizada para as subvenções econômicas previstas no art. 18 da Lei nº 4.320/64).

Portanto, a presente emenda visa apenas aprimorar a redação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1600 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 12 Inciso XX

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao inciso XX do art. 12 a seguinte redação:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XX - ao pagamento de contribuições e de anuidades a Organismos Internacionais, bem como à realização de doações a tais entidades, que deverão ser sempre nominalmente identificadas na Lei Orçamentária;

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de conferir transparência à realização de contribuições, pagamento de anuidades e doações a organismos internacionais. Tendo em vista se tratar de despesas que não importam contraprestação em bens e serviços, é fundamental que o Congresso Nacional tenha a possibilidade de apreciar o montante a ser destinado a tais finalidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1601 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

XXIV - à concessão de ajuda e doações a países estrangeiros, que deverão ser nominalmente identificadas na Lei Orçamentária;

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de conferir transparência à realização de ajuda a países estrangeiros. Tendo em vista se tratar de despesas que não importam contraprestação em bens e serviços, é fundamental que o Congresso Nacional tenha a possibilidade de apreciar o montante a ser destinado a tais finalidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1602 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460018**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XXI ao art. 12:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XXIV - ao atendimento das despesas previstas no §1º do art. 20 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de aprimorar o dispositivo, uma vez que o §1º do art. 20 já exige que a dotação esteja prevista em categoria de programação específica. Porém, tais despesas não se encontram elencadas no art. 12



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1603 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 13 do PLDO a seguinte redação:

Art. 13. (...)

§1º (...)

III - para atender expansão de despesa obrigatória de caráter continuado e para compensar medida de desoneração de receita não considerada na estimativa do projeto de lei orçamentária.
(...)

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita, considerada como despesa primária para efeito da apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 2o deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2011, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Congresso Nacional.

§ 4º As proposições mencionadas no § 3º deste artigo, independente de sua autoria, deverão ter demonstrada previamente sua compatibilidade com a legislação financeira correlata, em especial com o Plano Plurianual e com esta Lei.

§ 5º A apropriação da reserva constituída nos termos deste artigo observará critérios previamente fixados pelo órgão mencionado no § 3º deste artigo, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

A emenda acima propõe a concretização dos institutos fixados pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, que exige demonstração da neutralidade fiscal das proposições que gerem gastos tributários ou despesas obrigatórias continuadas, nos termos de seus arts. 14 e 17, respectivamente. Como é consabido, as proposições de iniciativa parlamentar encontram dificuldades para apresentar tal neutralidade em razão da ausência de iniciativa financeiro-orçamentária por força constitucional.

Dessa forma, como forma de viabilizar a adequação de proposições que tenham seu mérito acolhido previamente pelas comissões permanentes temáticas, propõe-se a fixação, desde já na LDO, de dispositivo que determine a constituição de reserva de recursos para fazer face à escassez de recursos que sirvam de compensação para proposições que tenham impacto e tramitem pelo Congresso Nacional.

A proposta orçamentária consignará recursos, no montante mínimo de um por cento da receita corrente líquida destinados à constituição de reserva da margem de expansão das despesas obrigatórias continuadas, a serem apropriadas durante o exercício financeiro de 2011 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, conforme critérios previamente fixados pelo órgão técnico legislativo e que assegurem tratamento equânime a todas as proposições que se apresentem com seu impacto devidamente estimado e demonstrem compatibilidade com a legislação financeira correlata.

Ressaltamos que a reserva aqui propugnada, apesar de motivo de veto presidencial na LDO/2009, foi motivo de emenda da Comissão de Finanças e Tributação no processo orçamentário de 2009 e foi utilizada em 2009, com a compensação por meio de apropriação de crédito orçamentário com dotação para reserva específica destinada à desoneração de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1604 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460019

JUSTIFICATIVA

receitas, constante da Lei Orçamentária para 2009. A dotação da reserva destinou-se à adequação do Projeto de Lei nº 3.795/04, que "institui bolsa de estudos, denominada "bolsa-estágio", com o objetivo de apoiar estudantes do ensino superior, tendo como contrapartida a prestação de serviços destes, como estagiários" com seu apensado PL 4584/04 tendo impacto orçamentário e financeiro estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 54 milhões em 2009. A proposição foi considerada compatível e adequada pela CFT em reunião de 16.12.2009, e hoje encontra-se em tramitação na CCJC/CD.

Todavia, como já mencionado, dispositivo semelhante já motivo de veto presidencial nas duas últimas LDOs sob o argumento de que :

O art. 17 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece as condições necessárias para que se promova a criação e/ou expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Em função desse dispositivo legal, o Poder Executivo encaminha anualmente, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, um anexo contendo o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias.

Dessa forma, o Projeto de Lei Orçamentária para 2010 já deverá conter todas as estimativas de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e as renúncias de receita aprovadas até o dia 31 de agosto de 2009. Não há como considerar expectativas de expansão, excetuadas aquelas definidas na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, como a garantia de recursos para cobertura de despesas influenciadas pelo salário mínimo.

O objetivo dos dispositivos seria possibilitar ao órgão colegiado legislativo permanente utilizar essa reserva para garantir a adequação das propostas de expansão para as despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita em termos de equilíbrio fiscal. Ocorre que esta previsão na Lei Orçamentária não é suficiente para atender plenamente os dispositivos da LRF, que exigem, também, a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, itens não abarcados pelo texto do projeto de lei.

Ademais, pela redação dada ao § 4º do art. 13, essa reserva só poderia ser utilizada pelo Poder Legislativo, caracterizando uma diferenciação no tratamento entre os Poderes, no que tange à observação do disposto no art. 17 da LRF.

O veto presidencial repete exatamente os mesmos argumentos opostos quando dos vetos à LDO/2009. A reiterada recusa do Poder Executivo em conciliar o processo orçamentário com o legislativo permanente, na busca de mecanismos que assegurem concomitantemente o equilíbrio fiscal e a iniciativa parlamentar constitucionalmente assegurada, demonstra sua resistência à participação do Poder Legislativo na formulação de políticas públicas de longo prazo que tenham impacto orçamentário-financeiro significativo.

As exigências formuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, insitas nos arts. 14, 17 e 24, de compensação específica, tópica, no próprio texto legal, significou ao Poder Legislativo a quase impossibilidade de editar leis que aumentem despesas obrigatórias ou que impliquem renúncia de receita, vez que não dispõe de meios para indicar fontes compensatórias próprias. Em vista dessa dificuldade, foi proposta a criação de reserva que viesse a viabilizar, ainda que de forma tímida, a atuação legislativa, sem comprometer o necessário regime da responsabilidade fiscal.

Os mecanismos de compensação introduzidos pela LRF, nos artigos 14, 17 e 24, mostram que as medidas de compensação devem constar do mesmo ato que cria ou aumenta a despesa. Com esse desiderato, o Governo geralmente indica, genericamente, como fonte o crescimento de arrecadação ou a margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, abstando-se da indicação de medidas concretas e específicas, a exemplo da edição da legislação que reduza a despesa obrigatória permanente.

Ressalte-se que a alocação dos recursos que compõem a reserva não implica discriminação de proposições em face de sua origem. Inexiste qualquer preceito nos dispositivos vetados que permitam tal interpretação. O diploma restringe-se a indicar a competência de órgão legislativo para apropriar os recursos durante o processo legislativo ordinário. Assim, a nova proposta explícita que a escolha da proposição beneficiada com a compensação independe de sua autoria.

Assim, a formação de reserva para fins de compensação de proposições que afetem o equilíbrio fiscal, já na lei orçamentária anual, permitiria compatibilizar a necessidade



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1605 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460019

JUSTIFICATIVA

desse equilíbrio com nossa cultura político-legislativa, adequando e compatibilizando proposições originárias de todos o Poderes e não só do Legislativo, como afirmado nas razões do veto. Medida realista, equânime e coerente com o regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1606 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460020

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

Art. 13. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5o da Lei Complementar no 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2010 a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e na Lei a 1% (um por cento), sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

§ 1o Não será considerada, para os efeitos do caput deste artigo, a eventual reserva:

I - à conta de receitas próprias e vinculadas;

II - para atender programação ou necessidade específica;

III - para atender expansão de despesa obrigatória de caráter continuado e para compensar medida de desoneração de receita não considerada na estimativa do projeto de lei orçamentária.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 3º deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2010, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, conforme critérios previamente fixados por esse órgão, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir dispositivo na LDO 2011 para a constituição de reserva, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita. Dispositivo com tal propósito constou do Autógrafo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1607 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea o

TEXTO PROPOSTO

p) demonstrativo, atualizado mensalmente, da arrecadação de depósitos judiciais ao amparo da Lei 12.099, de 2009, e do parcelamento de que trata a Lei 11.941, de 2009, discriminados por tipo de tributo, acompanhado do montante repassado aos Estados e Municípios, em decorrência de tributos partilhados.

JUSTIFICATIVA

As duas leis sancionadas em 2009 trouxeram ingresso significativo de recursos para a União. Parte considerável pertence aos estados e municípios, porém não vem sendo compartilhada tempestivamente. A divulgação dos montantes arrecadados e do total repassado aos demais entes da Federação dará publicidade à informação e permitirá que o Congresso exerça seu papel de fiscalização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1608 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460022**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 (...)

§5º Fica vedado o pagamento integral de despesas de convênios ou contratos relacionadas a assistência médica ou odontológica de agente público federal, seus dependentes e pensionistas.

JUSTIFICATIVA

Segundo dispõe a Lei 8.112/90, a assistência à saúde pode ser prestada de três formas. Por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Na última hipótese, por se tratar de convênio ou contratos, deve haver naturalmente a participação do agente no total da despesa, não se justificando que a União arque com a integralidade dos gastos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1609 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

§ n° A despesa empenhada no exercício de 2011 relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2010, excluindo-se, na apuração de ambos os exercícios, as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento à segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e as voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que visa limitar despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1610 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460024

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 20, inciso III a seguinte redação:

Art. 20 (...)

III - aquisição de automóveis de representação, especiais e de transporte institucional

JUSTIFICATIVA

Desde as primeiras LDOs tem sido prática o controle de gastos com construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais; aquisição, locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais; bem como com aquisição de automóveis de representação. Segundo a LDO para 2010, a realização de tais gastos é em regra vedada (art. 21, III). Porém a vedação não se aplica no caso de ser encaminhada a proposta de gasto de forma identificada e discriminada em categorias de programação na Lei Orçamentária (inciso II do §1º do art. 21 da LDO 2010). Na prática, portanto, o que se exige é que tais autorizações de gastos sejam submetidas ao Congresso Nacional. Especificamente sobre automóveis oficiais, dispõe o art. 6º da Lei nº 1.081, de 1950, que: "os automóveis destinados ao serviço público federal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei, serão dos tipos mais econômicos e não se permitirá a aquisição de carros de luxo, salvo na hipótese dos carros destinados à Presidência e Vice-Presidência da República, Presidência do Senado Federal, Presidência da Câmara da Deputados, Presidência do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado." Portanto, segundo a citada Lei, existiriam apenas dois tipos de veículos: os econômicos e os de luxo. Todavia, nos termos do Decreto nº 6.403, de 2008, os veículos oficiais sujeitam-se hoje a cinco classificações: a) de representação; b) especiais; c) de transporte institucional; d) de serviços comuns; e e) de serviços especiais. Os veículos especiais destinam-se a atendimento de necessidades dos ex-Presidentes da República, a atividades peculiares do Ministério das Relações Exteriores e a Comandos Militares. Por sua vez, os de transporte institucional alcançam cargos de natureza especial, dirigentes, grupo DAS, chefes de gabinete, titulares dos órgãos e familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nas categorias de serviços comuns e especializados, os veículos destinam-se a transporte de material; transporte de pessoal a serviço; segurança pública; saúde pública; fiscalização; segurança nacional; e coleta de dados. Entretanto, a LDO ao tratar da aquisição de veículos de representação ressalva a aquisição de veículos que nem sempre são dessa categoria, como ocorre com: Cerimonial do serviço diplomático (alínea g do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); representações diplomáticas no exterior (alínea h do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Procurador-Geral da República (alínea e do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Presidentes dos Tribunais Superiores (alínea b do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO). Portanto, mostra-se oportuno e conveniente ajustar a redação do dispositivo de forma a adequá-lo à atual realidade, contemplando tanto os veículos de representação quanto os especiais e de transporte institucional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1611 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460025**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Inciso XII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XIII ao art. 20 e o seguinte inciso X ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20 (...)

XIII - Pagamento, a qualquer título, de assistência médica e odontológica de quem não perceba remuneração, provento e/ou pensão pagos pela Administração Pública Federal, ressalvado o caso de dependentes legais de agentes públicos federais.

§1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

X - No inciso XIII do caput deste artigo, quando prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda que visa coibir a concessão de benefícios a quem não pertence aos quadros da União.

Nos termos do art. 230 da Lei nº 8.112/90, a assistência a saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Portanto, ressalvada utilização dos serviços ofertados pelo SUS, não se justifica que o Governo Federal arque com despesas médicas ou odontológicas de quem não ostenta relação direta de trabalho com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1612 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460026

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20. (...)
(...)

§ 1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

JUSTIFICATIVA

Como regra geral, desde 1990, as LDOs vêm sistematicamente estabelecendo vedações à destinação de recursos públicos para determinadas finalidades. Todavia, considerando a existência de situações concretas, que excepcionalmente podem exigir a realização dessas despesas, a LDO também contém dispositivo que afasta tais vedações. Na prática, a LDO estabelece a vedação, mas prevê situações excepcionais para sua realização. . Por isso a despesa deve se enquadrar em uma das exceções legais e se encontrar identificada e discriminada em categoria de programação específica no Orçamento. Ocorre que o PLDO 2011 (art. 20, §1º) propõe nova redação ao dispositivo que afasta a apreciação ex-ante do Parlamento sobre tais despesas, uma vez que não precisarão constar de forma discriminada na peça orçamentária (art. 20, §1º, do PLDO 2011). A presente emenda visa resgatar a redação anterior e manter a possibilidade de análise pelo Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1613 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460027**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso V Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Referida proibição consta desde a primeira LDO sancionada no Brasil (Lei nº 7.800, de 1989). As únicas ressalvas criadas, também em 1989 e mantidas até hoje, dizem respeito a creches e ensino pré-escolar.

Todavia, o PLDO 2011 pretende ampliar tais exceções para alcançar também a "capacitação de servidores públicos".

Associações de servidores congregam exatamente os indivíduos que integram determinada categoria e que exercem determinada atividade; portanto, é natural, e até esperado, que tais entidades disponham de pessoal habilitado para ministrar cursos de treinamento e de capacitação para exercício exatamente na respectiva atividade da categoria, mas essa situação de forma alguma autoriza a quebra de princípios constitucionais e legais.

De fato, não se pode esquecer que o dispositivo original, previsto desde a primeira LDO, teve o intuito de afastar qualquer possibilidade de privilégios a associações de servidores, empregados e agentes públicos. Afinal, a decisão de realizar treinamentos e de autorizar a liberação de recursos cabe exatamente a um servidor também representado por tais associações.

Dessa forma, antes de tudo, o dispositivo atende aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Além disso, o simples fato de a entidade representar a categoria não pode servir de justificativa para repassar a tais entidades a tarefa de promover a capacitação técnica dos servidores do órgão. Cabe aos administradores públicos promoverem e estimularem essa capacitação, mas sempre por meio do devido processo licitatório sempre com ampla divulgação e participação de todas as entidades habilitadas.

De fato, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), em seu art. 13, inciso, VI, dispõe que "para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal".

Não menos importante é mencionar a existência de diversos dispositivos na LDO que vedam o pagamento de servidores federais pela prestação de serviços (art. 20, VIII e X, do PLDO 2011). Entretanto, ao se destinar recursos a associações de servidores para realização de cursos de capacitação desses mesmos servidores, estar-se-á indiretamente destinando recursos para tal finalidade, uma vez que naturalmente haverá remuneração dos instrutores.

Em síntese, tais entidades nasceram para representar e para defender interesses de servidores, não podendo, e não devendo, o governo federal estimular distorções na atividade das associações ou o aparecimento de privilégios por meio da destinação de recursos federais.

Portanto, a emenda atende princípios constitucionais e legais e visa manter a redação que já vem prevalecendo nas LDOs das últimas décadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1614 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
1246 - Júlio Cesar

EMENDA
12460028

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea b

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, portanto, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de determinados serviços de interesse da União.

Entretanto, o Art. 20, §1º, VI, "b", ressalva as organizações sociais ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia da citada regra do art. 20, VIII. Em que pese a importância dessas entidades, a flexibilização acaba permitindo que servidores e empregados públicos, já remunerados pelo governo federal, venham a perceber novos pagamentos realizados por tais entidades para realização de serviços solicitados pela própria Administração Federal; ou seja, de fato, a União é levada a pagar duas vezes seus servidores, uma como remuneração e outra como repasse de ajustes para serviços de consultoria; com o agravante de que neste último caso os pagamentos não se subordinam às regras e limites constitucionais.

Portanto, a vedação busca evitar que a Administração venha a realizar novas despesas para prestação de serviços de assistência técnica e consultoria, quando já conta em seus quadros com pessoal habilitado para execução dessas atividades. Deve-se mencionar que a legislação ordinária dispõe de institutos como a cessão de pessoal, a designação para cargo comissionado temporário e até a concessão de gratificações para desenvolvimento de pesquisas para viabilizar a prestação de tais serviços.

Ressalte-se ainda que a tais situações não se aplicam os casos de cumulação autorizada pela constituição (como a de dois cargos de técnicos). De fato, ao ser contratado pela entidade - mesmo que temporariamente -, o servidor não está ocupando novo cargo público, não sendo beneficiado ou prejudicado pelas previsões constitucionais afetas a cumulação. Outros dois aspectos também dizem contra a manutenção de tal dispositivo. O primeiro refere-se a uma avaliação política quanto a re-remunerar servidores federais; o outro, diz respeito à norma que deve regular tal situação.

De fato, mostra-se fundamental avaliar a existência de interesse público em re-remunerar servidores federais pela prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica à própria União, mesmo que por meio de entidades privadas como as organizações sociais. Aparentemente, não se mostra em conformidade com os princípios administrativos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a União contratar uma entidade privada, sabendo que esta mesma entidade contrata(rá) servidor público federal para desenvolvimento de serviços de consultoria e assistência técnica para a própria União. Todavia, mesmo em se constatando haver tal interesse, a LDO não é o normativo adequado para tal finalidade. A União conta com a Lei nº 8.112/90, que regula o regime jurídico dos servidores federais. Parece mais razoável criar gratificação específica, e em legislação permanente, para desenvolvimento de tais atividades no próprio sistema remuneratório da União. Em tal situação, ficaria a cargo do órgão de lotação do servidor averiguar a compatibilidade de horário e o interesse em ceder servidores para determinadas atividades a serem prestadas por organizações. A LDO, por sua vez, é lei anual que deve regular a elaboração do orçamento e estabelecer parâmetros para a realização dos gastos públicos.

Por fim, a ressalva prevista no art. 20, §1º, VI, "b" não atende à boa técnica legislativa. O mencionado artigo trata de vedações genéricas e abstratas que buscam regular e moralizar a realização de despesas públicas. Todavia, a referida ressalva se limita a identificar nominalmente entidades privadas (organizações sociais), sem estabelecer situações abstratas que autorizariam a realização dos mencionados pagamentos.

Por tais motivos propomos a supressão do dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1615 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460029**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 vem se repetindo nas LDOs dos últimos anos e tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, assim, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de serviços determinados.

No PLDO 2011 novamente o Poder Executivo propõe a inclusão de ressalva a tal vedação de forma a excepcionar também as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição, que trata das cumulações de cargos, cumulações essas constitucionalmente autorizadas.

As consultorias do Congresso Nacional, em Notas técnicas conjuntas de avaliação de projetos passados de diretrizes orçamentárias, já analisou o assunto que recebeu o seguinte tratamento:

"Não parece razoável a ressalva em questão, uma vez que cuida de matéria distinta da tratada no referido inciso. O art. 37, XVI, da CF trata especificamente da possibilidade de cumulação de "cargos" (de natureza permanente) na administração pública. Ou seja, excepciona cargos cuja natureza e importância tenham sido considerados como merecedores de tratamento distinto para efeito de ocupação simultânea e permanente por determinado profissional. Deve-se mencionar que, em se mantendo tal ressalva, um médico dos quadros da administração poderia ser eventualmente contratado para prestar serviços de consultoria, por exemplo, junto ao Ministério da Saúde, sob o argumento de que pode acumular cargos. Mas a possibilidade de acumular refere-se a dois cargos de médico strictu sensu." (Pág. 16 da Nota Técnica Conjunta 06/2005). Portanto, não há que se confundir a vedação tratada no dispositivo com a cumulação constitucional de "cargos" prevista no XVI do art. 37 da CF.

Deve-se ainda mencionar que, embora constante dos últimos projetos encaminhados pelo Executivo, o Congresso Nacional tem, reiteradamente, suprimido essa ressalva, em conformidade com os argumentos das notas técnicas retromencionadas. Ante o exposto, propomos que a redação original do dispositivo seja resgatada com a supressão da alínea "c".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1616 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460030

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VIII Alinea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Em 2004 foram aprovadas 04 (quatro) emendas ao PLDO com a finalidade de vedar a utilização de recursos destinados a convênios para pagamento de diárias e passagens a servidores públicos federais por meio de tais ajustes. Contudo, a alteração implementada em 2008 alterou significativamente tal intenção e pretendemos retornar a redação original pelos motivos que se seguem.

Deve-se mencionar que a possibilidade de utilização de recursos federais repassados por meio de convênios (e outros ajustes congêneres) a entidades privadas e órgãos públicos para pagamento de diárias e passagens contraria o disposto na legislação básica do serviço público.

Convênio é instrumento que visa a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art. 1º, §1º, I, do Decreto nº 6.170/2007). Portanto, no convênio, as partes desejam a mesma coisa: realizar conjuntamente uma ou várias operações comuns, e para consecução desses objetivos verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de know-how e outros. Para atender tais objetivos, prevê a legislação a possibilidade de cessão de pessoal para exercício em outros órgãos e entidades (art. 93 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.637/98).

Por sua vez, diárias e passagens visam cobrir gastos pelo afastamento eventual do servidor de sua sede para outro ponto do território (art. 58 da Lei nº 8.112/90). Ou seja, visa cobrir despesas do servidor no desempenho de suas atividades, não no cumprimento de determinações emanadas do órgão cessionário ou de entidades privadas. Nesse sentido, a redação original do dispositivo previa a utilização de recursos federais para pagamento dessa espécie de despesas tão-somente no caso de se tratar de indivíduos pertencentes aos quadros do conveniente (beneficiário) ou de ser a Administração Federal a beneficiária dos recursos transferidos.

Cabe ressaltar que diversos problemas com o pagamento de diárias e passagens de servidores realizados por intermédio de convênios firmados com pessoas de direito privado foram identificadas pelo TCU e pela CGU, dificultando o controle de gastos e ensejando, em alguns casos, a utilização de valores de diárias e passagens diferentes dos praticados pelos órgãos concedentes (pag. 32/33 do Relatório nº 174780, UCI 170971: Coordenação-Geral de Auditoria-DSSEG; Exercício: 2005; Processo nº: 08020.000748/2006-80; Unidade Auditada: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, da CGU).

Não menos importante é destacar que o retorno à antiga redação inserida pelo Congresso Nacional em 2004, e mantida até 2007, guarda conformidade com normativos da própria Secretaria do Tesouro Nacional. De fato, o tema é tratado pela Instrução Normativa nº 1/1997 (com alterações posteriores), que dispõe ser "vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam: (...) II - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica. (Redação alterada p/ IN nº 2/2002)".

No mesmo sentido, são ainda encontrados acórdãos do Tribunal de Contas da União, reforçando tal posição e vedando a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, de cláusulas ou condições que possibilitem o pagamento de despesas a título de administração, gerência ou similar (Acórdão 722/2003 - Plenário; Ata 23/2003 - Plenário, Sessão 18/06/2003, Aprovação 25/06/2003, DOU 30/06/2003).

Portanto, a ressalva prevista na alínea "c", VIII, §1º do art. 20 contraria o disposto na legislação básica do serviço público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1617 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460031**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Art. 25. Fica vedado o reajuste superior à atualização monetária, no exercício de 2011, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2010.

JUSTIFICATIVA

Cabe à LDO estabelecer parâmetros para os gastos públicos, e não congelar gastos referentes a despesas indenizatórias previstas em legislação especial (§1º do art. 22 da Lei nº 8.460/92).

Nesse sentido propõe-se que fique vedado aumento superior ao da atualização monetária do para o benefício de auxílio-alimentação ou refeição que tiver valor unitário superior ao valor médio da União.

Propõe-se ainda a supressão da vedação em relação às despesas com assistência médica e odontológica uma vez que se trata de gasto ajustado em função de contrato e/ou convênio, conforme regula o art. 230 da Lei nº 8.112/90. Ademais, não se pode afastar as peculiaridades inerentes a Cada Poder, que já seriam suficientes para justificar tratamentos distintos em relação a tais gastos, mormente em relação a utilização de médias unitárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1618 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460032**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 32. (...):

I - prestem atendimento direto ao público e gozem de isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, ou de legislação anterior, ou

JUSTIFICATIVA

A nova redação do art. 32 não prevê o atendimento direto ao público como requisito de recebimento de recursos públicos. A certificação prevista na Lei nº 12.101/2009 prevê situações em que a entidade não precisa atuar diretamente junto ao público, como no caso previsto no art. 11 da citada norma, que regula a substituição do atendimento pela realização de estudos, capacitação de pessoal etc.

Em que pese tais atividades serem suficientes para justificar a certificação como beneficentes de assistência social, não justificam a transferência de recursos, a título de subvenção social, sem a devida contraprestação em serviços.

Cumprir destacar que a exigência de atendimento direto é requisito presente nas LDOs desde 1994 e pressupõe a destinação de recursos federais a entidades que efetivamente atuem junto à população.

Além disso, entendemos que a isenção pressupõe a prévia certificação da entidade, mas exige o cumprimento de requisitos formais como a regularidade fiscal e contábil; além da não-distribuição de resultados da instituição. Tendo em vista tratar-se de destinação de recursos a fundo perdido, consideramos que sejam requisitos mínimos para recebimento de benefícios financeiros federais.

Por tais motivos propomos a nova redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1619 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460033**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

X - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999;

b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;

c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e

d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1620 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460034

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33

TEXTO PROPOSTO

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, que exerçam atividades em áreas diversas das previstas no caput do art. 32, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica que expressamente identifique a entidade beneficiária; ou

II - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo Único. A transferência dos recursos para entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 observará, além do disposto no inciso I ou II deste artigo, o disposto no inciso II do art. 32.

JUSTIFICATIVA

Diversas são as áreas de atuação governamental, mas toda ação estatal sempre pressupõe a existência de interesse público e a necessidade da atividade a ser desenvolvida. Atendidas essas diretrizes, e respeitadas as disposições constitucionais e legais sobre a realização de transferências ao setor privado, surge a necessidade de estabelecer critérios para seleção da entidade que complementará a atuação do Estado em cada área de governo.

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1621 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460035**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A nova possibilidade proposta pelo Executivo acaba de fato com qualquer possibilidade de seleção para a escolha de entidades, além de tornar desproporcionais e desarrazoadas as exigências legais previstas para concessão de subvenções sociais e para contribuições correntes.

De fato, qual a razão de nada se exigir para a realização de transferências a título de contribuições correntes, bastando o nome da entidade no orçamento. Porém se determinar o cumprimento de uma série de exigências - consubstanciadas na necessidade certificação de entidade beneficente de assistência social - para a liberação de recursos a título de subvenções sociais, que são transferências de inegável importância social, porquanto se destinam a atender entidades que atuam junto às camadas mais carentes da população nas áreas da saúde, educação e assistência ?

Não se justifica tal tratamento. Pelo contrário, historicamente sempre se prestigiou as áreas da seguridade e da educação por atenderem as camadas mais carentes da população.

Por sua vez, a mera identificação da entidade no orçamento para fins de recebimento de contribuições, sem qualquer processo seletivo, fere o princípio constitucional da impessoalidade. Nesse sentido, inclusive, pode-se citar o Acórdão TCU nº 1331/2008 - Plenário, que em seu item 9.2.2, orienta no sentido de que os órgãos e entidades da Administração Pública instituem processo de chamamento e seleção públicos previamente à celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

Por tais motivos, propõe-se a supressão do dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1622 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460036**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O PLDO 2011 inclui dentre as hipóteses de transferências a título de contribuições correntes a mera qualificação como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Federal.

Na LDO para 2010, foi prevista a necessidade de prévia seleção da OSCIP para fins de celebração do termo de parceria com o poder público (§ 8º do art. 36) Tal exigência, que teve por fundamento o princípio constitucional da igualdade, surgiu da necessidade verificada pelo Congresso Nacional de prever e estabelecer critérios para seleção da entidade que complementaria a atuação do Estado em cada área de governo. Deve-se mencionar que a necessidade de processo seletivo é endossada ainda pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).

Ocorre que, para 2011, o Executivo pretende não só incluir a qualificação como OSCIP como suficiente para a realização de transferências voluntárias, como também suprimiu o disposto no §8º do art. 36 da LDO 2010, que exigia a seleção para a celebração do termo de parceria. Vale dizer, não haverá qualquer necessidade de seleção para a escolha da entidade.

Por tais motivos propomos que se mantenha a redação da LDO 2010, com a supressão do inciso IV



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1623 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460037**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - prestem atendimento direto ao público na área de saúde, e alternativamente:

a) atendam ao disposto no inciso I do art. 32; ou

b) sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo. Para tanto, também apresentamos emenda que visa suprimir o inciso IV, que passa a ser a alínea "b" do inciso III.

Busca-se ainda conferir tratamento similar ao atribuído às subvenções sociais, com a exigência da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 2009 (prevista no inciso I do art. 32 do PLDO 2011)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1624 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460038

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é apresentada em conjunto com outra que dá nova redação ao inciso III. Na prática, visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1625 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460039**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1626 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460040

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso V

TEXTO PROPOSTO

V - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

- a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999;
- b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;
- c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e
- d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1627 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460041**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso VIII

TEXTO PROPOSTO

VIII - atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar as possibilidades de transferências de capital no âmbito da assistência social. Entende-se que o inciso alcança tanto as entidades voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, quanto aquelas que atuam com pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 12.101, de 2009, propõe-se ainda que se conferira tratamento similar ao hoje vigente em relação às subvenções sociais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1628 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460042**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 34

TEXTO PROPOSTO

Dê-se aos incisos VIII, X e XI do art. 34 a seguinte redação:

VIII atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I art. 32.

JUSTIFICATIVA

Os incisos VIII e XI tratam de entidades que atuam na área de assistência social e, portanto, para aprimoramento da redação da LDO, nada mais adequado do que unificá-los em um único inciso. O inciso X é por demais genérico, o que gera dificuldades no seu entendimento e aplicação. Por outro lado, observa-se que tal dispositivo alcança entidades que atuam na área de assistência social, portanto entendemos ser adequado também unificá-lo, na forma da redação que ora propomos.

A referência que fazemos ao inciso I do art. 32 tem por finalidade adotar os mesmos requisitos exigidos na concessão de subvenção social para a concessão de auxílios na área de assistência social.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1629 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460043**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Entendemos que as pessoas 'carentes em situação de risco social' ou 'diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda' já são alcançadas por programas específicos de governo, não se justificando a criação de novas ressalvas para transferências de recursos públicos a título de auxílios a entidades privadas com o mesmo fim.

De fato, se os referidos programas não estão alcançando os objetivos originais a que se propuseram, é necessário que passem por novo processo de avaliação para correção das inadequações e impropriedades detectadas. Mas não parece razoável a manutenção de toda uma estrutura governamental (com órgãos e unidades específicas) para suporte aos referidos programas e ainda se destinar recursos de capital para entidades privadas que atuem (ou venham a atuar) nessa área.

Não menos importante é destacar que as regras concessivas de auxílios já atendem na área de educação (inciso I), na área de saúde (inciso III), na área de desporto (inciso VII) e na área de portadores de necessidades especiais (inciso VIII); bem como a União também atende entidades de assistência social por meio de subvenções sociais (art. 32).

Logo, se os programas de governo atendem diretamente as pessoas carentes (benefício pessoal) e as áreas de saúde, educação, desporto e assistência social já estão previstas nas ressalvas da LDO, não se justifica a criação da nova ressalva para concessão de auxílios.

Portanto, entendemos que não deva ser mantida a hipótese do inciso X do art. 34 do PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1630 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460044**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Estamos propondo nova redação ao inciso VIII do citado artigo. Com a nova redação proposta, serão atendidas as entidades que: atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

Nos termos do disposto no art. 203, II, da Constituição, entendemos que 'crianças e idosos' já serão alcançadas pelo novo disposto, que contemplará toda a assistência social.

Dessa forma propomos a supressão do inciso XI.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1631 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460045**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011

Art. 36. (...)

§ 8º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União. Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1632 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460046

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso ao art. 36 do PLDO 2011

xx - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

JUSTIFICATIVA

Há anos o Legislativo inseriu dispositivo na LDO exigindo que o Executivo publicasse normas e critérios para seleção de entidades privadas aptas a receberem transferências de recursos públicos federais.
O PLDO para 2011 suprime tal dispositivo.

Propomos que se resgate o antigo dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1633 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460047**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011:

§ 7º A seleção prevista no inciso III do art 33, aplica-se ao inciso II do art. 32 e ao inciso V do art. 34.

JUSTIFICATIVA

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1634 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460048**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1635 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460049**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 36 Inciso VI

TEXTO PROPOSTO

VII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da:

a) entrega de cópia das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

b) declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2010 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige DIPJ para transferência a entidade privada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1636 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460050**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, por meio de recursos financeiros de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Até a LDO 2009, exigia-se das entidades privadas - com exceção das que atuassem nas áreas da saúde, educação e assistência social - a apresentação de contrapartida para o recebimento de recursos federais. Referido dispositivo foi vetado na LDO para 2010 (art. 37). A redação aprovada pelo Congresso Nacional para a LDO 2010 foi no sentido de ser "exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 da LDO, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade". Tal dispositivo foi previsto na LDO para 2010 por se entender inadequado estabelecer tratamento diverso entre entes públicos e entidades privadas. Vale dizer, se considerou não ser razoável aceitar que Estados e Municípios prestem contrapartida, quando entidades privadas - que apenas complementam a atuação estatal, quando necessário - são dispensadas dessa mesma contrapartida. O PLDO 2011, contudo, acaba com a exigência de contrapartida, que passa a ser facultativa, e ainda prevê que, quando exigida, a entidade possa atendê-la por meio de "bens ou serviços economicamente mensuráveis". Ora, uma vez que o art. 25, §1º, IV, "d" da LRF (Lei Complementar nº101, de 2000) exige previsão orçamentária de contrapartida dos entes públicos para realização de transferências voluntárias, não se justifica deixar de exigí-las ou substituí-las por bens e serviços nas previsões nas transferências para o setor privado. Trata-se, portanto, de mais uma liberalidade na alocação de recursos públicos em entidades privadas. Propõe-se, assim, a restauração das regras implementadas na LDO 2009.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1637 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460051**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige contrapartida para transferências a entidades privadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1638 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460052**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 38

TEXTO PROPOSTO

Insira-se a seguinte subseção à Seção III do Capítulo III do PLDO:

Subseção II

Da Subvenção Econômica

Art. xx. A transferência de recursos a título de subvenções econômicas, nos termos do que dispõem os arts. 18 e 19 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá exclusivamente despesas correntes de empresas com fins lucrativos e somente será realizada quando autorizada expressamente em lei especial e destinar-se a:

- a) cobertura dos déficits de manutenção de empresas públicas;
- b) cobertura de diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais; e
- c) pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais

§1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei no 4.320, de 1964, a destinação de recursos de que trata o caput ocorrerá somente por meio de subvenções econômicas e por transferência na modalidade de aplicação 60 - Transferência a Entidade Privada com Fins Lucrativos para a entidade beneficiada.

§2º Na execução, o elemento de despesa deverá identificar o gênero e o subelemento a espécie de subvenção econômica.

3º Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício

JUSTIFICATIVA

No PLDO 2011, o Executivo propõe o remanejamento para a "Seção III - Das Transferências - Setor Privado" de dispositivo que nos últimos anos tem constado da "Seção V - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos". Trata-se de norma que vem regulando a destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas (art. 49 da LDO para 2010).

Considerando o remanejamento proposto pelo Poder Executivo e o teor do § 2º do art. 38 do PLDO 2011, tais despesas devem ser classificadas como subvenção econômica. Assim como as demais transferências previstas na Seção (subvenção social, auxílio e contribuição), a subvenção econômica também se encontra prevista na Lei nº 4.320, de 1964 (arts. 18 e 19), porém restrita a entidades com fins lucrativos e a produtores (parágrafo único do art. 18 da Lei nº 4.320, de 1964). Dessa forma, entendemos que deva ter tratamento distinto do conferido às demais transferências.

Deve-se destacar ainda existir atualmente elemento de despesa que detalhe as demais transferências, mas não ocorrer o mesmo em relação à subvenção econômica; bem como o fato de, até o momento, a maior parte dessas despesas estar sendo classificada como aplicação direta (MA 90) no elemento de despesa 45 (equalização de juros/bonificação), situação que deverá ser modificada com a nova redação proposta que exigirá a utilização da modalidade de aplicação 60 - Transferências a Entidades Privadas com Fins Lucrativos.

Propomos assim o desmembramento da Seção III em três subseções: I - Da Subvenção Social, Do Auxílio e Das Contribuições; II - Da Subvenção Econômica e III - Disposições Gerais. As transferências a entidades com fins lucrativos obrigatoriamente seriam classificadas como subvenções econômicas, com modalidade de aplicação 60.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1639 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460053**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se no art. 51 o seguinte parágrafo:

Art. 51 (...)

§ 2º Para fins do art. 195, § 5º, da Constituição, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 conterão demonstrativo das alterações nos benefícios ou serviços da seguridade social, indicando a correspondente fonte de custeio, a proposição legislativa e correspondente crédito orçamentário detentor da dotação suficiente para financiamento do impacto orçamentário-financeiro estimado nos termos do art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O art. 195, § 5º, da Constituição determina que:

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Ocorre que o controle do dispositivo tem-se se mostrado de difícil atingimento, como o prova o crescente déficit da previdência social.

Propõe-se a adoção de mecanismo semelhante ao hoje já adotado para as proposições que aumentem gastos com pessoal, fundados no art. 169 da Constituição federal.

A constituição do demonstrativo permitirá a formação de um foro para discussão e avaliação do mérito das melhores alternativas em termos de formulação de políticas públicas na área da seguridade social, compreendida aí as áreas de saúde, previdência e assistência social.

Durante o processo orçamentário o demonstrativo encaminhado pelo Poder Executivo pode ser alterado por meio de emendas parlamentares.

O mecanismo permitirá a compensação de proposições que de outra maneira nunca seriam aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial as de iniciativa parlamentar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1640 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460054

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º É vedada a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1641 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460055**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 70 Parágrafo 4 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - a justificação, com memória de cálculo, das alterações de despesas obrigatórias, separando orçamentárias de extra-orçamentárias, e incluindo, se houver, a programação que será executada mediante abertura, reabertura ou pagamento de restos a pagar de créditos extraordinários, explicitando ainda as providências que serão adotadas quanto à alteração das respectivas dotações;

JUSTIFICATIVA

Para que mudanças nas previsões de despesas obrigatórias não sejam mero artifício para impor limitações superestimadas ao empenho e à movimentação financeira, e para que se estabeleça transparentemente, como é feito na peça orçamentária, quais despesas adicionais se pretende realizar, é plausível exigir a memória de cálculo do acréscimo e a programação dos créditos extraordinários por executar no exercício. Além disso, algumas dessas despesas obrigatórias continuam há mais de 10 anos afetando o resultado sem transitar pela lei orçamentária, e nem ao menos são estimadas e incluídas no demonstrativo para esse fim previsto no projeto de lei. Devem passar a constar do projeto de lei orçamentária, ou não serão aceitas no cálculo do contingenciamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1642 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460056

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 70 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

§ 1º Despesas obrigatórias e as respectivas alterações só poderão ser computadas no cálculo da limitação de empenho e movimentação financeira se tiverem integrado o projeto de lei orçamentária ou integrarem a Lei e os créditos adicionais, e no caso de despesas extra-orçamentárias, se as estimativas correspondentes tiverem constado do Quadro XI (Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central) referido no Anexo I desta Lei (Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados).

JUSTIFICATIVA

Para que mudanças nas previsões de despesas obrigatórias não sejam mero artifício para impor limitações superestimadas ao empenho e à movimentação financeira, e para que se estabeleça transparentemente, como é feito na peça orçamentária, quais despesas adicionais se pretende realizar, é plausível exigir a memória de cálculo do acréscimo e a programação dos créditos extraordinários por executar no exercício. Além disso, algumas dessas despesas obrigatórias continuam há mais de 10 anos afetando o resultado sem transitar pela lei orçamentária, e nem ao menos são estimadas e incluídas no demonstrativo para esse fim previsto no projeto de lei. Devem passar a constar do projeto de lei orçamentária, ou não serão aceitas no cômputo do contingenciamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1643 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460057**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71

TEXTO PROPOSTO

Art. 71-A Toda emissão de títulos da dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e a despesa a que fará face, entendida também como despesa a transferência e a entrega dos títulos a autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista integrantes da administração pública federal, serão consignadas na lei orçamentária e nos créditos adicionais.

JUSTIFICATIVA

A CPI da dívida pública, recém finalizada, foi favorável a que se exija prévia autorização orçamentária para todo e qualquer uso dos recursos derivados da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional. A tendência tem sido no sentido contrário, como no caso dos volumosos empréstimos recentes do Tesouro ao BNDES. O Congresso, sabendo-se que existe um limite, legal ou teórico, para a dívida pública bruta, deve poder fazer suas escolhas no momento em que se efetua a emissão, e não, diante do fato consumado, simplesmente referendar nas propostas orçamentárias futuras as despesas obrigatórias relativas a juros e amortização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1644 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460058

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1645 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460059**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 72

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. O projeto de lei, a lei e os relatórios de execução orçamentária, assim como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, demonstrarão separadamente as parcelas dos juros nominais apropriadas a título de juros reais e de atualização monetária do principal da dívida mobiliária.

JUSTIFICATIVA

Visa assegurar a identificação de juros reais e da parcela dos juros nominais que é consignada como amortização, em prol da transparência, separados no orçamento e na execução orçamentária



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1646 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460060

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 80

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 80 DO PLDO/2011:

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere o art. 78, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:
(...)

IV - parecer favorável quanto ao atendimento às disposições desta Lei, emanado do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.
(...)

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa manter a redação original das LDOs anteriores e aperfeiçoar o dispositivo relativo ao conteúdo das proposições legislativas que aumentem gastos com pessoal.

No caput do art. 80 restitui-se a redação original das 10 (dez) LDOs anteriores, desde a Lei nº 9811/98, LDO/1999, que faz menção expressa às proposições que tenham por objeto a transformação de cargos. Observe-se que transformar um cargo significa, necessariamente, extinguir um cargo e criar outro cargo, necessitando assim, nos termos constitucionais do art. 169, § 1º, de autorização expressa na LDO e dotação suficiente.

No inciso IV do art. 80 do PLDO/2011, explicita-se que o parecer do CNJ e do CNMP deve ser favorável ao disciplinamento da LDO e não somente do próprio dispositivo, porquanto existem vários outros dispositivos na LDO que também dizem respeito às proposições que criam despesas com pessoal, a exemplo das disposições constantes no art. 18 do PLDO/2011.

No § 2º do mesmo artigo, que hoje fixa a irretroatividade de exercício para os efeitos das proposições, propõe-se que tenha irretroatividade absoluta, como mecanismo de redução do impacto orçamentário e financeiro dos projetos de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1647 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460061

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 81

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 81 DO PLDO/2011:

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 1º O Anexo a que se refere o caput conterà, autorização somente quando amparada por projeto de lei ou medida provisória, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e Ministério Público da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar no 101, de 2000, com as respectivas:

I - quantificações, para a criação ou transformação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos, especificando, no caso do primeiro provimento, o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; e

III - especificações, relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º O Anexo de que trata o § 1º deste artigo considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011, e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo art. 166, § 5º, da Constituição.

§ 3º Para fins de elaboração do anexo específico previsto no caput deste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 4º Os Poderes e o Ministério Público da União publicarão, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, mencionadas no caput deste artigo, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2010, que poderão ser utilizadas no exercício de 2011, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício de 2011.

§ 5º Na utilização das autorizações previstas no caput deste artigo, bem como na apuração dos saldos de que trata o § 4º deste artigo, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 81 desta Lei, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2011 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.

§ 7º Os projetos de lei e medidas provisórias que criarem cargos, empregos ou funções a serem providos além do exercício em que forem editados deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização e dotação em anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos, não sendo considerados autorizados enquanto não publicada a respectiva lei orçamentária.

§ 8º Os Poderes e o Ministério Público da União encaminharão, no exercício de 2011, projetos de lei no âmbito de suas iniciativas extinguindo os cargos, empregos e funções



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1648 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460061

vagos e que não tenham tido provimento nos últimos cinco anos, facultada a extinção pelo Poder Executivo nos termos do art. 84,VI, "b", da Constituição.

JUSTIFICATIVA

Propomos a manutenção dos avanços e aperfeiçoamentos no trato dos gastos com pessoal, segundo item no grupo de despesas obrigatórias continuadas (que representam 9/10 dos gastos primários), logo após os benefícios previdenciários.

Inicialmente, identificamos a supressão pelo Poder Executivo da exigência de constar do Anexo V as proposições que transformem cargos e funções públicas. O Anexo V caracteriza-se como expressão numérica das exigências contidas no art. 169, § 1º, da Constituição, que disciplina o tema gastos com pessoal sob os seguintes termos:

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista

A supressão das proposições que transformem cargos e funções foi motivo de veto presidencial na LOA/2010. Tais proposições tinham sido reincluídas pelo Congresso Nacional, após originariamente apresentadas pelo Executivo em sua proposta orçamentária e suprimidas em sua revisão do Anexo V, no uso da faculdade presente neste mesmo artigo no § 2º. A motivação da reinclusão das proposições que transformam cargos consta Relatório Final do Relator Geral do PLOA/2010, que sintetiza a razão da permanência dos dispositivos no Anexo V:

Reitere-se que a reinclusão na peça orçamentária dos itens vetados, originariamente encaminhadas pelo Executivo, foi iniciativa da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, único órgão permanente do Congresso Nacional que examina a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Poder Legislativo federal, que assim se manifestou quanto à necessidade de reinserção das autorizações constantes do PLOA/2010 originariamente apresentadas pelo Poder Executivo:

Observamos que a atualização do Anexo V pelo Poder Executivo, enviada pelo Ofício nº 490/2009/GM-MP, de 11.11.2009, não mais contempla o PL nº 3.429, de 2008, em razão do Poder Executivo entender que as proposições que ofereçam compensação com a extinção de cargos e funções não necessitam de autorização do Congresso Nacional, como expressamente consta da nota de rodapé do Anexo V atualizado, *ipsis litteris*: (3) PL que contempla a criação de cargos e/ou funções comissionados com compensação parcial oriunda da extinção de cargos e/ou funções. Neste caso, para fins da composição do Anexo V, considerou-se apenas o saldo (físico e financeiro) resultante da diferença entre a criação e a extinção, tendo em vista que a criação de cargos e/ou funções comissionados com extinção de outros, não implica em aumento de despesas, uma vez que os mesmos estão incluídos nas bases de projeção da folha de pagamento do Poder Executivo.

Essa nova interpretação dada pelo Poder Executivo ao comando constitucional expresso no art. 169 não constava da proposta orçamentária para 2010, PLN 46/2009, originalmente apresentada ao Congresso Nacional em 31.08.2009, não só inexistia a nota de rodapé transcrita como constava expressamente o item autorizativo do PL 3.429, DE 2008, item I.5.7, que transforma cargos comissionados (DAS) em funções comissionadas (FCPE) no âmbito do Poder Executivo, proposição sub examine.

Estranha-nos a nova interpretação constitucional dada pelo Executivo porquanto em outros inúmeros itens do Anexo V onde somente são criados os cargos, sem serem providos no exercício de 2010, ou seja, sem qualquer impacto para 2010, são informadas as proposições a serem autorizadas nos termos do art. 169 da Constituição, a exemplo dos itens: 5.9. PL nº 3.643, de 2008- CVM, 5.12. PL nº 3.943, de 2008 - MD, 5.14. PL nº 3.945, de 2008- BACEN, ou o 5.15. PL nº 3.946, de 2008 - ANCINE.

Observe-se que a atualização realizada pelo Poder Executivo introduziu novo item criando cargos também sem qualquer impacto, 5.31. PL nº 5.911, de 2009 - Diversos. O mesmo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1649 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460061

JUSTIFICATIVA

verifica-se nos demais Poderes, que solicitam autorização para suas proposições, mesmo que sem qualquer provimento de cargo em 2010, ou hoje ocupadas em cargos criados por ato administrativo impugnados na esfera jurisdicional, a exemplo dos TRT's da 2ª e 15ª Regiões (itens 2.6.2. PL nº 5.238, de 2005 e 2.6.14. PL nº 5.546, de 2009). Ou seja, é reconhecida pelo Poder Executivo a necessidade de autorização prévia para a criação de cargos, funções e empregos, ainda que sem qualquer impacto orçamentário-financeiro em 2010, mas essa já não mais se faz necessária quando tais cargos sejam compensados com outros cargos anteriores.

Discordamos de tal assertiva em razão do mandamento constitucional insito no art. 169 não fazer tal distinção além de não ser razoável suprimir-se processo de controle parlamentar de foro constitucional por mera interpretação administrativa.

Ademais, não verificamos diferença significativa entre criar cargo com ou sem compensação da extinção de outro anterior, evento passível de ocorrer inclusive por meio estritamente administrativo, por decreto presidencial, nos termos do art. 84, VI, "b", da Constituição.

A determinação constitucional de prévia autorização do ciclo orçamentário funda-se na criação do cargo, emprego ou função em si, aí exigida a vênua congressual por seu impacto efetivo ou eventual de geração de despesas obrigatórias de caráter continuado de extrema rigidez e perpetuidade.

Assim, propomos a recomposição da autorização constante do PLOA/2010 por meio desta emenda de texto ao PLN 46/2009, Proposta Orçamentária para 2010, mantendo a prévia autorização anteriormente concedida, constante originariamente do Anexo V, para o PL 3.429, de 2008.

Mantém-se, no inciso II do § 1º, da exigência existente na LDO/2010, e agora suprimida, sem qualquer justificativa, pelo Poder Executivo no PLDO/2011, da necessidade de especificação, no caso do primeiro provimento, do projeto de lei, da medida provisória ou da lei correspondente, que criem gasto com pessoal em razão do provimento de cargos, funções e empregos. O art. 169, § 1º é expresso ao determinar que qualquer forma de admissão na administração pública federal, direta ou indireta, deverá vir acompanhada de autorização na LDO (e discriminada na LOA) e correspondente dotação orçamentária que a comporte.

Estranhamos a supressão da exigência efetivada pelo Poder Executivo pois esse argumenta em todas as oportunidades que somente o provimento e não a criação do cargo é que enseja o aumento de despesa com pessoal, justificando inclusive a retirada das transformações de cargos e funções, por não terem o condão de gerarem obrigações para o estado, só advinda do provimento do cargo por servidor.

Propomos no § 2º a explicitação, no Anexo de que trata o § 1º deste artigo, do crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011. O comando nada mais faz do que facilitar para a sociedade a identificação da observância do dispositivo constitucional que exige prévia dotação orçamentária para concessão de qualquer aumento de gastos com pessoal. Tal tarefa faz-se hoje em muitas situações impossível, não se identificando na peça orçamentária a correspondente dotação orçamentária com a autorização existente no texto da lei orçamentária (Anexo V).

Propomos, finalmente, a inclusão de novo dispositivo (§ 8º) tratando de tema esquecido porém cada vez com maior atualidade: excesso de cargos e funções vagas na administração pública federal.

Conforme Demonstrativo publicado pelo Poder Executivo, em 2008 existiam 257.256 cargos vagos. Injustificável a permanência de estoque de cargos vagos em tal montante. Faz-se necessária a revisão urgente dessa massa de cargos sem qualquer uso ou destino, alguns vagos há décadas. Assim, propõe-se a revisão de tal quadro com a extinção de todos aqueles cargos sem provimento há mais de cinco anos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1650 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460062**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 87

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 87 DO PLDO/2011:

Art. 87. (...)

(...)

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

(...)

§4º Os instrumentos de contratação de serviços terceirizados, inclusive os mencionados no § 3º deste artigo, deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo o nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação na internet nas condições estabelecidas pelo § 4º do art. 77 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A transferência do dispositivo que exige transparência na contratação de terceirizados do art. 76 da LDO/2010 para o art. 87 do PLDO/2011 mostra-se adequado.

Porém, a condicionante de restringir a transparência somente ao terceirizados passíveis de inclusão nos limites do § 1º do art. 18 da LRF (terceirização de mão de obra como gasto com pessoal) omite a maior parte dos terceirizados, que não são considerados como substituição de pessoal. Assim, propomos aos nossos pares a supressão da condicionante e explicitação da abrangência das informações, que devem, necessariamente, incluir toda e qualquer espécie de terceirização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1651 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460063**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 88

TEXTO PROPOSTO

Art.xx. As despesas com pessoal reguladas por esta Lei incluem as despesas de natureza assistencial e indenizatório, salário-família, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, referentes ao período de apuração, que serão registradas em pessoal ativo ou em pessoal inativo e pensionistas, conforme seu beneficiário, que deverão ser especificados em programação orçamentária própria.

§ 1º Para fins do caput deste artigo, são despesas de natureza assistencial aquelas destinadas a auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio-creche ou assistência pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-reclusão e abono de permanência do servidor ativo.

§ 2º Para fins do caput deste artigo, são despesas indenizatórias aquelas destinadas a ajuda de custo, diárias, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e auxílio-transporte.

JUSTIFICATIVA

Decretemos NÃO à fuga do controle de gastos com pessoal. A fixação pela Lei de Responsabilidade Fiscal de limites claros e precisos para tal modalidade de gastos provocou reação da Administração, demonstrável pela crescente descaracterização de várias parcelas pagas a seus servidores como gasto com pessoal. Mantém-se assim, artificialmente, a observância dos limites fixados pela LRF para gastos com pessoal. Se a iniciativa privada gera gratificações indenizatórias, fring benefits, para escapar do imposto de renda, a administração pública gera gratificações indenizatórias e assistenciais para livrar-se dos limites com pessoal e descaracterizar o aumento de gastos com pessoal.

A inclusão do dispositivo acima proposto no Capítulo relativo a despesas com pessoal na LDO/2011 unicamente visa trazer transparência a despesas tipicamente retributivas aos serviços prestados ainda que sob a natureza assistencial ou indenizatória. Exemplo do vínculo que associa os benefícios assistenciais e indenizatórios à atividade funcional vê-se expressa no fato do servidor ao passar à inatividade não mais perceber vários dos auxílios disciplinados acima, como alimentação ou transporte.

Não é a permanência ou o caráter efêmero do gasto que descaracteriza a natureza de despesas com pessoal abrangida pelo art. 169 da Constituição. Como disciplina o § 1º do art. 169 "A concessão de qualquer vantagem..." caracteriza despesa com pessoal, assim a concessão de gratificações a título indenizatório como auxílio-moradia ou outros. O pagamento de qualquer vantagem individualizada caracteriza-se como pessoal, nos estritos termos do art. 169, § 1º, da Constituição.

Nada mais intuitivo do que considerar auxílio-alimentação como gasto com pessoal, sem ele não há sobrevivência.

Ainda que temporárias, as parcelas indenizatórias como ajuda de custo ou diárias, contém liame intrínseco com a atividade desempenhada, mesmo que momentaneamente, pelo servidor. A não incidência do imposto de renda sobre parcelas indenizatórias não as descaracteriza como despesas com pessoal porquanto são formas de retribuição direta aos serviços prestados por servidores.

Tais benefícios, de caráter assistencial ou indenizatório, devem ser identificados especificamente em rubricas próprias e classificarem-se como GND 1 (pessoal e encargos). Assim, busca-se meramente explicitar disciplinamento no normativo federal a que os outros entes subnacionais já estão submetidos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1652 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460064**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 91 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Os projetos de lei e medidas provisórias que, direta ou indiretamente, acarretem renúncia de receita tributária, financeira, patrimonial ou de transferências de Estado, do Distrito Federal ou de Município, deverão ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na arrecadação desses entes.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Poder Executivo que estabelece necessidade de estimativa de impacto para renúncia de receita.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1653 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460065**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 93 do PLDO 2011 a seguinte redação:

§7º No caso de tributos de natureza vinculada, além do disposto no parágrafo anterior exigir-se-á a demonstração, devidamente justificada, da necessidade de instituição ou ampliação do tributo para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que praticamente todos os tributos não-vinculados já foram instituídos e possuem regras próprias para aumento na Constituição e na legislação ordinária, tem sido prática constante a instituição de contribuições e de taxas por novos serviços a serem prestados ao contribuinte.

A presente emenda visa regular a elaboração de leis que veiculem novas exações vinculadas, ou a ampliação das já existentes, de forma a que também demonstrem previamente o custo e a necessidade do serviço a ser prestado ao contribuinte, que arcará com o tributo.

O que se pretende, é exigir a demonstração da necessidade e dos custos de novas exações em relação ao serviço a ser prestado ao contribuinte, como uma espécie de adequação social para instituição de novas exações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1654 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460066

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária de 2010, o Poder Executivo deverá considerar:
I - o valor da renúncia de receita decorrente de proposições legislativas de sua autoria em tramitação no Congresso Nacional; e
II - o Projeto de Lei nº 2.472, de 2003.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo, vetado pelo Executivo no PLDO para 2010, que estabelece obrigações para a estimativa de receitas do Projeto de Lei Orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1655 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460067

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo, inserido na LDO de 2010, traz injustificável limitação de prazo para acesso a importantes sistemas de acompanhamento da execução das ações de governo, devendo, portanto estar sempre franqueadas ao Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1656 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460068

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 102

TEXTO PROPOSTO

Art.(..) Para assegurar efetividade ao disposto no art. 102 desta Lei e ao arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 2000, todo documento de gestão orçamentária ou financeira, inclusive empenho, nota de liquidação, contrato, convênio, ordem bancária, DARF, etc., dos Poderes e do Ministério Público, deve conter, em campo específico, as seguintes informações relativas à respectiva programação:

I - Exercício orçamentário;

II - Exercício financeiro;

III - Unidade Orçamentária;

IV - Código da funcional da despesa ou da natureza da receita;

§ 1º Os sistemas e bases de dados relativos à execução orçamentária e financeira devem estar estruturados e interrelacionados de modo a permitir o acesso, para fins de acompanhamento e fiscalização, a qualquer informação, documento ou relatório, em qualquer nível, a partir de elementos de classificação orçamentária constantes dos incisos deste artigo.

§ 2º Os sistemas orçamentários e financeiros conterão mecanismos para impedir lacuna, omissão ou falha no registro de dado ou informação essencial, necessária ou relevante para o acompanhamento ou fiscalização dos atos orçamentários e financeiros, considerando especialmente:

I - elementos da classificação orçamentária;

II - elementos da classificação econômica;

III - a localidade, UF e Região beneficiada pela despesa;

IV - a entidade beneficiária;

V - o instrumento legal ou administrativo de autorização da despesa; e

VI - dados essenciais da licitação aplicada à respectiva despesa ou ato legal ou administrativo base para sua dispensa ou inexigibilidade.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda para estabelecer diretrizes e requisitos mínimos para os sistemas e bases de dados orçamentários e financeiros, com o propósito de assegurar maior efetividade no acompanhamento, controle ou fiscalização dos atos orçamentários, financeiros e administrativos relacionados ao registro e execução do orçamento da União.

A iniciativa decorre da dificuldade de obtenção, pelo Congresso Nacional, de informações orçamentárias e financeiras, devido a limitações da estrutura e de conteúdo do SIAFI e de outras bases de dados e sistemas disponibilizados pelo poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1657 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460069

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 104 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Os Restos a Pagar não processados, relativos a despesas primárias discricionárias, inscritos no exercício de 2011, não excederão a 50% (cinquenta por cento) do valor inscrito no exercício de 2010.

JUSTIFICATIVA

Restos a pagar concorrem com o orçamento corrente pelos mesmos recursos e se sobrepõem às prioridades estabelecidas pelo Congresso. Essa distorção deve ser eliminada. No passado já houve norma constante da LDO nessa direção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1658 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460070

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 111 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação do caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Restabelecimento de dispositivo vetado na LDO 2010, estabelecendo que os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação da regra prevista no caput do artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1659 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460071

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 123 Parágrafo 7

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE NO ART. 123 O PARÁGRAFO A SEGUIR:

§ As proposições que acarretem redução de receita tributária, financeira, patrimonial ou de transferências para estados e municípios, deverão ser acompanhadas da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na arrecadação desses entes.

JUSTIFICATIVA

A LRF teve, indubitavelmente, importante papel no disciplinamento das finanças da Federação brasileira, em especial de seus entes subnacionais. Como lei complementar, de observância obrigatória para Estados e Municípios, a LRF trouxe exigências fiscais em termos de transparências nas contas públicas desses entes, exigência de imposição e efetiva arrecadação dos tributos instituídos, imposição de limites para gastos com pessoal e endividamento e outras. Todavia, se limitações foram impostas aos entes subnacionais, o mesmo não se pode afirmar quanto à proteção das finanças públicas desses entes quanto às receitas e obrigações geradas pela maior de suas entidades, a União. A Federação brasileira, nos termos do art. 1º da Constituição, compõe-se da união indissolúvel de seus entes. Essa associação traz tema de suma relevância, a participação nos recursos amealhados da sociedade brasileira e a imposição de obrigação ou ônus por um ente da Federação a outro, no caso da União, ente maior. Tal plexo de interesses formado no âmbito da Federação por Estados, Distrito Federal e Municípios, é histórico e complexo e próprio dos Estados com estrutura federativa. A forma de Estado federativa embute entes com interesses comuns, mas por vezes conflitantes, onde entidades autônomas por vezes litigam ao se defrontarem em conflitos de interesses específicos. A matéria não só diz respeito a gastos obrigatórios continuados, mas, especialmente, a partilha de receitas.

A Constituição de 1967, em seu art. 19, § 2º, permitia que a União, mediante lei complementar, e atendendo ao "relevante interesse social ou econômico nacional", pudesse conceder isenções de impostos estaduais e municipais. Tal dispositivo, demasiadamente amplo, foi o motivo do freio que o constituinte de 1988 quis colocar na União para restabelecer a repartição de competências que cada ente federativo é titular e estreitar a possibilidade da concessão de isenção heterônoma para as hipóteses expressamente previstas na Constituição, ao dispor em seu art. 151, III, vedação expressa à União de instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Todavia, o constituinte não se pronunciou quanto aos tributos partilhados pelos entes, que constituem receita relevante, para muitos existencial, em especial nas regiões mais carentes.

Apesar da vedação constitucional expressa de concessão de isenções heterônomas, restam aqueles tributos em que a União possui competência legislativa para disciplinar ou de forma específica ou suplementar. A Constituição em seu art. 156, III, atribui à União o poder de definir em lei complementar a relação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, de competência municipal. Em razão dessa competência, inúmeros são as proposições legislativos que tem por objeto a inclusão e, especialmente, a exclusão de determinados itens do rol de serviços submetidos ao ISS. Como tais proposições não têm impacto direto ou indireto sobre as finanças da União, ainda que o tenham, e profundamente, quanto às finanças municipais, são em regra apreciados pela CFT e aprovados com parecer pela não implicação orçamentária e financeira, para a União, diga-se, ou até por sua adequação, como pode ser verificado pelos pareceres aprovados pela CFT nas sessões legislativas de 2005 a 2009 relativas a Projetos de Lei Complementar - PLP que alteram a legislação do ISS, a exemplo do PLP nº 334/06, (fixa em 0,5 % (cinco décimos por cento) a alíquota máxima do ISS sobre a locação de veículos automotores) dentre tantas outras proposições.

Por vezes, entendeu a CFT de declarar a compatibilidade e adequação financeira e orçamentária como nos PLPs nº 263/05 e nº 304/05 (incluem na base de incidência do ISS os serviços acessórios e de valor adicionado relativos à telefonia fixa).

Nos últimos anos, tem-se tentado introduzir nas LDOs dispositivos exigindo a aplicação dos mesmos instrumentos de controle das despesas obrigatórias continuadas, quando da



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1660 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460071

JUSTIFICATIVA

apreciação da legislação federal que cria obrigações para Estados ou concede benefícios em tributos de competência estadual ou municipal.

Há de se reconhecer não existir qualquer vedação expressa, em nível constitucional, que impeça a União de impingir a outros entes subnacionais obrigações continuadas de natureza financeira. Todavia, em respeito ao regime da responsabilidade fiscal, tal fato não impede que seja considerado o impacto da legislação federal sobre o equilíbrio das finanças públicas estaduais e municipais. Nesse sentido, apresentamos a PEC nº (PEC) 344/09, vedando tal anomalia nas transferências constitucionais, quando decorrente de variações sazonais da receita.

Ressalte-se que os dispositivos da LRF relativos à renúncia de receitas e criação de despesas obrigatórias continuadas, arts. 14 e 17, em nenhum momento expressam ser o equilíbrio fiscal ali exigido do próprio ente legiferante, mas exigem um equilíbrio, a nosso ver, de todo o conjunto de nossa Federação, cujos entes, União, estados e municípios, encontram-se umbilicalmente vinculados por partições de receitas (FPE e FPM) e obrigações constitucionais de gastos, a exemplo do SUS na saúde ou FUNDEB na educação, dentre outros.

Os dispositivos aprovados pelo Congresso Nacional nas últimas LDOs foram suprimidos do texto por veto presidencial, sob o argumento de sua "dificuldade de operacionalização" em razão da interdependência das ações econômicas entre os entes federativos e pelo fato da Constituição Federal, nos arts. 21 e 22, reservar ao Governo Federal a faculdade de tomar algumas medidas que impactam os outros entes.

Instamos nosso pares a acolherem o dispositivo proposto em homenagem à proteção dos Erários estaduais e municipais e em prol de um real equilíbrio fiscal de nossa Federação.

Não há como afirmar-se um estado brasileiro fiscalmente equilibrado onde a União esteja equilibrada e seus entes subnacionais desequilibrados.

Assim, propomos, ao menos, que a União como órgão legiferante informe, antecipadamente, à sociedade e aos entes afetados por suas normas, qual o impacto que sua normatização trará aos afetados pelas normas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1661 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460072

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 123

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 123 DO PLDO/2011:

Art. 123. As proposições legislativas, sob a forma de projeto de lei, decreto legislativo ou medida provisória, que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2011 deverão estar acompanhadas de estimativa desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2011 a 2013, detalhando a memória de cálculo respectiva e apresentarem a correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão da União, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 2º Os Poderes e o MPU, encaminharão, quando solicitados pelo Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa em apreciação pelo órgão colegiado, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerá os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 3º Os órgãos mencionados no § 1º deste artigo atribuirão a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro da proposição não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no caput deste artigo.

§ 5º Considera-se a diminuição da receita ou o aumento da despesa prevista no caput deste artigo em termos nominais, sendo que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira.

§ 6º Consideram-se compensados, para fins deste artigo, as proposições constantes do Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo às proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial, restrita a vigência legal a no máximo cinco anos, facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

§ 8º As disposições desta Lei aplicam-se inclusive às proposições que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 9º As proposições decorrentes do disposto no art. 21, XIV, da Constituição, submetem-se às disposições desta Lei.

JUSTIFICATIVA

As alterações propostas ao art. 123 do PLDO/2011 aperfeiçoam dispositivos necessários à manutenção do equilíbrio fiscal do estado brasileiro, em especial da União. As alterações aperfeiçoam o instrumento de controle do equilíbrio fiscal de médio e longo prazo desempenhado pelo exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da legislação permanente.

A menção no caput do artigo ao gênero "proposições legislativas" visa exclusivamente reduzir as remissões ao longo do dispositivo.

A inclusão no artigo dos decretos legislativos como proposições submetidas ao controle disciplinado pelo dispositivo nada mais é do que expressar o que já é efetivamente realizado pelo Congresso Nacional durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentário e financeiro.

A inclusão in fine no caput do artigo da remissão aos dispositivos que fundam o próprio artigo, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria, somente explicitam os fundamentos constitucionais e legais que hoje já sustentam o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições legislativas, como os arts. 169 (gastos com pessoal) e 195, § 5º (benefícios da seguridade social : previdenciários, assistenciais e da saúde), assim como outros diplomas legais que não as



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1662 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460072

JUSTIFICATIVA

leis do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) a exemplo da LRF e Lei 4.320/64. A inclusão no § 4º do artigo da hipótese de remissão à futura legislação traz para a LDO entendimento consolidado na Comissão de Finanças e Tributação de que remeter à futura regulamentação ou legislação não afasta a necessidade da proposição já consignar seu impacto e compensação.

O novo § 5º igualmente expressa interpretação autêntica do legislador, que hoje já assim procede quando considera a diminuição da receita ou o aumento da despesa em termos nominais, e não reais, afastando interpretações de que a simples atualização de limites e classes de contribuintes de tributos ou de benefícios, exceto exceções legais como o art. 25 da LRF, não teriam impacto orçamentário-financeiro para fins dos arts. 14 e 17 da LRF. No mesmo sentido, explicita que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira.

O novo § 6º do artigo meramente reafirma o caráter neutralizador, sob o prisma fiscal, da inserção de proposições, para fins de compensação, no Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias, desde que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011. Ou seja, não basta a inserção no Demonstrativo, exige-se que tenha dotação suficiente na lei orçamentária correspondente.

Para fins de boa técnica legislativa, fundem-se os antigos §§ 7º e 8º em um só, sem qualquer outra implicação normativa.

O novo § 9º traz ao disciplinamento do regime de responsabilidade fiscal as proposições relativas ao art. 21, XIV, da Constituição que atribui obrigação à União de organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Só a existência de fundo específico não exime tais proposições de demonstrarem seu impacto orçamentário-financeiro e suficiência de recursos para seu financiamento, no caso, demonstrar que os recursos do FCDF são suficientes, mantidos os outros dispêndios já legislados, de arcar com as novas obrigações instituídas pela proposição em exame. Assim, pedimos a nossos pares o apoio à iniciativa depuradora de proposições que contenham desequilíbrios fiscais e em desacordo com a boas regras do regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1663 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460073**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 128

TEXTO PROPOSTO

Art. 128-A O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, mensalmente, demonstrativo, dos últimos doze meses, do saldo devedor, atualização monetária, acertos e incorporações, amortizações pagas e juros pagos, das dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória 2.192, de 24 de agosto de 2001.

JUSTIFICATIVA

A execução dos contratos de renegociação da dívida dos Estados firmados a partir de 1997 é de difícil acompanhamento pelo Congresso, posto que os dados agregados disponíveis nos sítios do Banco Central e do Tesouro Nacional não identificam seus valores específicos, nem os somam, situação que ora se pretende sanar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1664 de 2923

ESELMHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460074**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 115

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A avaliação de que trata o "caput" incluirá a análise e a justificativa da evolução das operações compromissadas do Banco Central do Brasil no período.

JUSTIFICATIVA

Desde maio de 2000, apenas o Tesouro Nacional pode emitir título da dívida pública. Nos últimos anos, cresceu a importância das operações Compromissadas do Banco Central no total do endividamento interno. A dispositivo prevê que, quando da avaliação semestral do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial prevista na LRF, o Banco Central também apresente a justificativa da evolução dessas operações no período.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1665 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460075**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1666 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460075

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1667 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460076**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1668 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460077**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1669 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460078**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1670 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460079

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado de R\$ 128.040.000.000,00 (cento e vinte e oito bilhões e quarenta milhões de reais), sendo R\$ 83.420.000.000,00 (oitenta e três bilhões, quatrocentos e vinte milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 7.760.000.000,00 (sete bilhões, setecentos e sessenta milhões de reais) para o Programa de Dispendios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O crescimento do primeiro trimestre de 2010 (8,9% contra o mesmo período do ano anterior, 2,7% contra o trimestre anterior), de acordo com o IBGE em 8/6/2010, veio acima do esperado. Se nos próximos 3 trimestres de 2010 o crescimento em relação ao trimestre anterior fosse nulo, já teríamos garantido crescimento real em 2010 de 5,95%. O projeto de LDO previu 5,5%. A elevação da meta para a taxa Selic pelo Banco Central dificilmente terá efeito ainda em 2010. Tendo em conta o observado neste primeiro trimestre do ano e as expectativas do mercado, é cabível esperar crescimento de 6,8% em 2010.

Preços também estão se comportando acima do previsto no projeto de LDO. Essa divergência ressalta do exame das hipóteses subjacentes à segunda avaliação orçamentária de 2010 e das do mercado, comparadas com a primeira avaliação. Isso implica deflator mais elevado e PIB nominal maior em 2010.

Exercício prospectivo permite, mantidas as hipóteses de inflação e de expansão da atividade econômica para 2011 constantes do projeto de LDO, estimar o PIB de 2011 em cerca de R\$ 3.880 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1671 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1246 - Júlio Cesar

EMENDA

12460080

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 3 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º desta Lei poderá ser reduzido em até R\$ 32.000.000.000,00 (trinta e dois bilhões de reais) para:

I - o atendimento de despesas:

a) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento ¿ PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011 com identificador de Resultado Primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei; e

b) na execução da Lei Orçamentária de 2011, com restos a pagar do PAC, identificados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, bem como dos relativos a despesas cujo identificador de resultado primário seja ¿3¿; e

II ¿ compensação, na execução da Lei Orçamentária de 2011, do valor do excesso da meta de superávit primário para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social apurado no exercício de 2010.

Parágrafo único. O cálculo do excesso a que se refere o inciso II do caput deste artigo será demonstrado no primeiro relatório de que trata o § 4º do art. 70 desta Lei e levará em consideração:

I - a meta de superávit primário de que trata o art. 2º da Lei nº 12.017, de 2009; e

II - o valor do PIB divulgado para fins de cumprimento da meta fiscal de 2010, constante do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário a que se refere o art. 129 desta Lei, relativo ao terceiro quadrimestre de 2010

JUSTIFICATIVA

Nunca houve, como se propõe nesta emenda, limite para a soma das diversas deduções da meta primária. Em 2006, quando se pretendeu investir R\$ 3 bilhões em projetos de elevado retorno econômico, já se permitiu que restos a pagar de exercícios anteriores pagos se somassem ao montante executado do orçamento corrente. Sempre se exigiu que o montante ¿perdoado¿ correspondesse a investimento efetivamente pago.

Pouco importando quanto representa o PAC aprovado pelo Congresso, sempre se deixou em aberto o montante em que a meta poderá ser frustrada, ao se dar autorização legal para que somem a despesas realizadas do PAC do orçamento corrente, os restos a pagar pagos de despesas de PPI e PAC e, a partir de 2010, o excesso de superávit apurado no exercício anterior. De 2006 para cá os valores evoluíram rapidamente: no orçamento de 2011, a pretensão oficial é de programar R\$ 32 bilhões de despesas no âmbito do PAC.

À medida em que essas margens avançam ¿ pois a cada orçamento crescem também os restos a pagar inscritos ¿, cai a transparência, diminui a previsibilidade quanto ao resultado fiscal que será alcançado (o redutor pode ou não ser usado), deteriora a confiança dos analistas, pelo fato de se ter lançado mão em parte dessa faculdade em 2009, e aumenta a tolerância com a irresponsabilidade fiscal, mormente em exercício em que haverá crescimento estimado oficialmente em 5,5%.

Parecendo ser inevitável que haja alguma flexibilidade e que o Executivo possa usar ou não dessa faculdade a seu critério, justifica-se, pelas razões resumidas acima, que ao menos haja um teto global para o redutor da meta. O valor recomendado é o que o Executivo trouxe como limite para a parcela correspondente à programação do PAC do orçamento de 2011. A flexibilidade desejada pelo Executivo estará preservada, pois continuará havendo 3 componentes capazes de produzir a redução da meta primária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1672 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460081**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 104 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Substitua-se no § 2º do art. 104 do Projeto a expressão "no prazo" por "até o dia 31 de janeiro de 2012".

JUSTIFICATIVA

A redação do PLDO não fixa prazo limite para os ajustes no Siafi, diferentemente da redação desse mesmo dispositivo na Lei nº 12.017/2009 (LDO 2010), que estabelecia o prazo até o trigésimo dia do encerramento do exercício para que os órgãos promovessem os ajustes necessários para elaboração das demonstrações contábeis. É necessário que a própria Lei estabeleça claramente o prazo limite para os ajustes. Cabe lembrar que as demonstrações contábeis integram a Prestação de Contas do Presidente da República, que tem prazo limite para envio ao Congresso Nacional (CF, art. 84, inc. XXIV). E após o recebimento, o Tribunal de Contas da União tem prazo limite, também constitucionalmente estabelecido (CF, art. 71, inc. I) para o parecer prévio. Portanto, a fixação de prazo limite para ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis tem o intuito de contribuir para que os prazos constitucionais para prestação de contas do Presidente da República e para o parecer prévio do Tribunal de Contas da União. De outra forma, deixar o prazo limite para ser estabelecido pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal pode por em risco os cumprimentos dos prazos acima mencionados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1673 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460082**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 121 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O §4º do art. 121 do PLDO afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal ao criar a possibilidade de elaboração e publicação dos relatórios de gestão fiscal com dados agregados das justiças federal e do trabalho. Ocorre que o art. 20 da LRF é preciso ao fixar o limite amplo, de 6%, que engloba todo o Poder Judiciário, e os limites a serem calculados para cada órgão, proporcionalmente à média de suas despesas, em percentual da receita corrente líquida (RCL), verificadas nos exercícios de 1997, 1998 e 1999. Portanto, as regras que delimitam a distribuição do gasto global de 6% da RCL aos seus órgãos foram expressamente estabelecidas pelo § 1º do art. 20 da LRF, de forma que, não há margem para a discricionariedade pretendida. Por isso é necessária a exclusão do §4º do art. 121 do PLDO, vez que ele impede que se acompanhe, em cada órgão da justiça federal e do trabalho, a evolução dos indicadores de gestão fiscal e inviabiliza a adoção de medidas específicas de controle a cargo do Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1674 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1246 - Júlio Cesar****EMENDA****12460083**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 125

TEXTO PROPOSTO

Substitua-se no caput do art. 125 do Projeto a expressão "de cada fonte de recursos" por "e do real montante existente em caixa, de cada fonte de recursos, e a respectiva metodologia de cálculo, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010.".

JUSTIFICATIVA

O demonstrativo atualmente divulgado toma por base os saldos da conta "disponibilidade por fonte de recursos", que, apesar do título da conta, destina-se a registrar o superávit financeiro, ou seja, não se trata do montante efetivo em caixa, mas o saldo líquido desta após o empenho da despesa. Considerando o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e que muitos desses empenhos ficam pendentes de pagamento por vários exercícios financeiros, posteriores cancelamentos dos empenhos (restos a pagar) obrigam que os recursos permaneçam vinculados às respectivas fontes de recursos. Somente a informação do "superávit financeiro" não é suficiente para uma análise adequada do cumprimento do referido dispositivo, fazendo-se fundamental o detalhamento da informação, por fonte de recursos, também em relação a montante real em caixa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1675 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1246 - Júlio Cesar	12460084

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Este dispositivo, se aprovado na forma proposta, impossibilitará, no âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU, a atualização dos valores per capita do auxílio-alimentação, da assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, já que os valores médios praticados pela União, divulgados pela Secretaria de Orçamento Federal, são inferiores aos adotados pelos dois Poderes e pelo MPU, conforme quadro a seguir:

CAPITA	VALOR PER	
ÓRGÃO	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
VALORES MÉDIOS UNIÃO	132	357
Câmara dos Deputados	525	631
Senado Federal	453	660
Tribunal de Contas da União e TCU	450	638
Supremo Tribunal Federal e STF	452	670
Supremo Tribunal de Justiça -STJ	450	630
Justiça Federal	350	630
Justiça Militar	450	
630		
Justiça Eleitoral	372	545
Justiça do Trabalho	295	590
TJDF	450	630
CNJ	503	
670		
Ministério Público da União - MPU	250	590



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1676 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2359 - Kátia Abreu

EMENDA

23590001

PROGRAMA

0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO

7K63 Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Anexo construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A obra se faz necessária em razão da atual Secção Judiciária do Estado do Tocantins não atender mais às suas reais necessidades, notadamente quanto a falta de espaço físico para ampliação de algumas unidades, especialmente para a melhoria de atendimento ao jurisdicionado do Juizado Especial Federal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1677 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2359 - Kátia Abreu

EMENDA

23590002

PROGRAMA

0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista

AÇÃO

1M75 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Guaraí-TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Edifício construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A implantação da Vara do Trabalho em Guaraí, se faz necessária em razão da deficiência da Justiça do Trabalho no Estado do Tocantins, melhorando assim o atendimento à população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1678 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2359 - Kátia Abreu****EMENDA****23590003****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

1092 Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado de Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

O município de Palmas, capital do Tocantins, possui uma população em torno de 200 mil habitantes, com uma das maiores taxas de crescimento demográfico do País. O forte fluxo migratório de pessoas que buscam novas oportunidades de trabalho e de negócio têm contribuído para aumentar a demanda por serviços públicos e pela ampliação da infraestrutura local.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1679 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA
2359 - Kátia Abreu

EMENDA
23590004

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

109Z Perfuração e Equipamento de Poços Públicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Poço implantado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

200

JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins, enfrenta de forma cíclica e repetitiva o problema das estiagens. Dentro desse contexto, a região Sudeste do Estado sempre é a mais castigada, principalmente no período entre abril e outubro, quando as precipitações são muito reduzidas ou quase nulas. Os efeitos danosos sobre a população, atividades econômicas e ao meio ambiente são muito significativos. Perfuração e Equipamento de Poços Públicos. Com a implantação de obras de infraestrutura hídrica e a adoção de outras medidas complementares, pretende-se assegurar a disponibilidade de água para o atendimento aos diversos usos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:48
Página: 1680 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA
2359 - Kátia Abreu

EMENDA
23590005

PROGRAMA

0352 Abastecimento Agroalimentar

AÇÃO

0300 Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

- (-)

1

JUSTIFICATIVA

Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.



Edição de hoje: 444 páginas

OS: 2010/13308